



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 34 - Nº 676 - DE 30 DE OUTUBRO A 13 DE NOVEMBRO DE 2022 - R\$ 5,00

Oito meses de guerra na Ucrânia

Somente a classe operária organizada e em luta contra a opressão capitalista pode impor uma paz sem os ditames dos Estados Unidos, das potências europeias e da OTAN, por uma paz sem anexação

Lula vence as eleições presidenciais

Constituirá um novo governo burguês, que continuará a descarregar a crise do capitalismo sobre a maioria oprimida

Com o programa da revolução proletária, o Partido Operário Revolucionário (POR) manterá a luta pela organização independente dos explorados

105 anos da Revolução Russa (1917 - 2022)



O POR realiza o ato-político em defesa das conquistas da Revolução de Outubro de 1917

Oito meses de guerra na Ucrânia

Nossa luta é por erguer a classe operária para pôr fim à guerra de dominação

A escalada militar segue firme. A guerra na Ucrânia concentra as profundas tendências bélicas, que pareciam limitadas e controladas após a Segunda Guerra Mundial. As iniciativas dos Estados Unidos, de estabelecerem-se acordos de desarmamento relativo, se mostraram como expressão da estratégia de manter e avançar a sua hegemonia internacional. Esse movimento foi dirigido fundamentalmente à ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), no momento em que as forças restauracionistas se potenciavam. Nesse mesmo marco, a potência norte-americana despendia esforços para que seu braço armado na Europa, a OTAN, se erguesse como instrumento militar da política mundial de expansão do poderio do capital financeiro e dos monopólios industriais. A decretação formal do fim da “Guerra Fria”, diante da desintegração da URSS, não passou de uma máscara, para ocultar as profundas e arraigadas tendências bélicas, gestadas na fase última do capitalismo, que é a do imperialismo.

A sequência de derrotas, os retrocessos das revoluções e a eliminação de importantes conquistas do proletariado, sendo a mais estratégica delas a liquidação da URSS, permitiram aos Estados Unidos e aos submissos aliados europeus administrarem as tendências bélicas, de maneira que não viessem à tona na forma de franca escalada militar. Eis por que, excetuando a crise dos mísseis em 1962, que envolveu Cuba, URSS e Estados Unidos, não houve, após o fim da Segunda Guerra e o da Guerra da Coreia, uma situação tão clara em que se coloca o perigo de uma conflagração nuclear.

O motivo geral se manifesta no fato de que se esgotaram as partilhas do mundo, promovidas entre as potências por meio das duas guerras mundiais. Já não existe a cidadela revolucionária do proletariado mundial, que foi a URSS. A Rússia mergulhou na restauração. E a China percorre vorazmente pelo mesmo caminho. O Leste Europeu foi tragado pelas forças capitalistas da União Europeia. O Vietnã cedeu plenamente aos interesses do imperialismo. De conjunto, esse amplo e profundo recuo histórico não serviu para que as potências limitassem e barrassem o impulso das tendências bélicas. As forças produtivas voltaram a se colocar em um patamar mais elevado, em choque aberto com as relações capitalistas de produção. De forma que os Estados Nacionais, que na fase imperialista do capitalismo comprimem as forças produtivas mundiais, e potenciam a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, conduzem o imperialismo a recorrer a uma nova partilha do mundo.

A ofensiva dos Estados Unidos, para reduzir a influência e o controle regional pela Rússia do que restou do processo de desmoronamento da URSS, corresponde à situação de esgotamento e desintegração da ordem mundial edificada após a Segunda Guerra. O mesmo se passa com o recrudescimento do cerco econômico-militar dos Estados Unidos à China. A disputa pelo controle de Taiwan e do Estreito de Formosa deita suas raízes na Segunda Guerra e na Revolução Chinesa de 1949. O XX Congresso do Partido Comunista Chinês, que manteve Xi Jinping na presidência, foi atacado pelos porta-vozes do imperialismo por, não apenas conservar o intervencionismo estatal na economia, como aumentá-lo. O Congresso, na verdade, refletiu a ofensiva norte-americana no Indo-Pacífico, no último período.

A guerra na Ucrânia se tornou inevitável, no momento

em que o imperialismo decidiu, finalmente, anexá-la por meio de um acordo de adesão à União Europeia e, portanto, à OTAN. A crise e as rupturas no poder ucraniano em 2014 lançaram o país a uma guerra civil. Fracassaram os acordos de pacificação, mediante a indisposição de Kiev de fazer qualquer concessão que possibilitasse a influência da Rússia no sul e leste. Essa posição se deveu às ordens dos Estados Unidos. O desejo de Putin, de um acordo que assegurasse a não adesão da Ucrânia à OTAN, naufragou. Assim, a guerra civil que assumiu a forma de separatismo, se passou à guerra de intervenção da Rússia. Logo ficou clara a decisão dos Estados Unidos de levar às últimas consequências a resistência ucraniana. Armandando, financiando e aparando politicamente o governo de Zelensky, a guerra se prolonga e aumenta sua capacidade destrutiva. A aspiração do imperialismo em derrotar a Rússia por exaustão combina com o impulso à escalada militar mundial.

A OTAN fez seu exercício militar, considerando a possibilidade de uso de armamento nuclear. Em seguida, a Rússia fez o mesmo, simulando uma situação de guerra avançada. Putin acusa o governo da Ucrânia de pretender provocar uma catástrofe, se valendo das denominadas “bombas sujas”. E Biden ameaça a Rússia com retaliações, se exceder no uso de “armas atômicas táticas”. Embora permaneçam no plano da propaganda, é sintomático que se leve em consideração a possibilidade de uma guerra extrapolar as fronteiras ucranianas. Os Estados Unidos acabam de divulgar uma revisão sobre a doutrina da guerra nuclear. Já não se pensa em reduzir a possibilidade de se fazer uso de armas nucleares. Pensa-se que é chegada a hora de se preparar para um confronto desse tipo. E os alvos são a Rússia e a China.

Depois de oito meses de guerra, está mais do que claro que os Estados Unidos fizeram da Ucrânia bucha de canhão. O que quer dizer que existe a possibilidade de acionar a intervenção direta da OTAN. O Pentágono reforçou enormemente sua presença militar na Europa. E vem promovendo a extensão da OTAN para a Ásia, e inclusive para a América Latina. A última medida de Putin, diante da contraofensiva das Forças Armadas ucranianas, de anexar a região de Donbass, não resultará em fortalecimento das posições russas. A perspectiva de dividir a Ucrânia corresponde à política de opressão nacional. Essa é uma via que desune ainda mais a classe operária e os povos russo e ucraniano. A guerra da Ucrânia é apenas a ponta do iceberg das tendências bélicas, que emergem na condição de desintegração do capitalismo e da necessidade de os Estados Unidos manterem o seu império erguido após a Segunda Guerra.

A crise de direção é dramática. O que dificulta que a classe operária acorde para os perigos da guerra de dominação. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, no entanto, tem feito todo esforço para responder aos acontecimentos, seguindo os fundamentos e a necessidade das revoluções proletárias, e a estratégia dos Estados Unidos Socialistas da Europa. É sobre essa base que denuncia as ações do imperialismo, e condena a via da opressão nacional exercida pelo Estado russo. Somente o proletariado pode levantar e combater pelo fim imediato da guerra, por uma paz que não seja ditada pelas potências e pela OTAN, por uma paz sem anexação, portanto verdadeiramente democrática.

Declaração do Partido Operário Revolucionário (POR)

Lula vence as eleições presidenciais

À classe operária, aos demais trabalhadores e à juventude oprimida

31 de outubro de 2022

A derrota de Bolsonaro se deu já no primeiro turno. Foi confirmada no segundo turno, porém, por uma margem bem menor de votos. Não foi surpreendente o acirramento da polarização. Bolsonaro teve a seu favor a máquina do Estado e o apoio ativo de poderosos grupos econômicos. Usou-os o quanto pôde. Mas o fator principal de sua capacidade de mobilização e radicalização eleitoral se encontra na vasta classe média urbana e rural. Trata-se de uma classe cuja posição social estabelecida entre a burguesia e a classe operária lhe permite defender interesses e privilégios particulares. Sem que suas camadas mais pobres, que é grande em relação às camadas mais ricas, estejam sob a direção da política revolucionária do proletariado, essa classe intermediária é extremamente conservadora e egoísta. Nas condições de agravamento da crise econômica e social, como a que predomina no Brasil, a classe média pode servir a uma variante mais reacionária, obscurantista e fascizante da política burguesa.

Esse fenômeno se manifestou claramente na contundente polarização eleitoral, que dividiu as massas oprimidas. Em seu desenvolvimento, parte da classe operária – empregada, desempregada, subempregada – também foi arrastada pela pressão dos aparatos que agiram fartamente em favor de Bolsonaro. Mas, o fundamental está em que a rejeição a Lula e ao PT esteve abrigada e potenciada na classe média, de onde a direita e ultradireita bolsonaristas extraíram sua força de mobilização eleitoral.

Distintamente, a candidatura e campanha eleitoral de Lula estiveram, em grande medida, apoiada na classe operária e nas camadas mais pobres e miseráveis da população. Pode-se dizer que a derrota de Bolsonaro se deveu a que a maioria dos mais explorados, portanto, dos mais oprimidos, viu em seu governo um alívio. Os dois anos de Pandemia – de mortes massivas, de demissões, de fechamento de fábricas e de escalada da miséria e fome – mostraram a face burguesa do governo da ultradireita. Sem dúvida, uma camada importante da classe média, mais sofrida e esclarecida, acabou sendo influenciada pela campanha do PT, de denúncia e crítica à política obscurantista e retrógrada do bolsonarismo. Para isso, observa-se a importância de notórios representantes do empresariado, do pensamento burguês democratizante e da oposição que concorreu na “terceira via” terem se aproximado da candidatura de Lula e, finalmente, declarado o voto no petista. Não deixou de ser importante o fato de uma camada da classe média urbana ter resistido às pressões do bolsonarismo. Mas, foram os mais pobres e miseráveis, vinculados ou provenientes da classe operária, que decidiram as eleições em favor de Lula.

Essa composição de classe, que caracterizou a polarização da disputa eleitoral, se manifesta nos centros urbanos, no inte-

rior e nas regiões, que ocupam lugares diferenciados no quadro do desenvolvimento desigual e combinado da economia e das relações sociais. Não por acaso, o Nordeste esteve na linha de frente do apoio a Lula. Mas, uma boa votação do petista no Sudeste foi decisiva. Bolsonaro foi derrotado no Nordeste e Norte, mas esteve perto da vitória, com a gigantesca expressão alcançada no Sul e Sudeste, sem falar do Centro-Oeste. No fundo da disputa eleitoral, verificada por região e estado, se encontram as condições econômicas, as relações de classe e a projeção social da pobreza e miséria. É sobre essa base que se elevam as forças partidárias, que compõem o quadro da política burguesa, e que encarnam os interesses particulares e oligárquicos da classe minoritária exploradora e opressora da maioria explorada.

A vitória de Lula não corresponde às necessidades e interesses da maioria oprimida, como se tem procurado interpretar por uma avaliação de esquerda. Não é porque venceu a disputa pela presidência da República contra o candidato da ultradireita que o petista representa a maioria mais atingida pela exploração e pela crise, que vem decompondo o capitalismo, no Brasil e no mundo. As massas foram divididas e arrastadas por candidaturas distintas quanto à orientação política, mas de conteúdo burguês comum.

A vitória de Lula não corresponde às necessidades e interesses da maioria oprimida, como se tem procurado interpretar por uma avaliação de esquerda. Não é porque venceu a disputa pela presidência da República contra o candidato da ultradireita que o petista representa a maioria mais atingida pela exploração e pela crise, que vem decompondo o capitalismo, no Brasil e no mundo. As massas foram divididas e arrastadas por candidaturas distintas quanto à orientação política, mas de conteúdo burguês comum. As promessas de erradicar a fome são palavras ao vento. Lula já governou o País por dois mandatos, e a miséria e a fome apenas foram maquiadas com os programas assistenciais. Nada melhor que as experiências. Qualquer que seja o governo – independente de sua orientação política mais à esquerda ou à direita, mais propenso ao protecionismo ou ao liberalismo, mais comprometido com o estatismo ou com o privatismo – será um administrador provisório dos interesses gerais da burguesia e, em particular, dos que correspondem ao grande capital. Dizemos administrador provisório, porque será substituído por outro, assim que não

mais servir à burguesia, e as massas perderem as ilusões que as levaram a confiar na possibilidade de mudança a seu favor.

Lula e o PT tiveram seu momento de ascensão e queda, agora aproveitam a oportunidade de retornar à presidência galgados pela confiança que a maioria oprimida ainda conserva neles e, sobretudo, pela dura experiência que tiveram com os governos de Temer e Bolsonaro. As contrarreformas trabalhista e previdenciária, a implantação da terceirização, a destruição de direitos trabalhistas, o alto desemprego e o impulso ao subemprego colocaram os trabalhadores, os pobres e miseráveis em posição antagônica a esses dois governos francamente antioperários e antipopulares. Por outro lado, as dificuldades econômicas crescentes provocaram atritos no interior da própria burguesia. Uma fração foi se desprendendo de Bolsonaro. É sobre a base dessas condições que Lula volta à presidência, sem, contudo, impor uma derrota esmagadora ao seu adversário de ultradireita.

A diferença de 60,3 milhões para 58,2 milhões de votos é pequeníssima. Bastam esses números para se ter a ideia do quanto Bolsonaro e o bolsonarismo poderão assombrar o governo de Lula. O Congresso Nacional permanece sob o controle do “Centrão”. Nas principais regiões e estados, a força do bolsonarismo se manteve em pé. Lula e o PT sa-

íram das eleições com a presidência da República, mas com uma dívida e um grau de dependência elevadíssimos, perante os partidos e politiquieiros de centro-direita. Eis por que Lula deixou claro à própria direção do PT que seu governo será de frente ampla. A função do seu vice, Geraldo Alckmin, é a de precisamente servir de instrumento do governo de coligação e de ligação com os diversos setores da classe capitalista. Não por acaso, a candidata da terceira via derrotada, Simone Tebet, se colocou imediatamente como cabo eleitoral de Lula. Está aplainado o caminho para a frente ampla com o PSDB e MDB, que em 2016 foram os principais responsáveis pelo golpe de Estado que derrubou o governo de Dilma Rousseff.

Em seu discurso de vitória, Lula levantou a bandeira de “pacificação” do País. Explicou que não existem “dois Brasis”, e que o povo é um só. Espera-se que, passado o momento de beligerância eleitoral – que chegou a episódios de gangsterismo com a resistência armada de Roberto Jefferson à ordem de prisão e com a perseguição da deputada Carla Zambelli de arma em punho a um petista – as forças burguesas em conflito abaixem a guarda. Pretende-se restabelecer a harmonia dos poderes do Estado, abalada pelos conflitos do Executivo e Judiciário. E objetiva-se estabelecer uma relação de colaboração entre o novo governo e o Congresso Nacional. A “pacificação” almejada é uma condição para que Lula arme um governo capaz de servir à burguesia da melhor forma possível. Assim, a burocracia sindical poderá cumprir sua função de apoio ao governo burguês de frente ampla.

Diante do governo de Bolsonaro, as centrais e sindicatos, em sua imensa maioria, praticaram a política de colaboração de classes, desde a oposição, aguardando o naufrágio da governabilidade e a volta de Lula como caudilho eleitoral. Agora, diante do governo Lula, deixam de estar na oposição, e passam

a ocupar a trincheira de defesa da governabilidade. Recompõe-se, portanto, a política de colaboração de classes praticada sob os governos passados de Lula e Dilma.

Se se confirmarem as previsões dos organismos internacionais, de que está no horizonte uma recessão econômica abrangente, o Brasil poderá ser ainda mais afetado. Pelo visto, com o recrudescimento da guerra na Ucrânia, tal prognóstico tem tudo para se confirmar.

A “pacificação” pretendida por Lula, portanto, vem no sentido de dar ao novo governo condições de enfrentar as tendências instintivas de revoltas dos explorados. A pacificação na política burguesa, em relação à necessidade da classe operária e dos demais oprimidos se defenderem com a luta coletiva, é reacionária. Trata-se de o governo unir as forças burguesas no interior do Estado para reagir contra possíveis levantes de massa. Todo palavreado de defesa da democracia, envolvido pelo palavreado de eliminação da fome, oculta a orientação pró-capitalista e pró-imperialista do governo

que se constituirá em janeiro. Nem bem se confirmou a vitória de Lula, Biden dos Estados Unidos, Macron da França e Borrell, chefe da União Europeia, reconheceram o resultado eleitoral, antecipando-se a qualquer tipo de resistência de Bolsonaro em admitir a derrota.

Do conjunto desses acontecimentos,

vemos que a política burguesa promoveu uma profunda divisão entre a maioria explorada. Lula e Bolsonaro exploraram, cada um a sua maneira e objetivo, o máximo possível a polarização no seio dos explorados. Esse é o tipo de divisão e antagonismo que serve tão somente à classe burguesa, uma vez que minam todo esforço de organização independente da classe operária e dos demais trabalhadores diante de seus exploradores.

O Partido Operário Revolucionário fez a campanha sob as bandeiras: “não confiar nas eleições, confiar em nossas próprias forças; por um programa de reivindicações próprio dos explorados; em defesa da independência política das organizações sindicais; vote nulo! Vimos que caiu o número de votos nulos e brancos, o que também resultou da polarização. O POR teve, assim, de nadar contra a poderosa correnteza eleitoralista.

Não temos a menor dúvida de que o governo Lula será de ataque à vida da maioria oprimida. Não porque queira, mas porque as contradições da crise econômica obrigarão o novo governo a tomar medidas antioperárias, e a viabilizar as contrarreformas de Temer e Bolsonaro. E as centrais, sindicatos e movimentos serão ainda mais estatizados, para servir de instrumento de apoio ao governo. A luta pela independência política e organizativa do proletariado continua sendo a grande tarefa. É preciso, desde os primeiros dias de Lula na presidência, que a vanguarda com consciência de classe denuncie o conteúdo burguês do novo governo de frente ampla, e trabalhe por organizar os movimentos em defesa do programa próprio de reivindicações. Isso sem descuidar, um só segundo, de responder as ações da ultradireita e de combater as tendências fascistas encarnadas pelo bolsonarismo. É com o programa e a estratégia da revolução proletária que o Partido Operário Revolucionário continuará a luta pela organização independente dos explorados.

A “pacificação” pretendida por Lula, portanto, vem no sentido de dar ao novo governo condições de enfrentar as tendências instintivas de revoltas dos explorados.

SEGUNDO TURNO DAS ELEIÇÕES

Um chamado do Partido Operário Revolucionário aos trabalhadores e à juventude oprimida

Faltam poucos dias para a decisão eleitoral de segundo turno. A acirrada polarização pelos votos da população do primeiro turno se tornou uma verdadeira guerra do vale tudo. Imperam as mentiras, as falsificações, o engano, as promessas, o uso da máquina do Estado, as ameaças patronais aos seus empregados, o farto financiamento de campanha, a arregimentação de cabos eleitorais e a pregação nas igrejas. Essa montanha de dejetos, lixos e estrumes é despejada por gigantescas caçambas sobre a população, para dividi-la entre duas candidaturas, que servem à preservação do capitalismo em decomposição e aos interesses da classe burguesa, principalmente do capital financeiro, industrial, agrário e comercial. Assim, se armou uma grande divisão entre a maioria oprimida. Quem comanda, em última instância, as eleições é a minoria capitalista, que explora e esfola a imensa maioria dos brasileiros.

Entre a minoria exploradora, se gestou a divisão política, devido à crise econômica, à recessão, à estagnação ou ao baixíssimo crescimento. Em meio às eleições, vieram à tona os choques de interesses entre os grupos econômicos, que precisam manter a brutal exploração do trabalho, a lucratividade e a acumulação de riqueza. Os capitalistas se valem e precisam do Estado, dos governos e dos parlamentares para tocarem os seus negócios. São verdadeiros parasitas da União, dos cofres públicos, dos bancos estatais e da dívida pública.

O presidente da República, os governadores, os prefeitos, os senadores, os deputados e os vereadores devem, de conjunto, servir à governabilidade do capital, ou seja, dos negócios dos banqueiros, industriais, latifundiários e comerciantes. Mas, diante da crise econômica, a classe capitalista se divide em interesses particulares. Entre os banqueiros, os industriais, os agroindustriais e os comerciantes, surgem divergências quanto às medidas go-

vernamentais, que podem favorecer mais a uns do que a outros. Em uma situação de inflação alta, da elevação da taxa de juros, de persistente desemprego nas alturas, de explosão da miséria, de diminuição da capacidade de consumo da população, de inadimplência crescente entre a população, de fechamento de milhares de fábricas, de pressões do mercado mundial, de maior exigência dos monopólios, e de uma guerra na Europa, como ocorre na Ucrânia, tudo isso provoca instabilidade e divisões no interior da classe capitalista.

Lula e Bolsonaro levaram a divisão política da burguesia para dentro da família operária, das fábricas, dos estabelecimentos comerciais, das escolas, dos bairros empobrecidos e das favelas.

Eis por que os mesmos capitalistas, que se uniram para derrubar o governo petista de Dilma Rousseff, impor ao País a ditadura civil de Temer, e levar Bolsonaro à presidência da República pela via eleitoral, agora, se dividem entre a disputa de Lula e Bolsonaro. Os banqueiros, industriais e latifundiários se deram as mãos, para sustentar os governos Temer e Bolsonaro, que iriam impor à classe operária e aos demais explorados a reforma trabalhista, as leis da terceirização, a reforma da Previdência, ao mesmo tempo que desoneravam a folha de pagamento, e ampliavam os subsídios aos capitalistas.

Na Pandemia, também houve uma grande divisão na classe burguesa em torno às vacinas, hospitalizações e aplicação de medidas econômicas. O governo Bolsonaro praticamente naufragou, golpeado pela incapacidade de proteger as massas, e pelo fogo concentrado da oposição, que o caracterizou de “negacionista” e “genocida”. Em todos esses casos, os governantes acabaram descarregando a crise sobre a maioria oprimida. E, por sua vez, a oposição burguesa – que esteve sob o comando do governador Doria (PSDB), e que foi apoiada pela burocracia sindical, vinculada ao PT, Solidariedade, PCdoB etc., que comandam

a CUT, Força Sindical, CTB, UGT etc. – fez parte da política de manter os explorados desmobilizados e submetidos às brigas entre os governantes.

Naquele momento de travessia trágica para a família trabalhadora, os sindicatos tiveram suas portas fechadas, em nome do “isolamento social”. As divergências entre o governo Bolsonaro e a oposição burguesa não resultaram em proteção das massas. Os explorados arcaram com cerca de 700 mil mortes, se viram golpeados pelo desemprego, subemprego e informalidade, e foram empurrados para o precipício da miséria e da fome.

O movimento “Fora Bolsonaro e Impeachment” – organizado pelas centrais, sindicatos e partidos de oposição, com o PT à frente, depois que a Pandemia arrefeceu – não foi para unir os explorados em um movimento nacional pela defesa dos empregos, dos salários, dos direitos trabalhistas, da Saúde e da Moradia. Não foi para derrubar as contrarreformas trabalhista e previdenciária. Não foi para acabar com terceirização e a informalidade. Não foi para enfrentar o fechamento de fábricas. O movimento “Fora Bolsonaro” foi um meio para aplainar o caminho das eleições.

Chegamos, assim, à guerra pelo voto dos pobres, miseráveis e famintos. Lula e Bolsonaro levaram a divisão política da burguesia para dentro da família operária, das fábricas, dos estabelecimentos comerciais, das escolas, dos bairros empobrecidos e das favelas. Os aparatos do Estado, das instituições privadas e das igrejas se colocaram a todo o vapor a serviço da polarização, como se a disputa eleitoral pelo poder presidencial se originasse das necessidades da maioria oprimida. A corrida pelo voto foi direcionada às mulheres, às camadas sociais mais pobres, aos evangélicos e católicos, aos nordestinos e sulistas, aos pretos e

brancos, enfim, foi planejadamente voltada a arregimentar a maioria oprimida por detrás de uma candidatura ou outra. Para isso, milhões foram gastos do Fundo Eleitoral e Partidário, e das abundantes contribuições de ricos empresários.

Armou-se uma atmosfera bolsonarista-religiosa, poluída e venenosa, contra o direito ao aborto. Formou-se uma atmosfera conservadora e reacionária, a favor de uma lei de redução da maioridade penal, para punir mais duramente os jovens e crianças infratores. Submeteu-se descaradamente a sexualidade à religião. Incentivou-se todo tipo de preconceito. Mentiu-se fartamente sobre o racismo. E se advogou a violência policial como se fosse um bem a favor da população.

O PT, que se pretende reformista e progressista, se viu envolvido por essa atmosfera religiosa-policial, mostrou-se incapaz de combater o patriarcalismo religioso e o obscurantismo de seu adversário eleitoral. Lula curvou-se ao império do voto. Acabou divulgando uma Carta aos Evangélicos, colocando-se no campo, sobretudo, da opressão sobre a mulher. No fundo da ideologia burguesa sobre as discriminações, está a opressão de classe sofrida pela imensa maioria, que advém da exploração capitalista do trabalho, e da concentração de riqueza nas mãos da minoria, de um lado, e da gigantesca pobreza e miséria da maioria, de outro.

OPT e Lula, ao se negarem a defender o direito ao aborto, garantido e protegido pelo Estado, submeteram-se a uma das mais odiosas manifestações da opressão sofrida pela mulher trabalhadora. Certamente, essa posição, típica de capituladores, não é nova. De pouco serve para ocultar essa capitulação, a promessa de que, no governo petista, se resolverá um dos grandes problemas econômicos da

discriminação, que é o salário desigual para função igual entre as mulheres e os homens. Os reformistas são incapazes e inconsequentes, diante da necessidade de organizar os explorados contra todo tipo de opressão de classe.

O capitalismo em decomposição impulsiona as tendências mais reacionárias e obscurantistas, frente a todas as manifestações discriminadoras, que recaem sobre os explorados. E nenhuma variante da política burguesa pode contrapor-se, de fato, às inúmeras manifestações da opressão social, apoiando-se na luta das massas contra a minoria opressora. Essa é uma tarefa que cabe à classe operária tomar em suas próprias mãos. Nenhum governo burguês combaterá as discriminações que são inerentes à exploração capitalista do trabalho. A ideologia religiosa da ultradireita bolsonarista se baseia nesse fundamento econômico-social, servindo a uma das frações burguesas e pequeno-burguesas que mais tende à política ditatorial e fascizante. O fundamental, porém, está na evidência de que o PT e Lula se mostram impotentes em quebrar a espinha dorsal da ultradireita, que, no momento, se identifica com o bolsonarismo. Esse é um dos perigos mais visíveis das ilusões democráticas dos explorados nas eleições.

As promessas de Lula, ainda que mesquinhas, não poderão ser cumpridas. As travas econômicas ao crescimento não permitem. Caso Bolsonaro vença, vai continuar com os ataques aos direitos trabalhistas elementares e com a proteção a setores capitalistas, como já vinha fazendo. Quanto a isso, a diferença entre um governo de Lula e de Bolsonaro será de aspecto e de grau. No fundamental, a classe operária, os demais explorados e a juventude continuarão a arcar com a

decomposição do capitalismo, que é de ordem mundial. As diferenças quanto ao funcionamento da democracia oligárquica não decidirão quanto à necessidade de a burguesia sacrificar ainda mais a força de trabalho, em benefício do capital.

Não há outro caminho para enfrentar essas variantes da política burguesa, a não ser o da luta organizada e unida da classe operária e da maioria oprimida. Esse chamado do Partido Operário Revolucionário (POR) – para que os explorados não confiem nas eleições, confiem em suas próprias forças, lutem por um programa próprio de reivindicações, exijam a independência dos sindicatos diante da política burguesa e votem nulo – foi desenvolvido no primeiro turno das eleições. Nestes momentos finais da disputa entre Lula e Bolsonaro, o POR afirma e reafirma esse chamado. O POR tem a certeza de que foi correto usar a tribuna das eleições, para mostrar o caminho da independência política e organizativa dos oprimidos, diante da disputa eleitoral pela substituição de um governo burguês por outro, ou pelo continuísmo.

Reafirmamos o programa que defendemos desde o início da disputa eleitoral. Eis: 1) redução da jornada de trabalho, sem reduzir os salários; 2) volta da contratação direta pelas empresas. Fim da terceirização. Efetivação imediata dos terceirizados. Nenhum trabalhador sem carteira profissional assinada; 3) implantação do salário-mínimo vital, calculado de acordo com as necessidades reais da família operária. Reajuste automático de acordo com o aumento do custo de vida; 4) aumento geral dos salários; 5) revogação da reforma trabalhista de Temer e da reforma previdenciária de Bolsonaro; 6) criação de um programa de moradia popular, controlado pelos próprios trabalhadores; 7) estatização do sistema privado de saúde e constituição de um sistema único, público e gratuito; 8) fim das privatizações e reestatização sob o controle operário da produção; 9) por um poder próprio dos explorados, por um governo operário e camponês.

Trabalhadores e juventude oprimida, lutemos por esse programa, com nossas forças e nossa capacidade de mobilização. Nenhuma ilusão nas eleições! Anule seu voto, em defesa da independência de classe. Pela construção do Partido Operário Revolucionário (POR).

Adquira com o distribuidor: R\$ 35

ASCENSO E QUEDA DO PT | A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.



Últimos dias da campanha eleitoral

O que esperar do resultado do segundo turno?

Nestes poucos dias que faltam para a votação do segundo turno, ficou ainda mais nítido que, tanto Bolsonaro, quanto Lula, cada um a seu modo e meios, recorreram ao apoio mais ostensivo de grupos empresariais e de aparatos publicitários. A disputa pelo voto dos explorados, principalmente, dos mais pobres e miseráveis, é que decide se haverá continuidade, ou se instalará um novo governo burguês.

Bolsonaro conta a seu favor com a máquina do Estado, fartamente utilizada, sem que houvesse alguma forma legal de conter suas ações privilegiadas. Lula recorreu à mais ampla aliança com partidos burgueses de centro-direita, e à aproximação de uma fração de poderosos capitalistas. De maneira que a presente disputa eleitoral, entre um candidato que expressa uma ala de direita e ultradireita, e uma de centro-direita da burguesia, pôs às claras uma divisão no seio da classe capitalista. É por detrás dessa cisão que as massas foram arrastadas no primeiro turno e que, agora, comparece como decisiva para finalizar o processo eleitoral.

O PT e Lula estavam apreensivos com a aproximação de Bolsonaro ao empate, e com a possibilidade de o adversário vencer. Há cinco dias das eleições, a nova pesquisa de intenção de voto reacendeu a confiança de vitória do petista. Um acontecimento inesperado veio ao encontro das expectativas contábeis de Lula vencer. O presidente de honra do PTB e ex-deputado Roberto Jefferson cometeu o desatino de resistir com tiros à ordem de prisão, por ter violado as normas da prisão domiciliar em que se encontrava. O homem é um desesperado bolsonarista, ligado à sua ala mais radical.

Lula e seus arautos, inclusive das esquerdas, voltaram a recorrer a um tema de campanha que opõe militaristas e pacifistas. Lula insistiu a todo tempo que seu governo será de reconciliação, de união e de pacificação. É impressionante que como esses clichês se reproduziram na voz da própria esquerda, que se diz revolucionária, contestando o “discurso de ódio” e valendo-se da exaltação ao discurso de pacificação. Oculta-se assim que ambas as variantes são próprias da política burguesa, expressam a profunda crise política, e refletem o quadro de decomposição social do país. Oculta-se, dessa forma, a raiz econômico-social dos choques entre a ultradireita fascizante e a esquerda democratizante, que se desenvolvem no interior da burguesia, e que ecoam politicamente no interior da classe média.

Gangsterismo na política burguesa

O escabroso caso do ex-deputado e presidente de honra do PTB, Roberto Jefferson, de resistir à prisão com uma saraivada de tiro nos agentes da Polícia Federal (PF), demonstra graficamente o quanto a política burguesa está prenhe de gangsterismo. O fato de o meliante bolsonarista ter sido avisado de que seria preso sinaliza a conivência do governo, do Ministério da Justiça e de autoridades da própria PF.

O inesperado acontecimento deu lugar a interpretações que vão do desvaio de Jefferson à conspiração da ala mais radical da ultradireita. Bolsonaro correu a desvincular sua imagem de candidato da do atirador criminoso. Para isso, mentiu desavergonhadamente. Os bolsonaristas, para compensarem os efeitos negativos na campanha de seu chefe, recorreram a relações políticas passadas de Jefferson com Lula, requeitando suas denúncias de corrupção no governo petista.

A condenação da violência em geral atesta a impotência da esquerda democratizante, diante do avanço da ultradireita fascizante. Basta que se verifiquem as manifestações concretas das posições totalitárias e militaristas de Bolsonaro, para se encontrar a sua origem nas relações capitalistas de produção. Em outras palavras, para encontrar a sua origem na brutal opressão exercida pelo patronato sobre a maioria oprimida, no antagonismo entre os polos de riqueza ultraconcentrada e de pobreza e miséria disseminadas, na situação de ruína em que se acham camadas da classe média, no desenvolvimento desigual da economia, na discriminação patriarcal da mulher, na conservação do racismo, etc.

Na medida em que a economia afunda, o desemprego cresce, avançam as contrarreformas, a inflação corrói os salários, a miséria arrasta as massas para o precipício, e o governo burguês de plantão se mostra incapaz, se gesta todo o tipo de violência, principalmente a do Estado contra a maioria oprimida. Há que se distinguir, portanto, a violência reacionária, que serve à burguesia, e a violência revolucionária, que serve ao proletariado, aos pobres, miseráveis, famintos e discriminados. Condenar a violência que a ultradireita encarna e exaltar o pacifismo, resulta em se contrapor à luta de classes e, assim, em impotência, diante das tendências fascizantes, que se desenvolvem nas entranhas da burguesia e da própria democracia burguesa.

É por demais visível a responsabilidade histórica do PT diante da emergência e crescimento da influência política da ultradireita bolsonarista entre as massas. A sua volta ao poder do Estado, caso Lula vença, logo demonstrará seus limites e suas fraquezas em combater a ultradireita, que continuará servindo de instrumento da burguesia contra a luta do proletariado.

A tarefa da vanguarda com consciência de classes começa por compreender essa lei histórica que define o capitalismo da época imperialista como de decomposição, de reação em toda a linha e de polarização entre a minoria opressora e a maioria oprimida. Assim, o destacamento avançado da classe operária estará à frente das necessidades e das revoltas dos explorados, empunhando o seu programa próprio e a estratégia da revolução proletária. Trata-se de preparar a luta desde já contra o presidente eleito, seja Lula, seja Bolsonaro.

O episódio, tudo indica, não terá maior transcendência, uma vez que não chegou a ser demonstrada a existência de uma rede de conspiração, voltada a criar uma situação golpista. Bolsonaro se isentou da responsabilidade, e assim a disputa eleitoral, nos seus últimos dias, não saiu dos trilhos. Por enquanto, parece que as forças golpistas da ultradireita fascizante vão aguardar o resultado de 30 de outubro.

O que resta da reação de Jefferson – rodeado e protegido de personalidades desclassificadas, do tipo padre Kelson e do deputado eleito Daniel Silveira, assim caracterizados, segundo os próprios critérios de personalidades do mundo burguês, que se acham encaixadas na tipologia dos classificados – é a evidência do grau de podridão a que chegou a política burguesa. Eis por que todo estardalhaço de condenação do ato criminoso do bandido Jefferson e de defesa da democracia não conseguiu esconder a

gigantesca decomposição da política burguesa em geral, cujo gangsterismo é tão-somente uma de suas faces.

O PT e a candidatura de Lula, rodeada de um agrupamento que se veste com a auréola de esquerda democrática, não escapam à degeneração e à gangrena que acometem a política da burguesia, seus governos e suas instituições estatais. O PL, um partido controlado pela Igreja Universal, e a candidatura de Bolsonaro, estão mergulhados até o nariz na corrupção e, mais do que na corrupção, uma marca de qualquer partido da burguesia, estão mergulhados no gangsterismo das milícias, relação comprovadamente demonstrada no caso do estado do Rio de Janeiro. Bolsonaro e sua família se livraram do processo das “rachadinhas” e da lavagem de dinheiro. Acobertaram-se da proteção da presidência da República e da cúpula das Forças Armadas, que se elevou à condição de tutora da governabilidade.

O PT e Lula não puderam, por sua vez, se distinguir e comprovar que nada tiveram a ver com os processos advindos das investigações da Operação Lava Jato. Ao mesmo tempo, os algozes de Lula, o ex-juiz Sérgio Moro e o ex-procurador Daltan Dellagnol, ambos eleitos para o Congresso Nacional, se postaram ao lado de Bolsonaro, como se fossem os anjos salvadores da moral e da justiça. O conjunto dessas relações, embora formado por polos discordantes e atritosos, retratam a decadência e degeneração da política

O que significa um governo de frente ampla?

Nas manifestações do “Fora Bolsonaro e Impeachment”, o PT, PCdoB, PSB e direções das centrais sindicais pretenderam trazer para o movimento o PSDB e MDB, principalmente. Era a forma de aplainar o terreno para constituir uma candidatura de frente ampla, em torno a Lula. Uma fração do PSDB tentou se aproximar dessa articulação, que acabou naufragando. O problema estava em que setores da burguesia insistiam em estruturar a denominada “terceira via”, que finalmente se concretizou com a candidatura de Simone Tebet.

No PSDB, eclodiu uma crise política sem precedente na história desse partido, que se pretendeu reproduzir uma variante socialdemocrata no Brasil. O governador de São Paulo, João Doria, ganhou a convenção para ser o candidato de oposição, alternativo ao do PT. Acabou defenestrado do partido, que, finalmente, se enfileirou por trás de Simone Tebet, renunciando assim a uma candidatura própria. A candidatura de Ciro Gomes, do PDT, não poderia ser uma variante capaz de se colocar na condição de terceira via. Imperou a polarização entre Lula e Bolsonaro. Simone e Ciro foram esmagados, não podendo jogar papel algum de importância eleitoral.

Concluído o primeiro turno com Lula à frente, as forças partidárias da terceira via se dividiram, sendo que uma fração se inclinou para Bolsonaro. Mas, aqueles que se aglutinaram mais firmemente à candidatura de Simone, na condição de centro-direita, aderiram a Lula. O fato do ex-governador de São Paulo e ex-PSDB, Geraldo Alckmin, ocupar o lugar de vice na chapa petista, manteve uma porta aberta para a entrada dos derrotados da terceira via, que não poderiam debandar para as hostes da ultradireita bolsonarista.

É bom lembrar que o movimento inconfundivelmente burguês “Em defesa da Democracia e do Estado de Direito” uniu Lula, Simone e Ciro. Criaram-se, portanto, todas as condições para tornar a frente restrita de amparo a Lula-Alckmin em frente ampla de oposição ao bolsonarismo, que ameaça a democracia, e que se orienta no sentido de um golpe. Embora as condições políticas inviabilizassem a via golpista, e Bolsonaro se visse obrigado

e da democracia burguesa oligárquica que impera no País.

Os explorados foram e estão sendo, neste final de segundo turno, arrastados pelos partidos e candidatos desse calibre, na forma de uma polarização das mais acirradas, ocorridas no período que se seguiu ao fim da ditadura militar. As massas, contraditoriamente, suportam a brutal pobreza e a proliferação da miséria e da fome. Suas tendências latentes de revolta têm sido contidas pelos aparatos políticos da burguesia, para o que têm contribuído decisivamente as direções sindicais burocratizadas, corrompidas e gangsterizadas.

A impossibilidade de uma fração da classe operária e de uma camada da maioria oprimida se levantarem em contraposição à massiva canalização da população para os condutos da política burguesa tão degenerada se deve à crise de direção, ou seja, à inexistência de um poderoso partido proletário e, portanto, ao desenvolvimento embrionário do Partido Operário Revolucionário. Esse reconhecimento e o entendimento de suas causas históricas dimensionam a importância da luta do POR no interior da campanha eleitoral pela independência política do proletariado, pela defesa de um programa próprio e pela propaganda da estratégia revolucionária, que se materializa na bandeira de governo operário e camponês. É por esse caminho que a vanguarda com consciência de classe ajudará os explorados a irem superando, em meio ao combate, a trágica crise de direção.

a se sujeitar à disputa com Lula, permaneceu a conveniência da bandeira oposicionista de “defesa da democracia”, para assim se chegar ao objetivo original do PT de constituir a frente ampla.

O fato de Lula e do PT continuarem como uma alternativa diante da crise de governabilidade os colocou como polo reaglutinador da oposição burguesa. É necessário lembrar que o PSDB e MDB, circundados pelo Solidariedade e pela Força Sindical, estiveram à frente do golpe institucional que derrubou o governo de Dilma Rousseff. Lula, o PT, sua frente partidária dita de esquerda e a burocracia sindical não estenderam as mãos simplesmente por condescendência aos seus algozes, nem tampouco somente pela necessidade de arrematar votos. Tudo isso é certo, mas o fundamental está em que, se Lula vencer, terá de constituir imediatamente um governo de coalizão com essas forças. Não há dúvida de que a decisão de Simone Tebet, de abraçar a candidatura de Lula-Alckmin de corpo e alma, vem ajudando a levantar barreiras ao perigoso avanço eleitoral de Bolsonaro. Mas, certamente, o essencial desse processo é que se consolidou uma frente ampla, sob a perspectiva de um governo de coalizão.

Uma parcela temerosa do empresariado, principalmente do capital financeiro, se diz mais tranquila. O motivo está em que, tendo em vista a composição do Congresso Nacional predominantemente de centro-direita, e a obrigatoriedade de Lula ter de cumprir os compromissos assumidos com Alckmin, a coalizão acabará impondo os limites da governabilidade aos petistas mais “heterodoxos”, ou seja, mais propensos às medidas de afrouxamento monetário-fiscal e ao assistencialismo populista.

No Ato político realizado no TUCA/SP, procurou-se selar um compromisso público da frente ampla. Lula mostrou que, se eleito, cumprirá o objetivo de distribuir os cargos entre os aliados do primeiro e do segundo turno. afirmou: “Nosso governo não será um governo do PT.” E chamou a atenção da direção do partido: “É importante, Gleisi, você que é presidente, saiba que nós precisamos fazer um governo além do poder do PT”. As forças da terceira via, portanto, terão um enorme peso nos rumos da governabilidade.

Nota-se que os partidos oposicionistas, rejeitados eleitoralmente pela imensa maioria da população, se elevam ao poder pelas mãos de Lula, cujas ordens são acatadas incontinentemente pela direção petista, e às quais se sujeitam as alas mais à esquerda do partido.

Por trás dessa operação típica da política burguesa, arrastase de conjunto a burocracia sindical. A unidade burocrática em torno à estratégia da frente ampla foi tão grande, que até mesmo a Força Sindical se alinhou à candidatura de Lula. É nessas condições que o Partido Operário Revolucionário utilizou a disputa eleitoral como tribuna para divulgar e explicar à classe operária, aos demais explorados e à juventude, a necessidade absoluta da independência de classe diante dos partidos da burguesia, da luta por um programa próprio de reivindicações, da posição política de não confiar nas eleições como via de solução de suas aspirações, da obrigatoriedade de se colocar estrategicamente pela revolução proletária e pela constituição de um governo operário e camponês. Nesse sentido, e com esse conteúdo classista, o POR

Às portas das eleições, Bolsonaro faz mais uma investida golpista

Faltando três dias para a votação do segundo turno, Bolsonaro se reuniu com a cúpula militar do governo e com o ministro da Justiça, para questionar a decisão do presidente do TSE, Alexandre de Moraes, de arquivar uma ação que contesta a lisura no cumprimento da igualdade de condições na divulgação das propagandas eleitorais pelos meios de comunicação. O objetivo de se abrir uma crise política às portas do encerramento do segundo turno é o de adiar a votação do dia 30 de outubro. Esse arroubo de Bolsonaro e de sua cúpula militar do Planalto indica apreensão e desespero, diante da possibilidade de Lula vencer a acirrada e polarizada disputa.

A alegação de que rádios do Nordeste teriam deixado de inserir um número elevado de propaganda de Bolsonaro e que, por isso, houve um desequilíbrio em favor de seu adversário petista souu extemporânea, e compareceu como uma grotesca manobra dos bolsonaristas. A sombra do golpismo, que parecia dissolvida, voltou à cena, mas sem que houvessem alteradas as condições políticas, para que pudesse tomar uma forma concreta.

Uma aventura não está descartada. Bolsonaro conseguiu arregimentar e inflamar milhões de adeptos com sua pregação obscurantista. Parte dessa base social se mostrou sensível aos ataques da falange ultradireitista às instituições da democracia burguesa, e propensa às ilusões de que um governo ditatorial é a condição para se retomarem os valores nacionais, religiosos, culturais e familiares de um País que se degenera com a corrupção, a criminalidade, liberalidade, etc.

Mas, os fatores essenciais para a consecução de um golpe se encontram nas condições de choque aberto entre as classes, e a decisão da burguesia de trocar a governabilidade por meio da força militar. Ocorre que a polarização eleitoral radicalizada evidenciou uma significativa divisão no interior da própria classe capitalista. Inúmeros foram os sinais de fraturamento político, mas um dos mais sintomáticos se manifestou nos choques de posição no âmbito da Fiesp. Os grandes meios de comunicação foram unânimes em caracterizar a iniciativa de Bolsonaro como uma ação destituída de fundamento e insustentável.

Os estertores dessa crise, que se vem desenvolvendo desde a chegada de Bolsonaro à presidência, e que tem seus antecedentes originados na crise das eleições de 2014, quando o candidato derrotado Aécio Neves contestou a vitória de Dilma Rousseff para um segundo mandato, correspondem à estagnação econômica do Brasil, à projeção do desemprego, do subemprego, da pobreza, da

miséria e da fome. A democracia, o funcionamento das instituições estatais e a governabilidade se assentam nas condições econômicas e sociais do país, e esses fatores estão em franco declínio.

fez a campanha pelo voto nulo. Domingo, dia 30, as massas voltam às urnas, confundidas, engadas e arregimentadas. Sequer foi possível se destacar uma fração do proletariado em oposição revolucionária a esse processo de substituir um governo burguês por outro. Até mesmo as esquerdas (PSTU, PCB e UP), que lançaram candidaturas próprias, não escaparam da arregimentação no segundo turno. Esse acontecimento expõe a profundidade da crise de direção e a necessidade imperativa de potenciar o Partido Operário Revolucionário (POR).

Não temos dúvida de que, seja Lula, seja Bolsonaro, o vencedor, será mantida a luta contra a política da ultradireita, bem como contra a política da centro-esquerda. A experiência vem mostrando que não é possível quebrar a espinha dorsal das tendências fascizantes da burguesia, que se abriga no seio da classe média que vem se arruinando dia a dia, sem arrancar a política de conciliação de classes, que predomina nos sindicatos, e que mantém o proletariado subordinado às divisões interburguesas.

A crise política somente não é mais profunda, ao ponto de abrir uma situação pré-revolucionária, devido à elevada estatização dos sindicatos, ao enorme recuo do movimento camponês e, portanto, ao predomínio da política de conciliação de classes, cujo principal responsável é o próprio PT e aliados. Essa é a constatação mais importante de tudo o que vem se passando no confronto eleitoral entre a ultradireita, centro e a esquerda burgueses.

Os militares montaram uma apuração e vigilância paralela ao pleito. Não apresentaram suas conclusões. Desconheceram a exigência do TSE, de entregarem o resultado de seu esquema de controle das urnas eletrônicas. Essa prepotência revela a particularidade histórica de que a democracia no Brasil sempre esteve sob a tutela dos militares, que se colocam por cima do Executivo, Legislativo e Judiciário. A sua influência mais ou menos direta nos governos e na governabilidade nem sempre foi e é igual, depende das condições econômicas, políticas e sociais do momento.

O golpe institucional de 2016 deu aos generais mais poderes para exercerem a tutela, depois de comandarem o País por duas décadas de ditadura militar. A derrota de Bolsonaro – é o que se pode deduzir – tem tudo para potenciar a crise política sob o governo de Lula. Os militares inseridos diretamente na máquina do Estado e o Congresso Nacional controlado pelo “Centrão” delimitarão os espaços da governabilidade. Essa é a indicação mais importante dos episódios finais da contenda eleitoral. A polarização levada às massas serve muito mais às forças da direita e ultradireita, que exercerá uma acirrada oposição ao governo do PT. Essa é a maior probabilidade.

A classe operária e os demais trabalhadores vêm suportando o avanço da pobreza, miséria e fome. Em seu seio, no entanto, cresce o descontentamento. A votação massiva dos mais pobres no candidato do PT é uma indicação de que exigem mudanças a seu favor. Não vão obter nada com a passividade. Terão de fazer pressão sobre a governabilidade. Se assim se passar, a crise política será ainda mais ampla e profunda que a do momento atual. A vanguarda com consciência de classe deve estar preparada para o recrudescimento da luta de classes. Está posta a luta no seio dos explorados em defesa de um programa próprio do proletariado. Trata-se de batalhar por sua organização independente, observando e seguindo os passos da crise política.

Boletim Nossa Classe - Londrina

O Boletim Nossa Classe traz a campanha nacional do POR nas fábricas, diante das eleições polarizadas entre Lula e Bolsonaro. A política operária, assim, tem como título “Confiar em nossas próprias forças e lutar por um sindicato independente e combativo”. Conclui, dizendo que o POR e o Boletim Nossa Classe defendem que os trabalhadores confiem em suas próprias forças, lutem por um programa próprio de reivindicações, e libertem os sindicatos das direções sindicais burocráticas e traidoras. Esse é o conteúdo classista da defesa do voto nulo, e em contraposição à defesa de qualquer governo burguês. A classe operária deve erguer seu partido para lutar pela constituição de um governo operário e camponês, que virá da revolução proletária.

Em seguida, denuncia os proprietários de transporte coletivo, que não param de sugar os cofres públicos. Eis:

Donos dos ônibus querem agora mais 41 milhões de subsídio

Os capitalistas, donos dos transportes de Londrina exigem mais dinheiro público, para continuar lucrando à custa do povo trabalhador, explorando um serviço que deveria ser ofertado pela prefeitura, assim como a Saúde e a Educação.

As empresas TCGL e Londrisul, concessionárias do serviço de transporte coletivo de Londrina, solicitaram mais dinheiro da prefeitura, com o pretexto de que precisam desse acréscimo para “garantir o reequilíbrio econômico” das empresas, mas, na verdade, “o reequilíbrio econômico” que eles falam é o LUCRO deles, pois, no contrato de concessão, a prefeitura “garante” o lucro desses tubarões.

Em janeiro de 2022, a prefeitura, junto com a Câmara de Vereadores, já aprovou subsídios de até 25 milhões para estas empresas. Agora, para 2023, animados com a “bondade” do prefeito e da Câmara, estão pedindo quase o dobro: 41 milhões de reais.

Ora, TODO o custo da operação do serviço e mais o valor dos ônibus são pagos pelos usuários, isso está na planilha da CMTU que calcula a tarifa. Ou seja, não há necessidade das empresas para custear o transporte. No entanto, há décadas, somos explorados para encher os bolsos desses parasitas e dos políticos que os protegem na Câmara, na Prefeitura e no Judiciário. Por isso, só existe uma saída: a ESTATIZAÇÃO do transporte coletivo.

Mas, a gestão do serviço não pode ficar nas mãos da prefeitura e da CMTU, que têm um longo histórico de corrupção, mas deve ser administrado pelos usuários e pelos trabalhadores do transporte. Só assim podemos acabar com a necessidade de o serviço gerar lucro para os capitalistas e ter um serviço barato. O subsídio que as empresas querem vai direto para o bolso dos patrões, já milionários, dos transportes, que não estão nem aí para o povo enlatado dentro dos ônibus. Muito menos se importam com os motoristas, que estão agora cobrando e dirigindo ao mesmo tempo, nos ônibus. E a CMTU/Prefeitura apoiarão o pedido das empresas, como têm feito sempre. Precisamos resistir à transferência indiscriminada de dinheiro do povo para os capitalistas dos transportes. Precisamos unir um movimento forte contra os subsídios, pela

POLÍTICA OPERÁRIA

Confiar em nossas próprias forças e lutar por um sindicato independente e combativo

O Boletim Nossa Classe não poderia deixar de falar aos trabalhadores sobre o que pensa e o que fez em torno às eleições. O segundo turno decidirá se Lula volta à Presidência, ou se Bolsonaro permanecerá no poder do Estado. Sabemos que a maior parte da classe operária e da população pobre e miserável rejeitou a política de Bolsonaro de ataque à vida dos oprimidos. Vimos também que milhões de votos dados a Bolsonaro vêm da população trabalhadora e sofrida. O que quer dizer que a disputa eleitoral dividiu os explora-

A classe operária e os demais explorados ainda não têm um partido revolucionário, capaz de usar as eleições para lutar pelo fim do capitalismo e pela construção do socialismo. Esse partido em construção é o Partido Operário Revolucionário (POR), que divulga o Boletim Nossa Classe nas fábricas. Diante das eleições, o POR fez a defesa do voto nulo, e continua fazendo no segundo turno. O voto nulo foi o meio encontrado para defender a independência de classe dos trabalhadores diante da disputa burguesa, que levou a

redução do valor da passagem, pela estatização do transporte sob controle dos trabalhadores, mas também em defesa de um salário que garanta às famílias trabalhadoras cobrir o custo de vida, e que seja reajustado conforme a inflação.

Nenhum subsídio aos capitalistas do transporte! Estatização do transporte coletivo sob controle dos usuários e trabalhadores do transporte! Salário mínimo que atenda às necessidades da família trabalhadora, e reajuste automático conforme a inflação!

Por último, o Boletim Nossa Classe se coloca contra a ameaça de demissões no Frigorífico Rainha da Paz. Eis:

Frigorífico Rainha da Paz ameaça demitir 1.600 trabalhadores

O frigorífico Rainha da Paz, em Ibiporã, entrou na justiça, com pedido de recuperação judicial na última segunda-feira (17). A empresa alegou dívidas em torno de R\$ 539 milhões, com fornecedores, bancos e impostos. Na petição apresentada à Justiça, o RPF Group se diz incapaz de pagar o que deve, e atribui o descontrole econômico ao aumento no preço de insumos e a uma crise aguda que atinge o mercado de suínos, à Pandemia de Covid e à guerra na Ucrânia. A empresa ameaça com a demissão em massa, caso não seja aceita a “recuperação judicial”.

A recuperação judicial é um mecanismo que possibilita que empresas com dificuldades econômico-financeiras negociem suas dívidas. No decorrer da recuperação judicial, a dívida do empreendimento fica congelada por um determinado período, e a operação do negócio continua. Trata-se de uma proteção do Estado burguês aos grandes capitalistas, para que estes continuem explorando os trabalhadores e se enriquecendo. Os patrões com dificuldades financeiras chantageiam o Estado e os trabalhadores com a ameaça de demissão em massa, provocando o terror. É necessário entender que as “dificuldades” financeiras dessa empresa decorrem da crise mais geral do capitalismo, que afeta todo o sistema capitalista. Foi devido a essa crise que foram fechadas milhares de fábricas no país, como aconteceu com a LG, a Ford, a Caoa e tantas outras, ou seja, não será a única empresa a ter dificuldades e eventualmente ir à falência. Por isso, não podemos confiar na “boa vontade” dos patrões, pois, quando a situação apertar de vez, eles não terão escrúpulo em fechar de vez a fábrica, e jogar os trabalhadores na rua da amargura.

Há que se preparar desde já para resistir ao pior, organizando comissões de fábrica e unificando a sua luta com outras fábricas da região. Há que exigir que o sindicato se coloque do lado dos trabalhadores e enfrente a patronal, pela garantia dos empregos e, em último caso, para ocupar a fábrica.

Relato da distribuição do Boletim Nossa Classe na Mercedes e na Volks

Burocracia cutista ameaçou e tentou arrancar o Boletim Nossa Classe



Os militantes do POR estavam distribuindo o Boletim Nossa Classe, que trazia o chamado “Não confiar nas eleições burguesas. Confiar em nossas próprias forças” quando os burocratas do sindicato se aproximaram com o tom próprio de polícia disseram: “quero ver esse jornal”. Os militantes explicaram que se tratava de um jornal revolucionário. Com o ar de deboche, os burocratas tentaram proibir a distribuição, dizendo “essa é nossa base, vocês estão proibidos de voltarem aqui”. Novamente os militantes questionaram a conduta dos burocratas que se acham donos da fábrica e dos operários. Como a militância resistiu, puxaram os Boletins Nossa Classe e chegou perto do ouvido de nosso camarada e ameaçou: “tome cuidado”. Como os militantes não se intimidaram e os operários começaram a pegar o Boletim Nossa Classe, os burocratas foram se acovardando.

O que se passou na porta da Mercedes mostra bem o quanto a burocracia cutista se tornou gangsteril e antidemocrática. Não guarda nenhuma relação com os princípios elementares de um

sindicalismo classista. Ao contrário, se tornou agente do patronato e dos governos contra as necessidades vitais da classe operária. O que aconteceu na Mercedes não é um fato isolado, os burocratas já tinham ameaçado os militantes poristas na porta da Mahle.

O ódio da burocracia ao Boletim Nossa Classe e ao Jornal Massas se dá porque expressam a independência de classe, defendem o programa proletário pelos empregos, salários, direitos trabalhistas, o método de luta próprio dos explorados e denunciam a traição dos dirigentes sindicais, que prestam serviço ao patronato assinando os acordos de redução de salário, demissões e flexibilização capitalista do trabalho. E, nesse momento, chamou os operários a não confiar nas eleições burguesas e confiar apenas em suas próprias forças, votando nulo.

Diante de acontecimentos como esse, ressalta cada vez mais a tarefa de erguer as oposições sindicais classistas e de lutar para recuperar os sindicatos, que estão sob o controle das burocracias conciliadoras e traidoras.

Relato da distribuição do Boletim Nossa Classe na Volks

A montadora, há muito, cercou a fábrica. Assim, a militância, para distribuir o Boletim Nossa Classe, tem de fazer malarbismos. Para atingir o lado da portaria central, os militantes estão obrigados a usar uma escada, e encaixar os boletins no alambrado (cerca). Na segunda portaria, também cercada, o relevo do terreno da Via Anchieta facilita a distribuição, não é preciso a escada.

No dia 25 de outubro, encontramos a direção do Sindicato, distribuindo jornal A Tribuna Metalúrgica, que trazia na capa a homenagem dos 40 anos da criação da comissão de fábrica da Volks. Como tem acesso à fábrica, a distribuição ocorria no pátio. Chamou a atenção de que, mesmo com a presença direção do Sindicato, inclusive com o presidente, Moisés Selerges, vários operários vieram até a cerca para

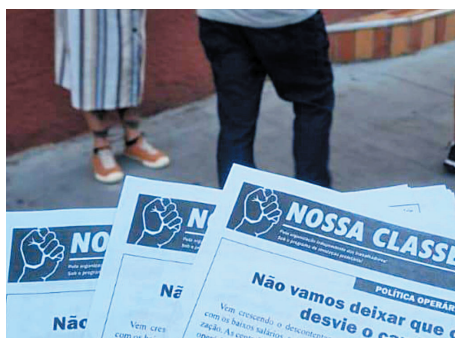
pegar o Boletim Nossa Classe. Alguns chegaram a perguntar a posição diante das eleições. Esse interesse em adquirir o Boletim Nossa Classe se deve ao trabalho sistemático que a militância porista vem fazendo nessa montadora. E, nesse período eleitoral, onde a burocracia do sindicato não fez outra coisa senão defender o voto em Lula, uma parcela dos operários pôde ver a política do POR, que se expressou na bandeira “Não confiar nas eleições burguesas. Confiar em nossas próprias forças”, para impor as reivindicações de emprego, salário, direitos etc.

Nesse dia 25, a militância, apesar de todas as dificuldades, por meio de uma caixa de som, levantou as reivindicações que unificam os explorados, o método da ação direta, e destacou a importância de construir as oposições sindicais classistas,

para enfrentar o patronato e a burocracia sindical, que anula o sindicato como instrumento da luta de classes. Também nesse dia, a militância deu continuidade à campanha do POR pelo fim da guerra na Ucrânia, levantando bem alto as bandeiras do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI): desmantelamento da OTAN, fim das sanções econômicas do Estados Unidos e aliados à Rússia, autodeterminação, integralidade e retirada das tropas russas da Ucrânia. Fez parte da agitação e propaganda, a divulgação do jornal Massas.

Esse relato expressa o esforço que o POR tem feito para penetrar as ideias classistas e revolucionárias no interior das fábricas. Expressa a tática de construir o POR junto ao proletariado, única classe genuinamente revolucionária. ■

São Paulo **Distribuição do Boletim Nossa Classe em uma fábrica de alimentos na região Norte**



Bandeiras do Brasil foram colocadas na entrada da fábrica, indicando que o patronato é apoiador de Bolsonaro. É bem provável que exista pressão sobre os operários no interior da empresa. No entanto, a resposta dos trabalhadores foi positiva, diante da distribuição do Boletim Nossa Classe, chamando a não confiar nas promessas eleitorais, mas sim a confiar nas nossas próprias forças e organização para lutar. A tarefa mais importante, nesse momento, é unificar a classe operária e os demais trabalhadores, que estão divididos entre duas candidaturas burguesas. Somente assim, poderemos enfrentar os ataques que estão por vir, diante da brutal crise capitalista. ■

Minas Gerais

Os metalúrgicos devem confiar em suas próprias forças

Está em curso a campanha salarial dos metalúrgicos das cidades de Itaúna, Florestal, Itatiaiuçu, Itaguara, Juatuba e Mateus Leme, todas no centro-oeste de MG. A luta é por reajuste salarial, ticket-alimentação ou cesta básica, aumento do valor das horas extras, auxílio-funeral e prêmio de assiduidade.

O tema das eleições também está presente. Os operários se encontram divididos, sendo arrastados para as urnas, e iludidos pelas promessas eleitorais. No entanto, é verdade que, contraditoriamente, uma parte se mostra desconfiada, percebendo que as eleições são um jogo de cartas marcadas. Uma prova disso é o elevado número de pessoas que nem comparece à votação, apesar do tempo e de todo o dinheiro que é despejado nas megacampanhas midiáticas.

As eleições nunca foram o campo dos lutadores, e os problemas da classe operária só se resolverão confiando em suas próprias forças, através das greves, piquetes, bloqueios de avenida, etc. Esse é método da ação direta, que tem de ser empregado pelos trabalhadores para conquistarem suas reivindicações. É esse o caminho que

São Paulo

Campanha do Boletim Nossa Classe contra as demissões na GM

Nenhuma demissão! Lutar pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salários.

A GM – General Motors – de São Caetano do Sul, informou, no dia 28 de outubro, que vai transferir a produção do modelo Onix, fabricado na Cidade, para Bogotá, na Colômbia. A multinacional, que, segundo a imprensa, lucrou US\$ 3,305 bilhões no terceiro trimestre de 2022, está reorganizando, transferindo a produção, para atender à alta demanda da América do Sul, e aumentar ainda mais seus lucros.

A GM já demitiu 20 operários que trabalham no setor que foi fechado, e mais companheiros estão ameaçados de perder o emprego. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Aparecido Inácio, o Cidão, um velho traidor da classe operária, vendido até a medula à patronal, disse, com a cara lavada, que “as demissões não estavam previstas, que a empresa demitiu porque não havia mais banco de horas, e que iriam conversar com a empresa”. Cambada de sem-vergonhas! Enquanto a empresa demite os operários, reduz salários e direitos, esses traidores estão na porta das fábricas chamando os operários a votarem em seus partidos e candidatos, arrastando a classe operária para a via morta das eleições burguesas, que serve apenas para trocar um burguês por outro. A classe operária não deve ter nenhuma confiança nas eleições. Nós, operários, devemos acreditar apenas em nossas próprias forças e métodos de luta, que são as greves, ocupações de fábricas, manifestações, na ação direta e unificada, para defender nossos empregos, salários e direitos.

A ofensiva dos capitalistas sobre a classe operária é geral. A Mercedes, em setembro, anunciou a terceirização de vários setores, e a demissão de 3.600 trabalhadores; a Volkswagen de São Bernardo do Campo, está informando aos operários que, se não pegarem o PDV, eles serão demitidos. Os metalúrgicos da GM, da Volks, Mercedes e demais empresas devem exigir que a direção do sindicato convoque assembleia geral em todas as fábricas, para unificar a luta contra as demissões.

A resposta da classe operária para combater as demissões é a redução da jornada, sem redução de salários, é a escala móvel das horas de trabalho – divisão das horas necessárias para produzir entre todos os trabalhadores, empregados e desempregados. É necessário rechaçar as eleições burguesas, e exigir que as Centrais sindicais e sindicatos convoquem um Dia Nacional de Lutas, com paralisação da produção e manifestações, como preparação para a Greve Geral. Frente às demissões: ocupar as fábricas. Lutar pela estatização sem indenização, e sob o controle operário. ■

tem de ser seguido nessa campanha salarial metalúrgica.

Os dois candidatos à presidência, Lula e Bolsonaro, não são iguais, mas representam duas faces da mesma moeda, se encontram no mesmo terreno da classe dominante. Das urnas sairá um governo burguês, que terá necessariamente de atacar os trabalhadores, pois, essa é uma imposição da crise econômica.

Caso vença, o PT de Lula sequer poderá distribuir migalhas, como fez em seus governos anteriores à crise de 2008-2009. Lembremos que foi o governo Dilma-Temer que usou a Lei Antiterror e a Força Nacional de Segurança contra as manifestações dos trabalhadores e da juventude. Bolsonaro utiliza as mesmas armas contra o povo pobre e negro das periferias.

É dever dos revolucionários apresentarem uma saída para a classe, através da luta direta; nossos problemas não vão ser resolvidos no campo das eleições burguesas. Ganhe quem ganhar, no primeiro dia de seu governo, nós teremos de ocupar as ruas para defender os nossos direitos. ■

São Paulo – Francisco Morato

A situação hoje exige mais do que nunca unidade entre os trabalhadores empregados e desempregados e a juventude oprimida

Construir os comitês de luta nos bairros

Os trabalhadores vivem uma situação de penúria no município de Francisco Morato. As famílias desempregadas buscam o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), para pedir o auxílio do governo estadual ou federal para suprir as necessidades mínimas, seja para pagar as contas de luz e água. A situação é tão calamitosa que falta tudo nas casas das famílias pobres. Sem emprego, não têm como arcar com o aluguel, e até mesmo sair de casa para arrumar um trabalho. Uma boa parte da juventude do município não tem emprego, e está fora da escola. O governo e seus institutos de pesquisa classificam como os “nem, nem – nem estudam, nem trabalham”. Na realidade, essa juventude vive o drama de milhões de brasileiros.

Há outros agravantes. Os trabalhadores batem na porta do sistema de saúde público (SUS) atrás de uma consulta médica e remédios, mas não os encontram. As reclamações são diárias, porque as consultas demoram meses, e as doenças não esperam. Quando conseguem uma consulta, faltam os remédios. Como se vê, a precarização da saúde pública é gigantesca. Mais ainda. Quando o trabalhador adoce, não consegue dar entrada no benefício, apesar de ter sido descontado durante anos de seus salários. O INSS burocratizado e sucateado dificulta ao máximo, ou nega o recebimento de algum benefício, apesar dos laudos indicarem a impossibilidade de trabalhar. A juventude é cada vez mais empurrada para fora da escola, porque o go-

verno impõe a Escola de Tempo Integral, fechando os cursos regulares noturnos e as EJAS. Está aí por que a os estudantes dos bairros pobres estão fora das escolas.

Esse pequeno retrato expressa a dramática condição das famílias operárias e demais explorados de Francisco Morato. Como dissemos, a indignação e o descontentamento é muito grande. No entanto, não contam com direções sindicais e populares capazes de transformar esse desespero em luta política em favor das reivindicações que unificam os explorados e a juventude. Nesse momento em que o desemprego continua alto, os salários são miseráveis e a saúde pública está no fundo do poço, essas direções estão de corpo e alma atrás de votos para eleger Lula. Criando, assim, ilusões de que Lula fará um governo voltado aos pobres e famintos.

O POR e a Corrente Proletária se têm esforçado para construir os comitês de luta nos bairros, organismos de base, capazes de reunir os lutadores em torno às reivindicações e aos métodos que são próprios dos trabalhadores, como as manifestações de rua, as assembleias populares nos bairros, etc. Têm colocado-se pela independência política das organizações dos explorados diante das disputas eleitorais. E exigido que as direções sindicais e populares organizem um Dia Nacional de Lutas, em defesa de um programa próprios dos trabalhadores. ■

USP

Direção do DCE recua com a proposta de greve eleitoreira, mas segue como entrave da mobilização dos estudantes em defesa de suas reivindicações

Na assembleia geral dos estudantes da USP de 6 de outubro, descrita no Jornal Massas de número 675, a direção do DCE (PSOL/PCB/UP), junto a outras organizações reformistas e centristas, demonstrou pretensão em realizar uma “greve” eleitoreira, que consistiria essencialmente em defender a suspensão das aulas para a realização de campanha eleitoral para Lula e Haddad. Tal política foi contraposta pela Corrente Proletária Estudantil, junto à Frente Transição de Fase, composta pelo POR e militantes independentes, quando, ainda nessa assembleia, foi apresentado um programa próprio de reivindicações dos estudantes, pelos quais uma greve, caso aprovada, deveria se orientar. Assim, na medida em que as direções burocráticas e conciliadoras não foram capazes de negar explicitamente a luta em defesa da permanência estudantil e contra a PM na USP e o avanço do privatismo, foi mantido como encaminhamento uma nova assembleia geral, que deveria ocorrer em 19 de outubro, tendo como pauta única um indicativo de greve que, caso aprovada, deveria se basear nas seguintes reivindicações, por nós apresentadas: i) devolução dos blocos K, L e D para o CRUSP e controle estudantil sobre a moradia; ii) reajuste das bolsas estu-

dantis para o valor de um salário mínimo; iii) reestatização, sob o controle de quem trabalha e estuda, dos restaurantes universitários privatizados e das linhas de circulares e demais ônibus que passam pela USP; iv) contratação de novos professores e funcionários, com efetivação dos terceirizados; v) desmantelamento da base da Polícia Militar na USP e fim das operações das instituições privadas de ensino no campus.

Assim, após a assembleia, a Corrente Proletária Estudantil, por meio da Frente Transição de Fase, iniciou a campanha de denúncia da pretensão das direções estudantis de deformarem o método da greve, para subordinar o movimento às eleições, e defendeu um calendário de mobilização por uma real greve estudantil em defesa das reivindicações próprias do movimento. Paralelamente a esse processo, a baixa capacidade das direções estudantis de consolidar um amplo movimento em torno a pautas estritamente eleitoreiras se foi tornando explícita, em particular por meio da baixa adesão à paralisação convocada no contexto dos movimentos de 18 de outubro, ao passo que a pressão de parte da base por uma real greve por reivindicações foi tomando alguma projeção.

Frente a esse cenário, a direção do DCE, de forma autoritária, buscou adiar, com menos de 6 horas de antecedência, a data da assembleia seguinte, passando do dia 19 para o dia 20, e alterando sua pauta de indicativo de greve para “*balanços e perspectivas de luta*”, abandonando toda a lista de reivindicações aprovada na assembleia anterior. Com esse acontecimento, a Frente Transição de Fase prontamente fez um chamado a outras organizações estudantis mais combativas para organizar uma reunião extraordinária, visando a estabelecer ações em resposta à violação da soberania da assembleia geral por parte da direção do DCE. Assim, no horário em que deveria ter ocorrido a assembleia estudantil, se instaurou uma reunião com outras organizações e militantes independentes, que definiu, por meio da discussão coletiva, uma moção de rechaço à violação da soberania da assembleia por parte da direção do DCE, bem como um calendário de mobilização em defesa da lista de reivindicações já anteriormente aprovada, e em apoio a ocupação do curso de pedagogia do campus de Ribeirão Preto.

Assim, a assembleia do dia 20, que contou somente com cerca de 200 estudantes, devido à manobra da direção do DCE, foi marcada pelo embate político entre a direção do DCE e reformistas e centristas oportunistas (PSTU) de um lado, e as organizações que se articularam por meio do chamado da Transição de Fase, de outro. Devido ao baixo quórum da assembleia, que contou em maior parte com a militância das organizações reformistas e centristas, a moção de rechaço à violação da soberania da assembleia, bem como o calendário de mobilização, definidos na reunião do dia anterior, não foram aprovados. Para justificar o adiamento da assembleia e a mudança de pauta, a direção do DCE chegou ao extremo de falsificar a ata da assembleia de 6 de outubro, alegando que na verdade havia sido aprovado um “*indicativo*” de assembleia, com indicativo de greve, dan-

do à direção um suposto direito de suspender a convocação da assembleia. O calendário de mobilização alternativo proposto pelo DCE, e que foi aprovado, por sua vez, concentra a maior parte de suas ações na semana entre os dias 24 e 29, no âmbito da campanha eleitoral, e não prevê mobilizações em novembro, além da entrega de uma “*carta*” de reivindicações à reitoria no final do semestre, tratando-se de uma clara manobra de contenção da mobilização dos estudantes.

Apesar desse resultado, contudo, a maioria dos poucos estudantes independentes presentes na assembleia (que totalizavam algumas dezenas) votaram de acordo com as propostas de moção e calendário apresentadas em oposição às propostas do DCE. Isso indicou uma vitória ideológica contra a direção burocrática, que buscou, sem sucesso, subordinar o movimento à via eleitoral ainda na assembleia de 6 de outubro. Isso, pois, as intervenções dos militantes da Corrente Proletária Estudantil e da Transição de Fase na assembleia, que defenderam as propostas de moção e de calendário de mobilização em reivindicações das reivindicações por permanência e contra a PM e o privatismo na USP, expressaram os interesses da maioria da base estudantil desvinculada da política de qualquer corrente reformista e centrista.

Esse resultado demonstra o acerto da linha aplicada pelo POR na USP, que buscou opor-se à subordinação do movimento à via eleitoral, partindo primeiro da defesa do voto nulo e da oposição à deformação do método da greve, e contrapondo a política eleitoral da direção do DCE com a defesa da mobilização em torno a uma lista de reivindicações. O resultado da última assembleia estudantil expressou um avanço no combate à política das direções reformistas e centristas, e expressando condições de desenvolver uma oposição revolucionária no movimento estudantil da USP. ■

São Paulo

Assembleia Legislativa aprovou o fim do confisco aos aposentados

Havia um consenso de que a imposição do desconto da Previdência aos aposentados pelo governador Doria, em 2020, trouxe um desgaste político para o PSDB. Cobrar a Previdência de um funcionário público que recebe um salário mínimo causou muito descontentamento. Entre os professores aposentados, a reivindicação de fim do confisco salarial tornou-se uma exigência fundamental para a Apeoesp. Nos últimos meses, os candidatos ao governo de São Paulo, incluindo o direitista Rodrigo Garcia, que substituiu Doria, foram obrigados a discursar contra o confisco.

Assim, no Projeto de Lei Complementar (43/2022) ganhou o caráter de urgência, e foi votado por unanimidade na Alesp. Para isso, a direção da Apeo-

esp, por meio da presidente e deputada Maria Isabel, chamou os aposentados para ocuparem as galerias e “pressionarem” os deputados. O comparecimento foi pequeno, mas como havia um acordo de retirar do PSDB o peso de ter instituído o desconto aos aposentados, o PL foi aprovado e aguarda, agora, a sanção do governador. No dia seguinte, os aposentados começaram a receber a mensagem de voz de Maria Isabel por telefone pela conquista.

Nesse mesmo dia, 25 de outubro, a Apeoesp também convocou os professores da categoria “O”, para pressionar em favor do PL 42/2022, de autoria de Maria Isabel, que se refere à prorrogação dos contratados de 2018 e 2019. A presença foi pequena, porque a maioria entendia

que em fevereiro teria condições de estarem aptos para assumir aulas. Imperou a passividade por parte dos contratados, e a ausência de uma enorme campanha por parte do sindicato contra a possível demissão de 30 mil professores, buscando a unidade de efetivos e contratados e as manifestações coletivas de rua. O fundamental é que impera nas escolas o descontentamento dos contratados, que sentem o peso da jornada de trabalho estafante, as condições precárias de trabalho e a instabilidade.

A Corrente Proletária interveio, tanto na luta dos aposentados contra o confisco, quanto na dos contratados. Defendeu as assembleias unitárias e levantou a bandeira de estabilidade dos professores contratados, por meio da efetivação de todos. ■

São Paulo

Balço do 31º Congresso do SINPEEM

Direção sindical impõe mais um Congresso burocrático e distracionista

Aconteceu, entre os dias 18 e 21/10, o 31º Congresso do SINPEEM. É a primeira edição desde que eclodiu a Pandemia, e o primeiro encontro coletivo da categoria em todo o ano de 2022. A Corrente Proletária na Educação participou ativamente, tendo realizado uma campanha antes e durante, para que fosse um Congresso democrático e de luta. Apesar disso, prevaleceu a linha ditada pela direção sindical, repetindo o caráter despolitizado, distracionista e profundamente burocratizado dos anos anteriores. E isso, num quadro de avanço das tendências bélicas, com a guerra na Ucrânia, e dos ataques sobre os explorados de todo o mundo, num quadro de grande divisão dos oprimidos brasileiros em torno às candidaturas de Lula e Bolsonaro. Era para o Congresso servir à reunificação e à preparação da resistência coletiva dos trabalhadores em educação do município, em unidade com os outros setores, mas não foi o que se passou.

Há tempos que os Congressos são marcados pelo predomínio de palestras acadêmicas, dos shows, atividades culturais e outras atividades distracionistas. Há até uma sala com o oferecimento de massagem aos delegados. Há tempos também que a Corrente Proletária na Educação denuncia esse traço distintivo, profundamente nocivo para os trabalhadores, e que destoa do caráter classista e de luta, herdado da tradição operária, que deveria ter o Congresso.

O problema começa desde a escolha dos delegados nas escolas. A direção sindical estimula a ideia de um Congresso de formação acadêmica – o que é grave, pois, além de esta não ser uma atribuição dos sindicatos, acaba alimentando o discurso do governo, de responsabilização dos trabalhadores pelos problemas da educação, como se a falência do ensino se originasse de uma suposta formação acadêmica insatisfatória. O resultado é que, em muitas escolas, os delegados sequer são eleitos, são sorteados – como se se tratasse da distribuição de um tipo de benefício, e não um Congresso voltado a discutir, votar e encaminhar as resoluções de luta. Muitos vão ao Congresso tão somente para evitar a dureza do chão-de-escola por quatro dias, gozando da dispensa de ponto. Este ano, o caráter distracionista foi acentuado, com a diminuição do tempo destinado às plenárias. Nas últimas edições, foram reservadas a essa finalidade uma manhã e uma tarde, o que já era pouco, sendo o resto da programação ocupada pelos painéis, palestras e shows. Desta vez, o Regimento só foi à votação no segundo dia (um absurdo em si mesmo), ocupando parte de uma das plenárias. No dia seguinte, um show foi colocado pela direção sindical bem depois do almoço, tomando parte do tempo da segunda plenária.

Nada disso é fortuito, trata-se de uma artimanha da direção para evitar os embates políticos, o choque de ideias e, assim, as críticas à própria direção. Há outras evidências disso, como a não inscrição de teses dos agrupamentos. Impõe-se o chamado “Texto Referência”, defendido como se fosse o acúmulo de resoluções anteriores, mas que é, na verdade, a tese da própria Diretoria (corrente Compromisso e Luta, dirigida pelo Cláudio Fonseca/Cidadania, presidente há 36 anos do sindicato). Às demais correntes resta inscrever emendas ao “Texto Referência”, e mesmo assim, com limite de tamanho (uma quantidade de toques pré-determinada, por assunto), e tendo de apresen-

tar no mínimo 90 assinaturas. Em suma, uma montanha de filtros burocráticos, que mutilam a apresentação das ideias. A Corrente Proletária, como de costume, criticou a imposição do “Texto Referência” e distribuiu aos delegados a sua Tese, utilizando seus próprios recursos.

Outra evidência é que a aprovação ou não das emendas é tratada como mera formalidade, dado que as emendas que contrariam a política da direção são simplesmente ignoradas. É o que aconteceu, por exemplo, com a aprovação da reabertura das subseções (que, aliás, constam dos Estatutos), resolução que foi aprovada em duas circunstâncias, e não foram encaminhadas. Este ano, esse problema se agravou. Resoluções polêmicas, algumas com críticas abertas à direção, foram aprovadas sem defesa contrária, demonstrando uma disposição evidente de evitar o desgaste em plenário. É claro que, tendo sido aprovadas, poderão ser cobradas, cabendo nesse caso a continuidade da luta política desde a base. Um exemplo de aprovação formal é a da prestação de contas do Congresso. A Corrente Proletária tem feito uma cobrança nesse sentido, conseguindo aprovar a proposta no momento do Regimento. A Diretoria ou não cumpre, ou apresenta dados seletivos oralmente em plenárias esvaziadas, ou simplesmente não apresenta. Uma verdadeira prestação de contas teria de ser apresentada por escrito, na imprensa do sindicato, com detalhamento dos gastos. Isso permitiria verificar o quanto se gasta, por exemplo, com os shows e com os palestrantes. Vale salientar que alguns dos convidados para os painéis comparecem ao evento com posições duvidosas e até reacionárias, como a defesa do ensino a distância, ensino híbrido, etc.

A indiferença com o que se aprova é uma atitude demonstrativa do elevado grau de decomposição burocrática do SINPEEM.

Duas importantes resoluções foram aprovadas

A Corrente Proletária na Educação conseguiu aprovar duas resoluções importantes, com caráter prático.

A primeira, sobre uma campanha pelo fim da guerra na Ucrânia, contendo as bandeiras defendidas pelo Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (CERQUI), organismo a que o POR brasileiro integra. Eis: pelo fim da guerra na Ucrânia, desmantelamento da OTAN e das bases militares dos Estados Unidos na Europa e no mundo, revogação das sanções econômicas dos Estados Unidos à Rússia, autodeterminação, integralidade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia.

A segunda, sobre o Dia Nacional de Lutas. Que as centrais, sindicatos e movimentos convocassem um Dia Nacional de Lutas, em defesa dos empregos, salários e direitos, como preparação para a greve geral.

Agora, é preciso exigir que a direção do sindicato coloque em prática tal decisão.

Burocracia encerra o Congresso sem colocar em votação as moções

Tradicionalmente, os Congressos de trabalhadores reservam um momento para a discussão e aprovação de moções de

apoio às lutas, de repúdio à repressão, ou de outra natureza. O Regimento do Congresso do SINPEEM trouxe, dessa vez, um filtro burocrático inaceitável, exigindo que as moções fossem assinadas por 5% dos delegados (na prática, cerca de 110 assinaturas de delegados).

A Corrente Proletária defendeu contra, tendo sido derrotada. Mesmo assim, acatou a decisão e saiu à busca de assinaturas para uma moção de repúdio à perseguição política, com dois destaques: um sobre uma professora, militante do POR, da região de Caraguatuba/SP, que está sendo ameaçada de demissão por apoiar a luta dos estudantes de sua escola contra a farsa do ensino integral, outro sobre a perseguição e repressão aos lutadores do POR boliviano, entre eles Rodrigo Amorós e José Luis Alvares, pelo governo do MAS, Arce Catacora. A moção, em síntese, levantava a necessidade de defender os lutadores contra a violência do Estado burguês, em defesa das liberdades democráticas.

No entanto, nenhuma moção foi debatida, a direção do sindicato manobrou o Congresso, utilizando o argumento do esgotamento do horário (o mesmo horário que a própria direção desperdiçou com shows e outras atividades inócuas), deixando de apreciar a moção que a Corrente Proletária havia conseguido apresentar, inclusive com mais assinaturas do que as exigidas pelo filtro burocrático.

Atuação das oposições

É preciso mencionar outro aspecto sobre o Congresso: o papel das oposições. Houve um avanço quanto à Unidade da Oposição, frente já estabelecida, mais numerosa e que congrega a maior parte dos agrupamentos oposicionistas, que esteve praticamente desarticulada durante a Pandemia, e voltou a se reunir, fazendo uma atividade durante a programação do Congresso. A Corrente Proletária teve um papel importante nesse sentido, tendo cobrado a ação unitária em torno dos pontos comuns, que são as defesas da independência e da democracia no SINPEEM. A atividade foi mal preparada, é verdade, e a Corrente não deixou de fazer a crítica por sua organização tardia.

Porém, houve dois problemas mais graves quanto à atuação das oposições: o primeiro é que a quase totalidade dos seus coletivos foi ao Congresso inteiramente dedicada à campanha eleitoral, isto é, à caça de votos para Lula e Haddad, coincidindo nisso com uma parte da própria direção, uma vez que a corrente Compromisso e Luta, dirigida pelo presidente Fonseca, é uma corrente sindical heterogênea, abrigando também em seu interior petistas e seus satélites. A Corrente Proletária criticou a subordinação da luta pelas reivindicações à disputa eleitoral, defendendo uma linha de independência de classe; apresentou a defesa do voto nulo como uma imposição, dada a legislação proibitiva em relação à intervenção dos revolucionários; e indicou a necessidade de inverter a relação entre a intervenção eleitoral e o programa de reivindicações das massas, de modo que este último subordinasse aquela. Uma linha política que exigia deslocar toda a atenção dos delegados para a construção de um plano de lutas, que refletisse as reais exigências dos trabalhadores em geral, em combinação com as tarefas específicas da categoria, além de apontar o método correto para atingi-las, que é o método da ação direta das massas, ou seja, as greves, ocupações, bloqueios de avenidas, etc.

Antes de abordar o segundo problema, cabe um parêntese sobre a questão do plano de lutas. Com o escasso tempo que foi destinado às plenárias, é claro que foi necessário um esforço

para garantir ao menos o debate acerca do plano de lutas, algo com o que a direção cinicamente declarou estar de acordo. Uma das correntes da Unidade da Oposição, a Democracia e Luta, apresentou uma proposta na plenária da quarta-feira para que fosse feita uma reunião à parte dos coletivos, onde seria elaborado um apanhado contendo os pontos consensuais mais importantes do plano de lutas, para que fosse depois submetido à apreciação dos delegados. A Corrente Proletária na Educação não participou dessa reunião, tendo tomado essa decisão levando em conta o histórico de enfrentamentos com a burocracia sindical, que sempre utilizou esses acordos contra a oposição, manobrando para eliminar o debate sobre propostas à margem.

E foi precisamente nesse ponto, sobre o acordo em torno do plano de lutas, que se manifestou mais abertamente o segundo problema mais grave, que foi a divisão no seio das oposições. Esse elemento não é uma novidade, mas resultou numa separação mais profunda, inclusive com atritos durante a última plenária, na frente do conjunto dos delegados, o que só favoreceu à burocracia sindical, a qual não perdeu a oportunidade de utilizar demagogicamente a contenda. De um lado, ficaram as correntes que sempre compuseram a Unidade da Oposição, que participaram da reunião com a direção para costurar o referido acordo, e de outro lado, contra o acordo, ficou um agrupamento menor e mais à esquerda, uma frente ainda incipiente, envolvendo o coletivo Vozes da Base, a LOI e autonomistas, uma aliança que vem se configurando nos últimos movimentos grevistas, expressando justamente uma insatisfação com a política da fração majoritária da Unidade da Oposição. Esses dois blocos realizaram atividades separadas durante a programação do Congresso. A Corrente Proletária na Educação atuou em defesa da unidade das oposições para lutar contra a direção burocrática do SINPEEM. Na reunião de avaliação final do setor mais à esquerda, a Corrente Proletária foi uma das defensoras de uma ampla plenária oposicionista de base, resolução que foi aprovada, com a indicação de que se realize no final de novembro. Cabe trabalhar para convencer os coletivos e trabalhadores independentes quanto à importância da construção dessa unificação.

Conclusão

Por último, vale destacar a importante campanha que a Corrente Proletária fez em torno de sua Revista Proletária da Educação, número 11. A Corrente fez ainda uma reunião de balanço, com alguns simpatizantes, demonstrando o zelo com as ideias e com a intervenção prática no seio da categoria, e junto aos trabalhadores em geral. A tarefa agora é fazer com que este balanço chegue ao máximo de educadores da rede, com o objetivo de politizar e mobilizar a base. As eleições burguesas vão passar, a tendência é de que a guerra na Ucrânia se prolongue, e a burguesia certamente continuará aprofundando seus ataques sobre os explorados, o que tornará mais urgente a organização da resistência coletiva. Um dos próximos alvos, ao que tudo indica, será a contrarreforma administrativa (PEC 32), que visa a golpear a estabilidade do funcionalismo público.

É preciso cobrar que a direção do sindicato convoque uma assembleia presencial, caminho por onde poderemos colocar de pé uma poderosa campanha contra a retirada de direitos. É fundamental insistir também na cobrança de que as centrais, sindicatos e movimentos se coloquem pelo fim da guerra na Ucrânia, e que convoquem um Dia Nacional de Lutas, tal como foi aprovado no 31º. ■

Boletim da Corrente Proletária na Educação - Docentes-Universidade

Conjuntura, movimento docente e posição quanto à CSP-Conlutas

O Boletim de outubro da Corrente Proletária traz os dois textos de contribuição ao XIV CONAD Extraordinário do ANDES-SN. O Conselho de Associações docentes ocorrerá de 12 a 13 de novembro, em Brasília, e a CPE contará com um delegado eleito com base em nossas teses. O primeiro texto é a atualização do debate sobre conjuntura e movimento docente; o segundo, é o balanço das centrais sindicais e posição quanto à intenção de desfiliação do sindicato nacional da CSP-Conlutas. Os encaminhamentos sobre o tema II serão enviados para o próximo Congresso do sindicato nacional.

Conjuntura e Movimento docente

O texto “Reunificar os explorados em torno de suas reivindicações, com os métodos de ação direta”, é dividido em três partes.

Na primeira, trata da análise da conjuntura internacional. Os principais pontos desenvolvidos são: a) a tendência a uma nova recessão econômica mundial a partir de 2023; b) a elevação do custo de vida, que passa pelos combustíveis e alimentação, sobretudo, e encontra no prolongamento da Guerra na Ucrânia um de seus fatores fundamentais; c) um novo momento da luta de classes mundial.

A recessão mundial é parte da desintegração do capitalismo em sua fase imperialista. O parasitismo financeiro se intensifica exigindo novas contrarreformas. A partilha do mundo pós-Segunda Guerra mundial mostra-se esgotada. Uma nova etapa de ofensiva imperialista se projeta em todo o mundo: no cerco à Rússia, por meio da Ucrânia; no cerco à China, a partir do conflito em Taiwan; na direitização da política burguesa, que se manifesta tanto na força da ultradireita reacionária quanto nas medidas antipopulares dos governos de esquerda, que são obrigados a se chocar com as massas.

A Guerra na Ucrânia demonstra o crescimento das tendências bélicas do imperialismo, com o armamento ucraniano em grande escala. O governo de Putin não pode apoiar-se nos métodos do proletariado internacional e, por isso, se defende exercendo a opressão nacional sobre o país vizinho. Representa uma “nova classe possuidora, nascida a partir do enriquecimento de setores da própria burocracia, por meio das privatizações e do parasitismo estatal”, assinala a tese. A Corrente Proletária na Educação mantém a campanha do Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (CERQUI), sintetizada em um conjunto de bandeiras, que apresentará no CONAD Extraordinário: “1) Pelo fim da Guerra na Ucrânia; 2) Pelo desmantelamento da OTAN e suas bases militares; 3) Abaixo as sanções do imperialismo contra a economia mundial; 4) Pela autodeterminação e integridade territorial da Ucrânia: fora as tropas russas; 5) Fora os EUA de Taiwan!”.

Na segunda parte, ainda do primeiro texto, centra-se na conjuntura nacional. Aponta, de início, que a tarefa “mais importante da conjuntura nacional é reconquistar a independência política e organizativa dos explorados”. O cenário aberto após o segundo turno será o de ataque à vida das massas. No caso de Bolsonaro vencer, o governo continuará a descarregar os efei-

tos da crise econômica sobre os mais explorados e oprimidos do país, além de manter seu obscurantismo religioso. As tendências fascizantes precisam, como antes, ser combatidas no campo da independência de classe e não, como foi feito pelos reformistas e centristas, pelo desgaste eleitoral e parlamentar. Com a vitória de Lula, seu governo estará condicionado também pela crise econômica e política, e se diretizará rapidamente, o que já se pode ver pelas alianças contraídas desde o primeiro turno. A experiência mostra que a colaboração de classes, que paralisa os sindicatos e os movimentos, deve ser combatida desde já. As promessas de campanha cairão por terra. São incompatíveis a defesa do agronegócio e a da natureza; a defesa dos lucros das grandes empresas monopolistas e a da elevação do salário mínimo para atender dignamente uma família; a defesa do parasitismo da Dívida Pública e a dos serviços públicos e empresas estatais; a defesa das relações da igreja e Estado e a dos direitos democráticos, como o aborto. A superação da crise de direção, nos movimentos, nos sindicatos e nas centrais é fundamental para combater os governos e lutar pelas reivindicações. Os métodos da ação direta, greves, ocupações, bloqueios, são essenciais para defender a vida das massas.

Na terceira parte da conjuntura nacional, elencam-se alguns eixos da luta do movimento docente e nas universidades que se devem projetar, a partir de agora: “1) Enfrentar os ataques às Universidades e Institutos Federais, que podem ser sintetizados nos seguintes pontos: a) brutais cortes orçamentários; b) ampliação do privatismo interno; c) expansão do Ensino a Distância (EaD, Reuni Digital e Híbrido); d) afrontas cada vez maiores à autonomia universitária; e) Instituições de ensino mais elitistas e excludentes. 2) Lutar para derrubar e enterrar a contrarreforma administrativa, e revogar a Emenda Constitucional 95 (do teto dos gastos), as contrarreformas trabalhista e previdenciária. 3) Erguer a luta pelos salários, corroídos pela alta do custo de vida e o arrocho salarial”. Em cada um destes pontos, enumeram-se dados e experiências recentes que demonstram o quanto os governos avançaram em seu privatismo e no sucateamento das instituições de ensino. Demonstra-se também como as contrarreformas, do passado recente e do presente, servem para alimentar o parasitismo financeiro e destruir este serviço público, que é a Educação. O ANDES-SN tem a obrigação de levantar uma luta em defesa de um único sistema de ensino público, gratuito, laico e vinculado à produção social. Além disso, o documento da Corrente afirma: “É urgente que o ANDES-SN oriente as bases a retomarem as assembleias e comitês presenciais, para construir as mobilizações e greves capazes de derrubar a PEC 32, revogar a EC 95 e a Reforma Trabalhista, e arrancar dos governos a reposição integral das perdas inflacionárias. Essa defesa é parte da luta por estabilidade a todos os trabalhadores, garantia de salários não inferiores ao salário mínimo vital e de direitos trabalhistas”.

Pela centralização política e organizativa dos explorados

O segundo texto trata sobre a questão da CSP-Conlutas e o balanço de sua atuação. Com o título “Como o ANDES-SN pode contribuir para a tarefa de unificar e centralizar a luta da classe operária e os demais explorados?”, o documento da Corrente

Proletária busca desenvolver as posições históricas do Partido Operário Revolucionário sobre a questão da divisão das Centrais sindicais, e fazer um balanço do movimento sindical e as derrotas do proletariado brasileiro nas últimas décadas.

O texto de contribuição parte de alguns aspectos históricos, desde a criação da CUT na década de 1980, que representou um processo progressivo de reorganização da classe operária e de centralização das lutas, em nível nacional, contra os governos de plantão, até chegar aos anos atuais, quando aparece novamente como “oposição” aos governos de Temer e Bolsonaro, depois de décadas de colaboração de classe com governos de diferentes matizes. Esta parte do texto passa pela década de 1990, mostrando como a “política propositiva”, nos dois mandatos de FHC, serviu para moldar a conciliação de classes, e impor derrotas ao proletariado brasileiro. Houve uma adaptação das burocracias sindicais à luta parlamentar, que coincide com o giro à direita do próprio PT, depois da derrota em 1989. As “esquerdas”, como as alas do PT, ou o PSTU, também se adaptaram aos aparatos da CUT. De modo geral, as esquerdas se uniram para eleger Lula, que, desde a campanha, afirmou os compromissos com o grande capital. As reformas da Previdência e Sindical, no entanto, levaram a uma divisão das esquerdas, e arrastou setores do funcionalismo público para a aventura do divisionismo sindical. A criação da Conlutas e depois da CSP-Conlutas não nasceu de um levante generalizado da classe operária e dos explorados. As disputas entre as correntes de esquerda, alas do PT que formaram o PSOL e o PSTU, impediram, inclusive, que houvesse unidade na divisão: de um lado, formou-se a Intersindical e, de outro, a CSP-Conlutas. A divisão da CUT foi ampliada por outros partidos e correntes, a exemplo do PCdoB, que criou a CTB. O divisionismo sindical é parte de uma política aparelhista das burocracias, sejam de esquerda ou de direita. Mesmo com o golpe ao governo de Dilma Rousseff, a postura das direções sindicais pouco muda. O imobilismo e a política de pressão parlamentar se mantêm comprovando que, como governo ou como oposição, as direções sindicais não se apoiam nas reivindicações e nos métodos da ação direta. CSP-Conlutas e Intersindical, ultraminoritárias, não podem levantar movimentos nacionais, ficando a reboque das grandes Centrais, como CUT e Força Sindical. Comparecem, nos governos de Temer e Bolsonaro, como a ala esquerda de Frente burocrática das Centrais Sindicais, que não levam à frente as greves gerais para combater as Reformas Trabalhistas (2017) e Previdenciária (2019).

As derrotas do proletariado brasileiro e das amplas massas oprimidas se completa com os últimos anos de Pandemia do novo coronavírus, quando acordos de redução salarial, fechamento de fábricas, destruição de direitos, desemprego em massa são executados. Todas as Centrais, das mais à direita às mais esquerdistas, colaboraram com a política burguesa do isolamento social, que não garantiu que as massas se protegessem da Covid, mas garantiu a lucratividade do grande capital, mesmo em avançada crise econômica. A aprovação da MP 936, em inúmeras assembleias virtuais, de todas as Centrais, comprova o papel de conciliação que todas as direções sindicais realizaram neste período de piora nas condições da vida das massas.

Apesar de ter havido algumas lutas e greves isoladas, bem como manifestações massivas em 2021, todos os partidos de esquerda utilizaram os sindicatos e os movimentos para desgastar eleitoralmente o governo de Bolsonaro e impulsionar a candidatura de Lula, que apareceu no horizonte de 2022 como

a “única saída possível”. A hipocrisia e a impotências das correntes e partidos de esquerda durante a Pandemia revelou que a crise de direção é uma tragédia para as massas exploradas. O texto da Corrente afirma em forma sintética: “Não houve política independente de nenhuma das correntes que atuam na direção ANDES-SN para se opor à linha majoritária no movimento sindical dos últimos anos. Houve uma grande unidade, que se materializou nas eleições de 2022, no apoio à candidatura de Lula/Alckmin. As lutas sindicais estiveram a reboque da disputa interburguesa, para o campo das eleições. Passadas as eleições gerais, os aparelhistas voltam a se dividir, cada qual reivindicando o “seu balanço” e lutando pelo “seu aparelho”, embora, na prática, toda a esquerda tenha executado a mesma política nos últimos anos”.

O texto sobre o tema da CSP-Conlutas levanta, em sua última seção, “A política proletária para os sindicatos e Central”. Parte da conclusão de que a colaboração de classes resultou em profundas derrotas nas últimas décadas. Mostra que a conciliação continua, embora tenha mudado de forma ao longo desse mesmo período. Indica que a crise econômica mundial, agora em aberta fase de recessão global, potencializará as contrarreformas, a redução dos salários, a destruição de direitos, a fome e a miséria, o que exigirá lutas nacionais e internacionais, para fazer frente a este quadro de ataque à vida das massas. Recoloca-se, com mais força, a necessidade de unidade organizativa e política do proletariado, para enfrentar os capitalistas e seus governos. Afirma: “Parte do programa que defendemos inicia-se com a constatação que nosso objetivo estratégico é o de constituir uma Única Central Sindical, Operária e Democrática. Este objetivo esteve presente no início dos anos de 1980, mas foi destruído, por oposição burguesa externa, com a criação da Força Sindical, e pela política interna dos reformistas. Entretanto, este é o objetivo que cabe a toda a classe operária e ao conjunto dos trabalhadores em nosso país. A unidade organizativa e política de todo o proletariado deve ser nossa estratégia para fazer frente às crises sucessivas do capitalismo e aos ataques impostos pelos governos e pelos capitalistas”.

Nossas propostas

Para concretizar o objetivo estratégico, o texto da Corrente indica a tática correspondente, que é a bandeira de um Congresso de unificação das centrais e a constituição de uma Única Central. Encerra, apontando a resolução mais correta para o momento e para o movimento sindical brasileiro: “Opor-se ao divisionismo sindical, face oposta, mas irmã, do burocratismo sindical, avaliando que as divisões do passado devem ser combatidas com a defesa atual da unidade organizativa e política de todos os trabalhadores do país; Rejeitar a tentativa de retorno do ANDES-SN à CUT, por expressar uma disputa aparelhista, e não voltada à superação da fragmentação do movimento sindical e operário; Rejeitar qualquer nova divisão em relação aos sindicatos ou às centrais, compreendendo que o movimento docente é parte do movimento geral dos trabalhadores e não pode ficar isolado; Lutar pela realização de um Congresso de Unificação de todos os trabalhadores do país, a partir de suas reivindicações elementares, da democracia e dos métodos próprios da classe operária; Que o Andes se posicione por um congresso da CSP-Conlutas que tenha por objetivo discutir e decidir sobre a defesa de uma única central classista, independente e democrática”.

Rio de Janeiro

Encontro da Corrente Proletária: Guerra na Ucrânia e Eleições

No último dia 15 de Outubro, a Corrente Proletária da Educação realizou a sua primeira atividade presencial aberta no Rio de Janeiro. O encontro representou um grande avanço na construção e intervenção do POR no estado. O evento, que contou com o apoio do SindPetro, que cedeu o espaço, foi chamado para debater dois problemas fundamentais para os explorados neste momento: a Guerra na Ucrânia e as eleições no Brasil.

Durante o encontro, que contou com a presença de militantes e simpatizantes, foram feitas discussões sobre o prolongamento da guerra, através das ações do imperialismo (EUA/OTAN/UE), além das raízes históricas do conflito, que devem estar na base da compreensão do problema. Foram citados e lidos trechos do folheto produzido pelo POR, quando a guerra datava 5 meses.

Em relação às eleições, uma camarada fez uma exposição geral, apresentando a linha do partido, principalmente aos simpatizantes que compareceram. Em seguida, abriu-se para o debate, onde todos puderam se colocar livremente. O essencial do debate foi mostrar que a luta dos explorados deve ser para unificar o proletariado, que hoje se encontra dividido entre duas saídas burguesas, Lula e Bolsonaro. Para isso, a linha do partido no último período foi de centrar fogo na luta em torno às reivindicações mais sentidas dos trabalhadores, esse é o caminho da unificação, não da divisão.

Além dos temas citados, foi feito também uma discussão em torno da conjuntura atual do estado do Rio, bem como dos próximos passos a serem dados pela militância porista. O encontro de formação política no Rio será no dia 19 de novembro, com o tema da Opressão sobre as massas negras e política proletária. Viva a construção do Partido Operário Revolucionário no Rio de Janeiro!

Campanha do POR pela libertação dos dirigentes sindicais da Federação do Magistério de La Paz, Bolívia

Moção

Pela imediata liberdade, aos professores José Luís Álvarez, Leandro Mamani, Felipe Loza y Teodora Álvarez

Não à intervenção do governo da Bolívia na Federação do Magistério Urbano de La Paz

Pelo direito de livre organização e expressão sindicais

O Partido Operário Revolucionário (POR) e a Corrente Proletária na Educação denunciam a prisão de quatro dirigentes da Federação do Magistério Urbano de La Paz, e exige a imediata liberdade dos companheiros professores bolivianos. Ergue a bandeira histórica da luta dos trabalhadores contra a intervenção do Estado em seus organismos sindicais. Defende a liberdade de organização e expressão dos trabalhadores e de seus dirigentes.

Os professores José Luís Álvarez, Leandro Mamani, Felipe Loza y Teodora Álvarez foram presos por protestarem e exigirem do governo Luis Arce Catacora e do Ministério do Trabalho que emitisse uma resolução de reconhecimento da Federação, já que todos os documentos foram entregues há seis meses. Denunciaram que esse atraso por parte do governo tem levado ao estrangulamento financeiro da Federação do Magistério.

Nós, sindicatos e sindicalistas brasileiros, solidarizamos com a moção e nos colocamos em defesa da liberdade dos professores; e que o governo boliviano atenda à reivindicação dos dirigentes e professores da Federação do Magistério Urbano de La Paz, Bolívia.

ARECESP
OESTE LAPA
R. Crasso 159 - Vl. Romano
CER-05943-010

Rio Grande do Norte / Boletim da Corrente Proletária na Educação - outubro

O Boletim nº 18 da Corrente Proletária (CPE) divulga a experiência sobre a vitória parcial dos professores da escola Estadual Elia de Barros, em São Gonçalo do Amarante/RN, contra a imposição da gestão da escola de tentar usar parte do tempo do 1/3 da hora-atividade para que o professor comparecesse à escola, comprometendo assim o direito ao livre planejamento. A Corrente avalia a conquista dos professores como uma vitória parcial, pois foi fruto da organização e vontade coletivas dos professores. A CPE se empenha para fortalecer a organização coletiva, para quebrar o isolamento e divisão na categoria, e luta por constituir uma fração revolucionária no interior do sindicato, para recuperá-lo como instrumento de luta.

O Boletim também avalia a reeleição de Fátima (PT) ao governo do estado como continuidade da política de aliança com a oligarquia regional, mostrando que as massas foram arrastadas a confiar nas eleições e que estão divididas entre a ala bolsonarista e a petista, fruto da campanha presidencial. Chama o voto nulo, para construir a resistência aos ataques vindouros na situação de aprofundamento da crise econômica capitalista, e levanta a bandeira de independência de classe. Outro ponto é a denúncia contra a farsa do reajuste salarial irrisório de apenas 11% dado pelo prefeito de SGA, que contempla apenas parte dos servidores. Colocamos a necessidade de organizar a luta, junto à classe operária, para impor o salário mínimo vital em todos os setores. Além

disso, denunciamos também a implementação do ponto eletrônico pela empresa JMT aos trabalhadores terceirizados. Como se não bastasse os terceirizados amargarem uma jornada estafante, com poucos profissionais, e de receber um mísero salário mínimo, agora são obrigados a se responsabilizar pelo ponto eletrônico, tendo de usar o próprio celular e internet para enviar suas fotos. É preciso que os sindicatos organizem os trabalhadores terceirizados contra esse ataque, além da campanha de efetivação.

Por fim, o Boletim analisa o texto sobre a democracia e os conselhos escolares, publicado no boletim "Extra Classe" (edição janeiro de 2022), pela direção do SINTE-RN. O texto traz noções abstratas sobre democracia, sem revelar seu conteúdo de classe, chegando a afirmar que é expressão do "poder" do povo. A CPE considera que os Conselhos e a gestão escolar são órgãos estranhos à democracia operária, pois são vinculados às ingerências da Secretaria de Educação. Por isso, é falso dizer que são órgãos "independentes". A CPE luta pela real democracia nas escolas, pelo direito de livre manifestação e expressão e pela constituição da Assembleia Geral Escolar soberana, composta pelos estudantes, professores e funcionários. Faz campanha contra o projeto de Bolsonaro de impor a "Escola sem Partido". E combate as perseguições políticas contra os trabalhadores da educação e estudantes. Nesse momento, denuncia a perseguição política à professora Perla, que se colocou contra a farsa da Escola de Tempo Integral.

Mais uma bomba sobre a cabeça dos operários

A classe operária tem sua resposta

Os metalúrgicos da General Motors de São Caetano receberam o impacto das demissões, com o anúncio de transferência de parte da produção para a Colômbia. A montadora alega que, ao desfazer da fabricação do carro Onix, abriria possibilidade para o carro utilitário-esportivo, SUV Tracker, e Nova Montana. Mas a experiência têm falado mais alto. Toda vez que fecha ou transfere parte da produção, vêm as demissões. Relatos de operários mostram que as demissões já começaram. Basta lembrar os casos do fechamento da Ford, Caoa, LG e as transferências da Toyota e da Tupy. Além das 3.600 demissões anunciadas pela Mercedes, para o final do ano.

As montadoras, que sugaram os cofres públicos com subsídios desde a implantação das fábricas no ABC, impuseram os acordos de flexibilização capitalista (banco de horas, lay-off, terceirização etc.), e exigiram a eliminação de direitos por meio da reforma trabalhista, agora, para preservar os lucros diante da crise econômica, se deslocam para países ou regiões brasileiras onde o valor da força de trabalho é ainda mais baixo que o ABC. Quem arca com essas medidas são os trabalhadores, que perdem o posto de trabalho.

Essa manobra, promovida pelas montadoras, não é de hoje. No entanto, desde 2019, com o fechamento da Ford no ABC, tem

avanzado essa política de fechamento e transferência de fábricas. A região do ABC, que se destacou como o maior polo industrial do país, passa por um violento processo de desindustrialização.

Segundo a direção do Sindicato Metalúrgico, vinculado à Força Sindical, chamou a atenção a demissão de duas dezenas de operários, em outubro. Mas disse que a montadora não confirmou esse desmonte de parte da fábrica. O fato é que a GM vem transferindo a produção para países da América Latina, Argentina e, agora, Colômbia. E é fato que a direção do Sindicato nada tem feito para defender os empregos. Ao contrário, aceita os acordos de demissão em troca de indenização. Foi o que ocorreu com os sindicatos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, São José dos Campos, para citar apenas dois.

Não há outro caminho para defender os postos de trabalhos a não ser a luta coletiva. Luta essa que se inicia com a direção do sindicato convocando a assembleia de toda a fábrica para aprovar a defesa dos empregos. Trata-se de um combate que implica a unidade da classe operária, daí a importância da assembleia geral dos metalúrgicos. Isso para que coletivamente seja possível ganhar as ruas, preparar a greve e impor as reivindicações como: nenhuma demissão, redução da jornada sem redução dos salários e estatização da fábrica, sob o controle operário da produção.

OPERÁRIOS DA GM,

Não vamos cair mais uma vez no “conto do vigário”

Diante do anúncio de transferência da produção do Onix Joy para a Colômbia, os burocratas sindicais foram obrigados a falar alguma coisa diante dos operários, que estão temerosos com a perda do emprego. O dirigente cutista, que comanda a “Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC”, Aroaldo Oliveira da Silva, disse que protocolou uma reunião com a GM no dia 26, mas que até agora não foi confirmada. E afirmou que “queremos entender o processo ... dialogar com a empresa” Como se vê, o velho filme voltou em cartaz. Foi assim que se passou na Ford, Toyota, Tupy, empresas da região. O resultado será o mesmo: aceitar o “processo” da montadora, e negociar a troca do emprego pela indenização.

Mas o burocrata acoberta a conciliação com o patrão, com o discurso de que a GM é muito importante no ABC, pois, gera empregos diretos e indiretos. Qualquer transferência da produção atinge a cadeia produtiva, que envolve as autopeças e outros fornecedores. São palavras ao vento, porque se recusa a organizar os operários para lutar pelos empregos.

O presidente do Sindicato Metalúrgico, ligado à Força Sindical, Aparecido Inácio da Silva, Cidão, se limitou a dizer que já estava prevista essa “alteração”, e que procura negociar as demissões. É ou não é um agente do patronato, um traidor da classe operária?

Está aí por que o Boletim Nossa Classe trabalha para que os operários mais conscientes se coloquem por construir as oposições sindicais classistas e independentes dos patrões. Sem uma oposição de luta, a burocracia continuará de mãos livres para aceitar os acordos de demissão.

O QUE OS SEM-TETO ESPERAM APÓS AS ELEIÇÕES

Os movimentos dos sem-teto, há algum tempo, se têm limitado a exigir que o ministro do Supremo Tribunal Federal, Luis Roberto Barroso, prorrogue o cumprimento da liminar que proíbe despejos, o chamado “Despejo Zero”. Essa liminar foi instituída na época da Pandemia, e o movimento conseguiu prorrogá-la até o fim das eleições. Agora, novamente, se depara com o problema de que poderá perder a validade em 1º de novembro. Assim, os dirigentes dos movimentos, com a esperança de que Lula vença o pleito, pedem a prorrogação por mais seis meses. Assim, estão de corpo e alma à caça de votos por Lula e, em São Paulo, também por Haddad.

Como a crise econômica não dá trégua, e o desemprego continua alto em nosso país, os sem-teto que vivem nas ocupações já são mais de 900 mil pessoas. Somam-se a isso, 5,8 milhões de pessoas sem casa, ou que estão em moradias precárias. Sem falar do enorme contingente de famílias que moram nas ruas das grandes cidades. É bom lembrar que, mesmo com a liminar, centenas de famílias foram despejadas. A política de conduzir o movimento dos sem-teto para a Justiça ou criar ilusão de que a vitória de Lula poderá pôr fim a essa tragédia só serve para conter o instinto de revolta de milhões de brasileiros, que estão sob lonas, barracas ou tapumes.

O POR, por meio dos boletins Nossa Classe e O Proletário, tem lutado para que as centrais, sindicatos e movimentos organizem um Dia Nacional de Lutas, convocando os empregados, subempregos e desempregados, paralisando a produção e ganhando as ruas, para defender os empregos, salários, direitos trabalhistas, saúde pública e moradia a todos os sem-teto.

Pernambuco / Recife

Ato contra os cortes no orçamento da educação: esvaziado e eleitoreiro

Diante do anúncio do corte no orçamento da educação, em 06 de outubro, a UNE marcou um dia nacional, com atos para o dia 18 de outubro. O governo recuou no corte mais recente, embora tenha mantido cortes anteriores que estrangulam o financiamento das Universidades e Institutos Federais. Em Pernambuco, as direções sindicais e estudantis priorizaram a caminhada com Lula, no dia 14 de outubro, o que resultou em um ato desorganizado e esvaziado, no dia 18. Até a véspera, nem havia a divulgação do horário e local.

O que deveria ser um ato massivo, organizado e verdadeiramente combativo, diante da dimensão dos ataques sofridos pela educação pública, juventude e funcionalismo, não passou de falas das lideranças, que apenas denunciaram a precariedade vivida pelos estudantes, com o contingenciamento das verbas destinadas à educação, todavia, sem nenhum chamado à luta organizada pelos métodos históricos dos explorados. A paralisação e o ato, aprovados e aderidos democraticamente em assembleia das três categorias da UFPE, desde a sua organização até o momento de realização expressou o descompromisso das entidades representati-

vas, majoritariamente lideradas pelo PCdoB, com as deliberações. A pouca divulgação do ato, escolha inconveniente do horário, e não fornecimento de um carro de som com alcance para o momento das falas, são alguns exemplos da ofensiva imobilista das direções sindicais e estudantis em Pernambuco, que no momento concentram suas forças e depositam sua esperança na candidatura de Lula. Isso resultou num ato esvaziado, com pouco alcance e eleitoreiro. Mesmo as denúncias legítimas contra o desmonte do funcionalismo público e reforma administrativa, na boca das direções burocratizadas e das correntes reformistas e estalinistas, concluíam na estratégia de troca de um governo burguês por outro. Além da ampla unidade em torno de Lula, UJS, PT, PCB e UP, com suas juventudes, também se uniram em torno da candidatura burguesa de Marília Arraes (Solidariedade).

A Corrente Proletária Estudantil interveio no ato com sua banca de materiais, distribuição do Manifesto, rechaçando os cortes orçamentários na Educação, a Reforma Administrativa, e a ilusão nas eleições burguesas, com a campanha pelo voto nulo; e o chamado à unificação da massa explorada em torno de suas reivindicações.

Pronunciamento do POR

“Para a gente, do Partido Operário Revolucionário, esse é um dia importante, porque é um dia de luta em torno às reivindicações. O que estamos vendo é uma ilusão muito grande de que, por meio das eleições, a gente vai conseguir resolver os problemas da Universidade, o problema da miséria, da fome. E, inclusive, o fato da gente ter hoje uma estrutura tão inferior de som é sinal dessa não ênfase na luta pelas reivindicações. Porque quando é para fazer eleição tem toda estrutura, quando é para lutar pela Educação, contra os cortes, aí, a Adufepe, que é o sindicato do qual eu faço parte [como base], e que a gente aprovou paralisação e adesão a esse dia... Mas, cadê o carro de som para amplificar nossa voz? Para gente levar isso para a sociedade? Então, é muito importante nesse momento destoar desse clima de carnaval eleitoreiro que está colocado.

A gente precisa organizar a luta em torno das nossas reivindicações. E quando a gente fala em organizar a luta em torno das nossas reivindicações, é também com os nossos métodos históricos. Não é ocasional que a direita tem crescido, quando a classe operária está abandonada, quando a classe operária quer lutar pelos seus empregos, pelos seus salários... e cadê as suas direções? As direções só aparecem para pedir voto. Não é ocasional o crescimento da direita, se se abandonam os nossos métodos de luta, que são as greves, as ocupações, os bloqueios de ruas e avenidas. Essa nossa fala faz todo sentido diante da conjuntura internacional. Nós estamos num momento terrível, quase às vésperas de uma Terceira Guerra Mundial. A gente está num momento em que os organismos internacionais falam que a gente vai ter uma recessão econômica mundial em 2023. E a gente sabe que pode ser Temer, pode ser Dilma, no governo, que tem ataque. Em 2015, teve corte no orçamento das universidades

também. Então, a gente precisa defender os nossos métodos e as nossas reivindicações.

Esse corte atual do Bolsonaro foi revertido, mas não foi revertido o corte desse ano. Ainda tem 7,2% do orçamento que está contingenciado, os estudantes e os terceirizados são os que mais sentem na pele isso. O R.U vai fazer mil dias fechado e é uma política essencial de permanência para os estudantes.

Então, é urgente que o movimento acorde para a necessidade de se organizar pelos seus métodos e pelas suas reivindicações. Nós, do Partido Operário Revolucionário, nós não somos um partido legalizado, e a gente acredita que nesse momento o que está em disputa são duas alas da própria política burguesa. Uma ala que traz a política de conciliação de classes e outra ala que traz a política de ataque frontal. Para a gente, isso não é o suficiente para fazer uma decisão de “Ah, então vamos chamar voto no PT.” nós sabemos que estamos falando aqui num momento em que está todo mundo chamando voto no PT. Mas, nós tivemos a experiência com os governos de conciliação de classes, nós sabemos que a conciliação de classes desarmou os trabalhadores para enfrentar o golpe, para enfrentar a Reforma Trabalhista e da Previdência. Então, nós sabemos que tem diferenças entre um governo de tendências fascizantes, e a gente também tem de enfrentar esse governo com independência de classe, que também tem diferença de um governo de conciliação de classes, que incorpora as direções das entidades estudantis, os camponeses e os operários, e que desarma os trabalhadores para corresponder aos ataques. Por isso, mesmo sabendo que essa não é uma posição majoritária aqui, nós estamos defendendo o chamado à independência de classe. Temos de avançar conscientes. Por isso, o chamado à luta pelas reivindicações de empregos,

salários e direitos. Por isso, a luta em defesa dos nossos métodos históricos das greves, ocupações, bloqueios de avenidas e rodovias. E também chamamos a não ter nenhuma ilusão nas eleições, confiar nas nossas próprias forças. É por isso que nós não estamos chamando voto no PT, e estamos chamando voto nulo nessas eleições. Mas estamos juntos com todos

São Paulo

O POR interveio defendendo as reivindicações e a independência de classe diante da política burguesa

Aconteceram, no dia 18 de outubro, em diversas cidades, os atos contra os cortes de verba na Educação. Em São Paulo, o ato foi na Av. Paulista, e reuniu entidades estudantis principalmente. As entidades, que dirigiram a manifestação, UNE, UBES e UMES, todas dirigidas majoritariamente pelo PCdoB, seguiram seu traço burocrático, impedindo a livre expressão no carro de som. A regra era que só entidades estudantis poderiam falar.

Os cortes na Educação, realizados pelo governo Bolsonaro em todos os anos de seu mandato, sempre afetaram todos os níveis da Educação, e mesmo todas as categorias, estudantes, professores e funcionários. Com raiz no teto de gastos, imposto pela ditadura civil de Temer, os cortes sempre afetaram o conjunto da educação, o que deveria expressar uma luta unitária para combater essas medidas de destruição da educação pública. Aí está a explicação do porquê as manifestações encabeçadas pelas direções estudantis serem burocratizadas. Impedem que professores e estudantes que não estejam ligados às entidades se expressem. Essa é a explicação geral.

Nesta manifestação específica do dia 18, o conteúdo político do ato foi puramente eleitoral, por isso, as posições que divergissem da ideia de transformar a manifestação em palanque para a eleição do PT, não poderiam ter direito a utilizar o carro de som. Por outro lado, foi possível identificar uma parte da juventude que se encontra insatisfeita com a situação, com disposição e vontade de organizar a luta.

Rio de Janeiro

Direções usam o ato como palanque eleitoral

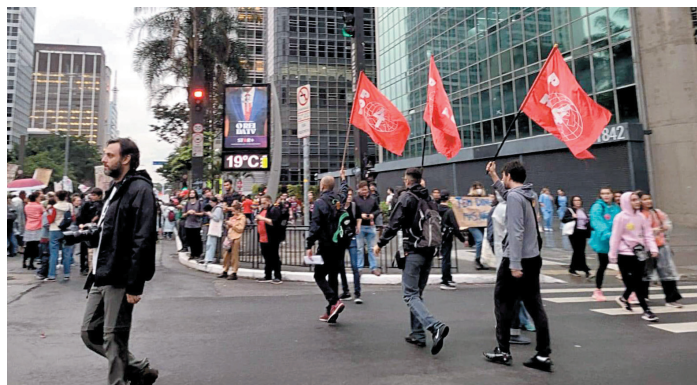
Assim como nas demais cidades do país, o dia 18 de outubro na cidade do Rio de Janeiro foi marcado pelo eleitoralismo em torno da pauta da Educação. Uma vez tendo o governo recuado nos cortes, a única alternativa dos partidos reformistas foi utilizar do ato como um palanque eleitoral, e assim anular qualquer viés radical que a manifestação pudesse ter.

Durante toda a manifestação, nenhuma fala foi direcionada a responsabilizar as contrarreformas que são as verdadeiras

Intervenção do POR no dia 18

aqueles que querem fazer frente única de ação pelo financiamento integral da Educação, em defesa dos empregos, dos direitos e dos salários. E concluímos com palavras de ordem que defendem nossos métodos históricos: com a ação direta, com a greve geral os exploradores enfrentam o capital.

Os presentes gritaram junto com a militância porista.



O ato grande, com milhares de pessoas, num dia de chuva, atesta essa ideia. O problema está em que o ódio genuíno ao governo Bolsonaro e suas medidas foi canalizado para a saída eleitoral. E as ilusões democráticas. Nesse ato, ficou claro o caráter distraconista da política das direções.

O POR, apesar de impedido de se expressar no carro de som, atuou com seu manifesto, banca de materiais e suas bandeiras. A tarefa primordial em que o POR se tem empenhado é o de reunificar os explorados sob a política de um programa próprio de reivindicações, que supere o divisionismo na classe, que foi imposto pela divisão interburguesa. As reivindicações contra os cortes, por permanência, por aumento geral nos salários dos docentes e funcionários, contra as demissões etc., fazem parte deste programa.

razões dos cortes, como a Lei do Teto de Gastos. Não poderia ser diferente, até porque o próprio candidato da esquerda reformista, Lula, em nenhum momento, se comprometeu em revogar esses profundos ataques à maioria oprimida, tornando o ato somente um reflexo do processo de conciliação de classes proposto pelo mesmo.

A atuação do POR se deu com a distribuição do Manifesto nacional contra os cortes de Bolsonaro na Educação.

Escute o Massas,
podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

Rio Grande do Norte

Manifestação voltada a impulsionar a candidatura de Lula

A manifestação contra os cortes na Educação ocorreu no Midway, percorrendo a Av. Salgado Filho, e finalizando em frente ao Natal Shopping. Contou com cerca de 400 pessoas, em sua grande maioria de estudantes. As entidades do funcionalismo público não paralisaram suas atividades. Tratava-se de uma oportunidade de unificar com o movimento estudantil, uma vez que também está em pauta a PEC 32 (Reforma Administrativa), que destruirá direitos do funcionalismo. As entidades estudantis, na mesma linha, pouco divulgaram a atividade, resultando numa pouca participação, dada a gravidade do ataque.

Estiveram presentes, as juventudes dos partidos, como

Correnteza (PCR), JPT, Juntos (MES/PSOL), Faísca (MRT), UJC (PCB), UJS (PCdoB), além da Corrente Proletária na Educação (CPE/POR). Não houve espaço para intervenções. Cada corrente agitou em torno ao seu bloco. Ao longo da manifestação, a reivindicação concreta contra o bloqueio de verbas foi secundarizada, e em seu lugar predominou a defesa do voto em Lula.

A CPE atuou com distribuição de manifesto e faixa, defendendo a luta unificada contra a reforma administrativa e os cortes de gastos, não confiar nas eleições e a defesa da independência de classe por meio do voto nulo, para organizar a luta pelas reivindicações.

Paraná

Corrente Proletária/POR se diferencia no ato pró-Lula

No Paraná, estudantes de Curitiba, Maringá e Londrina realizaram manifestações no dia 18 de outubro, atendendo à convocação da UNE, que na conjuntura eleitoral polarizada que arrastou toda a esquerda pequeno-burguesa atrás da candidatura do Lula, retomou a iniciativa em universidades das quais haviam sido afastadas pelas correntes vinculadas à Assembleia Nacional dos Estudantes Livre (ANEL).

Em Londrina, cerca de 600 estudantes percorreram as ruas do centro da cidade com suas bandeiras, faixas e cartazes, e entoando palavras de ordem em apoio à candidatura de Lula/Alckmin. A manifestação foi organizada pelo DCE da UEL, hoje sob o comando de correntes alinhadas à direção da UNE, e que, em assembleia prévia, haviam deliberado o apoio à candidatura do Lula.

Estiveram presentes grupos de estudantes do PCB e do PT, que eram a maioria. Outros agrupamentos também participaram na marcha. Apenas um destacamento de anarquistas tentou se diferenciar no início da manifestação, fazendo um discurso em que atacaram a UNE e o governo, mas no final, diante da animosidade que provocou sua intervenção, concluiu com um “Fora Bolsonaro”, diluindo-se dessa forma no lodo eleitoral.

A presença de uma significativa parcela de estudantes, numa cidade em que Jair Bolsonaro teve 64,33%, não deixa de ser um importante contraponto ao predomínio de uma direita raivosa.

Contudo, a participação dessa parcela não é resultado de um trabalho de politização e organização, realizado pelas correntes na universidade, mas, do clima eleitoral polarizado.

A Corrente Proletária na Educação participou, panfletando a declaração do Partido “Abaixo os cortes no orçamento da Educação!”, diferenciando-se do clima eleitoral, fazendo propaganda da necessidade de o movimento estudantil recuperar sua autonomia.

No próximo período, o movimento estudantil pode ter um importante papel na estruturação de um movimento de massas contra a LGU – Lei Geral das Universidades, que o governo fez aprovar durante a Pandemia e com anuência das reitorias das universidades estaduais. Esta lei ataca a autonomia universitária, impõe restrições à contratação de docentes e técnicos, que, no limite, levará a um violento enxugamento das IEEES.

Dada a dispersão dos sindicatos de docentes e técnicos e ao colaboracionismo das reitorias, cabe aos estudantes encabeçarem a resistência a essa política, que impõe retrocessos violentos no ensino superior. A condição para que os estudantes assumam esse papel, no entanto, depende do fortalecimento da Corrente Proletária dentro da universidade, pois, somente desde a perspectiva do proletariado é possível enfrentar os ataques do Estado e do capital, sem se perder nas propostas de melhorar a universidade nos marcos do capitalismo decadente.

Rio Grande do Sul

Ato eleitoral esvaziado de conteúdo e com pouca participação

Em Porto Alegre, o ato convocado contra os cortes do governo nas universidades reuniu estudantes de três instituições de ensino, UFCSPA (Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, IFRS (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul) e UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), que marcharam do campus central da UFRGS até a Esquina Democrática. Os gritos e chamadas para animar a manifestação foram, predominantemente, em defesa da eleição de Lula e Alckmin, como a via para solucionar a precarização das universidades e da educação no geral. Chegou-se ao ponto de colocar que, se eleito, Lula nomearia outro reitor, no lugar do interventor imposto por Bolsonaro, o professor Carlos André Bulhões Mendes para a reitoria da UFRGS e que se recuperaria a “democracia”, que supostamente existia antes do governo Bolsonaro.

A manifestação reuniu 250 estudantes, foi organizado pelo DCE

da UFRGS, contou majoritariamente com estudantes em torno ao PCB e ao PT, mas também teve a participação minoritária de outras correntes, como PCdoB, PSOL, PSTU e MRT, todas alinhadas no segundo turno em torno à candidatura do caudilho petista, quer dizer, ao contrário de uma posição de independência perante os partidos burgueses e a democracia burguesa, todas adotaram a posição de colaboração de classes.

A ausência de uma fração revolucionária no movimento estudantil permitiu que o enfrentamento desse ataque à Educação fosse dissolvido na disputa interburguesa entre Lula e Bolsonaro. É urgente que a vanguarda com consciência de classe se organize numa Corrente Proletária para ajudar os estudantes a romper com as ilusões democráticas para as quais as atuais direções estudantis os arrastam, recupere os seus organismos de luta e os coloque em defesa de uma política proletária na universidade.

Amazonas / **O POR intervém com seu manifesto**

No Amazonas, houve discussão entre professores e estudantes em Manaus e Parintins. Em Humaitá, houve assembleia docente para debater o dia 18. Em todos os locais, foi a UFAM que reuniu os manifestantes.

Em Manaus, houve manifestação com a participação de representantes da ADUA, Sintesam, ANPG, APG-UFAM, Sitraam, UNE, UEE/AM e UBES. A manifestação ocorreu no “Bosque da Resistência” e contou com militantes de diversas correntes (PSOL, PSTU, PCdoB e POR), foi uma manifestação pequena, de vanguarda. A maioria das falas no carro do som apenas se direcionavam para defender o voto em Lula, para resolver os ataques à Educação. Foram distribuídos, durante a manifestação, o manifesto do POR, que se coloca contra os cortes e bloqueios de verbas para a Educação, e conclama as entidades a organizar um Dia Nacional de Lutas contra a fome, o desemprego e a carestia de vida. A falta de expressão da mobilização

é parte da degeneração dos partidos de esquerda que, em vez de mobilizar os trabalhadores a partir das suas reivindicações próprias e imediatas, tenta canalizar a revolta e a indignação da população para eleger um novo governo burguês.

Nas cidades do interior, houve tentativas de mobilização, mas não houve participação. Em Humaitá, foram também distribuídos os manifestos do POR, e se convocaram os estudantes para discutir os problemas que atingem à Educação. Em Parintins, alguns estudantes e professores levaram cartazes para o bumbódromo, para revelar os cortes à população. De modo geral, embora a direção das entidades (UNE, ADUA, ANPG e SITRAAM) tenham tentado organizar um Dia de mobilização, ficou claro que os meses de desmobilização e passividade, quando todos estiveram apenas empenhados nas eleições burguesas, pesou para os estudantes e trabalhadores, que não se motivaram a participar de atividades organizadas em cima da hora.

Rondônia / **O POR levanta a bandeira de um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios**

Foi um acerto dos movimentos docente e estudantil manterem o ato contra os cortes de recursos à Educação, apesar do recuo temporário do governo Bolsonaro.

Em Porto Velho, a manifestação de rua foi chamada e organizada pela Associação dos Docentes da Universidade Federal de Rondônia (Adunir) e pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE). Mas, não ganhou adesão de entidades secundaristas e do movimento docente do ensino básico. Na realidade, faltou empenho do Sintero, sindicato dos trabalhadores da Educação, e de entidades secundaristas em convocarem para o ato, que fazia parte das manifestações que ocorriam em todo o país. Assim, compareceram apenas como representação sindical.

Como ocorreu na grande maioria dos atos, as direções transformaram o protesto de rua em mais uma manifestação em favor da campanha pela eleição de Lula. Daí a presença de bandeiras eleitoreiras voltadas ao dia 30 de outubro. Mesmo com todas essas limitações e desvios políticos, os manifestantes fizeram uma passeata pela avenida principal de Porto Velho.



O Partido Operário Revolucionário interveio com manifesto, em que reforça a tarefa imediata de organizar a luta pela derrubada dos cortes orçamentários e a independência política dos explorados e da juventude diante da disputa eleitoral. Ressalta as reivindicações que unificam os trabalhadores e a juventude e exige que as direções das centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Lutas, por empregos, salários e direitos, com paralisações e bloqueios.

Fortaleza / **Ato contra os cortes na educação é marcado pelo eleitoralismo e distracionismo.**



No dia 18 de outubro, houve o ato contra o corte de R\$ 2,4 bilhões da Educação, decretado pelo MEC/Bolsonaro. No Ceará, o ato foi organizado pela UNE (União Nacional dos Estudantes) e pela ANPG (Associação

Nacional de Pós-Graduados), e contou com cerca de 900 pessoas. A concentração ocorreu na Praça da Bandeira, no centro, e em seguida percorreu as ruas, finalizando na Praça da Gentilândia, bairro do Benfica.

No ato, estiveram presentes a UNE, UBES e dezenas de correntes do movimento estudantil das universidades federal e estadual. O POR compareceu com a banca, manifesto, bandeiras e palavras de ordem. O ato foi marcadamente eleitoreiro e distracionista. Na maior parte do trajeto, gritavam-se palavras de ordem de apoio à candidatura de Lula. As reivindicações próprias do movimento estudantil, como ampliação e reajuste das bolsas, fim do vestibular/Enem, defesa dos RUs, reforma dos campi, etc. foram ignoradas

pelos correntes democratizantes.

O ato finalizou sem que fosse encaminhada qualquer assembleia ou calendário de lutas. O que, por si só, mostra o caráter eleitoreiro e distracionista das direções do movimento, que não respondem aos cortes com a luta geral e unificada em defesa da Educação pública e gratuita.

Diante desse quadro recorrente de ataques à Educação e a política de conciliação de classes, promovida pelo reformismo, a tarefa imediata é a de reorganizar o movimento estudantil em torno de suas reivindicações mais sentidas, assim como o combate às direções pequeno-burguesas que desorganizam, política e ideologicamente, a luta dos estudantes por melhores condições de ensino.

Debate na TV A Comuna

Tema: e se Bolsonaro vencer? / E se Lula vencer?

O POR foi convidado para um debate no dia 18 de outubro, com outros convidados e participação do público ao vivo. Transcrevemos aqui a fala da companheira do POR, apenas tirando saudações iniciais, despedidas, repetições e marcas da oralidade da linguagem, sem alterar o conteúdo. O vídeo pode ser acessado na íntegra no canal TV A Comuna, link: youtube.com/watch?v=uLOV4qn_tNg

Fala inicial

Essa é uma fala que não é uma fala minha, individual, é uma construção do Partido Operário Revolucionário. O tema que foi lançado é muito interessante, permite que a gente desenvolva várias reflexões sobre o cenário pós segundo turno.

Eu vou desenvolver essa exposição a partir das tendências gerais que estão colocadas e, em algumas delas, ir destacando o que seria em um governo Bolsonaro, ou em um governo Lula. Com a ressalva de a gente estar projetando tendências a partir da nossa formação social, das leis históricas, que regem o nosso desenvolvimento. O primeiro elemento é a projeção para 2023 de o mundo mergulhar em mais uma recessão econômica mundial. Isso vai condicionar as respostas da burguesia, seja qual seja o governo que saia das eleições. Sendo uma eleição burguesa, que vai eleger um novo governo burguês, esse governo vai ter de preservar os interesses gerais da classe dominante e, no cenário de crise, vai descarregar o peso dessa crise nos ombros dos trabalhadores.

Nós tivemos, desde 2008, um avanço desse processo de crise. Em 2014, aqui no Brasil, quando mesmo o governo Dilma já teve de atacar os trabalhadores de várias maneiras. Hoje [18/10], tivemos um ato nas ruas contra os cortes do orçamento da Educação. Em 2015, também tivemos atos contra os cortes no orçamento da Educação, retirada de direitos. Já estávamos na pré-Pandemia, quando se desenvolvia a crise econômica mundial. Com a Pandemia, entramos em recessão. A recuperação foi muito parcial. Agora, se projeta uma nova recessão econômica mundial, impulsionada, entre outros motivos, principalmente pelo prolongamento da guerra da Ucrânia.

É claro que há diferenças no grau e no ritmo como esses governos agem em defesa dos interesses das classes dominantes, mas, inevitavelmente, esses governos vão atacar os explorados. E esse processo não ocorre sem luta de classes. Inclusive, internacionalmente, estamos vendo as tendências da luta de classes mundial. Assistimos aos episódios, desde 2019, aqui na América Latina, de mobilizações no Chile, Equador, Colômbia, e, mais recentemente, no Sri Lanka, destacando-se as greves na Europa. Essas manifestações têm como uma das suas faces a demonstração de que se abrem processos mais amplos de luta, de resistência dos explorados, porque, de tão golpeados, não podem ficar completamente indiferentes. Em resposta às necessidades do capital, de descarregar a crise sobre a maioria explorada, e diante das tendências de luta da classe operária, a burguesia vai escolher as variantes políticas que melhor lhe sir-

vam. Por um lado, ocorre uma divisão entre as frações da classe dominante. Tem setores que estão se alinhando em torno da candidatura de Bolsonaro, e tem setores que estão se alinhando em torno da candidatura de Lula. Essas relações são mascaradas, mas a gente vê setores do agronegócio, da mineração, muito vinculados a Bolsonaro. Enquanto Lula tem conseguido, principalmente agora no segundo turno, e com a sinalização de Alckmin, atrair setores mais importantes do capital para sua frente amplíssima. Lula sinalizou também que tem conseguido atrair setores da burguesia, inclusive agora, no segundo turno, de forma mais acentuada. O candidato petista sabe que, para governar, precisa atrair setores do agronegócio. Acabou de fazer um evento, se não me engano denominado “derrubando muros”, para conversar com o agronegócio. Conseguiu atrair, por meio da mediação do Alckmin, capitalistas, como o Pimenta da Veiga, um nome importante do agronegócio.

“É claro que há diferenças no grau e no ritmo como esses governos agem em defesa dos interesses das classes dominantes, mas, inevitavelmente, esses governos vão atacar os explorados. E esse processo não ocorre sem luta de classes”.

Existe uma divisão no interior da burguesia, em relação a como vai ser o seu próximo governo. Certamente, não é um antagonismo de classe. Lula e Bolsonaro não expressam um antagonismo em termos de classe, mas sim de diferenças dentro da política burguesa, de como que se vai governar nesse momento. Bolsonaro tenta oferecer uma ofensiva mais aberta em relação aos trabalhadores e suas organizações para aplicar as contrarreformas. E, por mais que ele provoque crise política, mostrou que foi capaz, por exemplo, de fazer a reforma da Previdência, que foi sendo realizada parte por FHC, parte por Lula, mas Bolsonaro deu uma grande contribuição à burguesia, com a sua reforma da Previdência.

Esse quadro também condiciona uma tendência geral de direitização da política burguesa. Tem um equívoco muito comum nas esquerdas centristas, reformistas, estalinistas, de tentar dizer que a direitização se expressa apenas pela vitória do candidato mais à direita. Mas a direitização tem uma base material, que é essa crise econômica, e a necessidade da burguesia, de descarregar a crise sobre costas dos explorados. Então, essa direitização não se expressa apenas na candidatura mais à direita. Não é novo na história que políticos que vieram do nacionalismo, do reformismo, depois, em outras conjunturas, quando permanecem no poder, passem a encarnar esse processo de direitização. Pela experiência agora bem recente, a cada derrota de um candidato mais à direita, as esquerdas centristas eleitoreiras vibram. Quando o Biden ganhou, o Boulos

declarou: “novos ares da América Latina”. O mesmo se pensa da volta de Lula à presidência da República, uma coisa assim. E o que são esses novos ares? Trump foi derrotado, mas Biden também expressa a política do imperialismo nessa fase de decomposição, expressa suas tendências bélicas. A vitória do “progressismo” aqui na América Latina é outro exemplo. Castilho, saudado como progressista, rapidamente colocou o exército para reprimir manifestações de desempregados. Boric rapidamente está militarizando os territórios Mapuche. A direitização impacta todo o espectro da política, inclusive a política da pequena burguesia. Essa é uma tendência que está colocada e vai condicionar tanto um governo Bolsonaro, de forma mais explícita, que é o governo da extrema-direita, mas também vai condicionar um governo do PT, assentado na aliança com Alckmin. Esse governo do PT, por mais que na propaganda eleitoral procure iludir com o lema do “voltar a ser feliz de novo”, não garantirá nem mesmo aquele reformismo limitado, cheio de contradições, com grandes lucros para os bancos, com superávit primário, nem isso vai poder ser garantido.

Um outro elemento também é que, seja qual for o governo eleito, a política de conciliação de classes das direções sindicais vai ser mantida. Há variações, sem dúvida. É diferente uma política de conciliação de classes sob o governo FHC, quando o PT queria chegar ao poder do Estado, aí fazia isso domesticando a classe, derrotando a greve dos petroleiros. É muito diferente a política de conciliação de classes num governo do PT, um partido que se originou vinculado ao movimento operário, aos movimentos sociais. Porque se tem uma estatização e burocratização do movimento sindical em um nível inimaginável. Uma incorporação das direções sindicais e dos movimentos em cargos, em conselhos, em fundos de pensão privados. E isso é uma particularidade do governo do PT. Só que, nos governos que não são de conciliação de classes, como Temer e Bolsonaro, a política de conciliação de classes, das direções sindicais permaneceu. E como se expressou? Expressou-se na não organização da luta em torno das reivindicações e, desde o golpe de 2016, mas na priorização da via de reconstituir o PT como ala esquerda da política burguesa, de mostrar que o PT ainda poderia ser útil à política burguesa. E aí não se levou a fundo a greve geral de 2017, que foi desmontada e a reforma trabalhista aprovada, uma profunda derrota dos trabalhadores. Como se vê, não se fez uma luta para valer em relação à reforma da Previdência. Isso serve de alerta,

“No caso da vitória do PT, com certeza, essa direita bolsonarista vai se valer dos postos que conquistaram no parlamento e nos governos estaduais para fustigar, para desestabilizar o governo. E o governo Lula já estaria nas mãos dessa grande aliança que ele está fazendo, e ainda vai ser fustigado por essa extrema direita”.

porque tem uma grande mentira que as esquerdas falam agora – aqueles que são mais envergonhados, pois, há alguns que chamam o voto no Lula sem nenhuma vergonha – que é: “a gente chama o voto no Lula porque vamos ter melhores condições de lutar”. E isso é falso, porque esse pessoal recolhe as bandeiras, e eles são inclusive responsáveis por Temer, com baixíssima popularidade, ter permanecido no governo, por Bolsonaro, com baixíssima popularidade, ter conseguido concluir seu mandato. Porque nunca esteve em questão, de fato, derrubar esses governos com os métodos da luta de classes. Daqui para a frente, do ponto de vista dessas direções, o que se tem é a reedição da política de conciliação, em novas condições. Em um governo Lula, em um extremo ainda mais acentuado de integração, e, em um governo Bolsonaro, manterão a política do desgaste eleitoral para depois colher os frutos futuramente.

Um outro ponto é que, inevitavelmente, em um cenário de crise econômica, diante dessa polarização enorme, nós não teremos estabilidade, vão ser governos de crise política. No caso da vitória do PT, com certeza, essa direita

bolsonarista vai se valer dos postos que conquistaram no parlamento e nos governos estaduais para fustigar, para desestabilizar o governo. E o governo Lula já estaria nas mãos dessa grande aliança que ele está fazendo, e ainda vai ser fustigado por essa extrema direita. O que também do ponto de vista dos movimentos vai sempre colocar a ameaça: “se você fizer uma reivindicação no momento, você está fazendo o jogo da direita, vai ajudar a desestabilizar o governo”. Então, a gente vai ter de ser defensor, de forma muito intransigente, da independência de classe.

Por outro lado, se for o governo Bolsonaro, o PT tem mostrado que é a favor da governabilidade, da pacificação. Todo esse alerta de: “cuidado, o fascismo está vindo” não passa de palavreado. Lembrem-se do que se passou em 2018? Os comitês eleitorais, inclusive, chamavam-se “comitês antifascismo”. Depois do resultado do segundo turno, Haddad mandou um bilhete para Bolsonaro: “desejo boa sorte, desejo um bom governo”. É isso que se fala para fascista? Esses comitês, que não eram antifascistas, eram comitês eleitorais, imediatamente se desmontaram. Essa oposição institucional do PT, como quer se mostrar extremamente ordeira, pacificadora, harmonizadora, vai servir à governabilidade de um governo Bolsonaro, em vez de servir de canal para as lutas, justamente para organizar as reivindicações.

Um outro elemento é que a nossa democracia, que é oli-

Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

gárquica, é mutilada, vai continuar apodrecendo. O PT, inicialmente, se apresentava como partido que ia democratizar o Estado, que ia enfrentar as oligarquias, as “elites”, como eles gostavam de falar. A experiência do PT no governo foi de profunda oligarquização. Aqui no Nordeste, acho que não houve uma oligarquia a que o PT não tenha se vinculado. Os Ribeiro, assassinos de Margarida Maria Alves, foram ministros nos governos do PT. Várias oligarquias, os Calheiros... Como essas oligarquias são extremamente parasitárias do Estado, vão se somar ao partido que ganhar.

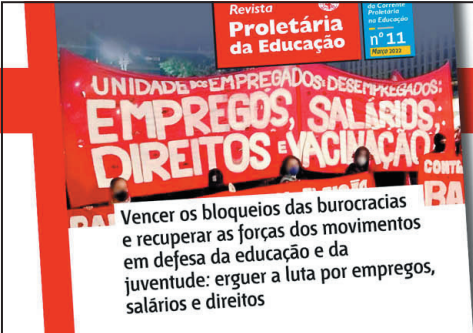
O que é fundamental é que as massas vão sair divididas desse segundo turno. Essa polarização não nasceu no seio das massas, não são os interesses das massas que estão ali polarizando, ela nasceu no seio da burguesia. A burguesia está dividida em torno de qual vai ter como melhor gerenciador dos seus negócios nesse cenário conturbado, mas, para isso, suas forças políticas disputam o voto da maioria oprimida. As centrais sindicais, os sindicatos, os movimentos estão arregimentando setores das massas para acreditar que o governo do Lula vai ser o governo da maioria explorada. Bolsonaro é quem tem uma base maior na pequena burguesia, nas classes médias, principalmente nas suas camadas mais abastadas e que estão ameaçadas pela crise econômica, em relação ao seu status, às suas condições de vida, esses setores têm conseguido também arregimentar setores dos camponeses, dos operários, principalmente pela influência das igrejas. Então, o desafio perante o fato de que as massas vão sair divididas, que elas estão divididas, é central para uma política revolucionária. O motivo está em que uma política revolucionária parte das seguintes questões: como as massas vão conseguir superar essas divisões em torno da polarização eleitoral? Como vão conseguir conquistar a sua independência política e organizativa? Como vão conseguir romper o cerco das burocracias sindicais? Como vão enfrentar as tendências golpistas que o governo Bolsonaro encarna? Porque a tendência golpista está no DNA da burguesia brasileira. Quantos golpes o País vivenciou em sua história? Justamente devido à democracia oligárquica amputada, mutilada, em vários momentos, os capitalistas não conseguem resolver os seus negócios pela democracia parlamentar, então precisam recorrer a golpes.

Essas questões, para nós, do Partido Operário Revolucionário, colocam que a tarefa central consiste em organizar a luta em torno das reivindicações das massas. Inclusive, os grandes momentos de luta em que a classe operária se colocou em movimento, mesmo sob a ditadura militar, ou que a movimentaram foram as reivindicações contra o arrocho

salarial. São as necessidades mais básicas, como emprego e salário, que dão o ponto de partida para unificação das massas. Nós, do POR, zelamos muito por fazer um trabalho na porta de fábrica, nas garagens dos rodoviários, conversar com a classe operária e a gente sabe que a forma de unificar a classe é em torno de suas reivindicações de emprego, salários e direitos. Quando vamos à porta de fábrica, percebemos que a classe se sente extremamente abandonada por suas direções sindicais. Na Pandemia, os diretores do sindicato falavam: “fique em casa” e esses trabalhadores se aglomeravam nos ônibus, iam para as fábricas trabalhar. Tiveram seus salários reduzidos. As fábricas fecharam e os sindicatos não organizaram a luta. Então, como vai reclamar que a direita está ganhando postos? Para o POR, é fundamental lutar pelas reivindicações, recuperar os métodos históricos da classe operária, das greves, das ocupações, dos bloqueios de rodovias e de avenidas.

“Nós estamos nesse momento chamando o voto nulo. Falamos aos trabalhadores: nenhuma ilusão nas eleições, confiar nas nossas próprias forças, nos nossos próprios métodos de luta. Essa compreensão de classe do que se passa nas eleições e a defesa do programa dos explorados levaram o POR a defender o voto nulo”.

Nós estamos nesse momento chamando o voto nulo. Falamos aos trabalhadores: nenhuma ilusão nas eleições, confiar nas nossas próprias forças, nos nossos próprios métodos de luta. Essa compreensão de classe do que se passa nas eleições e a defesa do programa dos explorados levaram o POR a defender o voto nulo. Há uma “história” de que é preciso “derrotar Bolsonaro nas urnas e nas ruas”. Mas, na realidade, tudo se resume a pura urna. O dia de lutas hoje [18/10] foi sabotado pelas direções. Não foi um dia construído de fato para expressar a defesa das reivindicações da Educação. Então, chamamos o voto nulo pela nossa condição de partido em construção e, portanto, ser impossível a sua legalização. O voto nulo como expressão da defesa da independência de classe do proletariado serve conjuntamente à construção do Partido Operário Revolucionário, instrumento necessário para a luta de classe, e para conseguir marchar em direção à estratégia de um governo operário camponês, fruto da revolução e da ditadura do proletariado.



Revista Proletária na Educação

As contrarreformas estão em pleno processo de aplicação nos estados e municípios, piorando sensivelmente a situação de vida dos trabalhadores em geral, e os da educação em especial. A Pandemia acentuou todos os problemas. Configura-se um cenário de destruição e de pesados ataques por parte da burguesia contra os explorados. E é justamente essa situação geral que se pretende refletir na 11ª edição da Revista Proletária

n° 11

Março 2022

Nesta edição:

- **CERQUI:** Oito meses de guerra na Ucrânia.
- **Argentina:** Agrava-se a ofensiva dos EUA e da OTAN.
- **Bolívia:** A violenta repressão política e a prisão dos dirigentes do magistério pacencho chocou o magistério nacional / Quebrar a pretensão do governo de enfraquecer o combativo magistério urbano de La Paz, rejeitar as caluniosas mentiras do incapaz ministro.
- **Haiti:** As massas se levantam no Haiti contra o aumento do custo de vida e a nova ameaça de intervenção imperialista.
- **105 anos da Revolução Russa:** Nossa Revolução. / Declaração ao Congresso contra a guerra de Amsterdã.



Artigos das Seções **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**

**Declaração do CERQUI - Ucrânia**

27 de outubro de 2022

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Oito meses de guerra na Ucrânia, sem perspectiva de solução

O imperialismo alimenta a sua continuidade

Pelo fim da guerra sem os ditames dos Estados Unidos, das potências europeias e da OTAN, por uma paz sem anexação

É obrigatório não perder de vista os motivos fundamentais que levaram a Rússia a ocupar militarmente a Ucrânia, sustentar uma guerra que chegou aos oito meses, e que tem tudo para se prolongar ainda mais.

Desde a crise de 2014, quando a Rússia perdeu o seu governo aliado, e os Estados Unidos passaram a controlar o poder em Kiev, foi posta a questão do ingresso do País na União Europeia (UE), e da sua adesão à OTAN. O que colocaria a Ucrânia na condição de um Estado vassalo e, nesse sentido, anexado às forças econômicas e militares do imperialismo norte-americano e europeu. É necessário considerar, porém, que a ruptura no poder do Estado ucraniano, que se agravou após a crise de 2014, resultou do processo anterior, de desmoronamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em dezembro de 1991. Portanto, uma guerra que eclodiu 31 anos depois dessa grande catástrofe, que interrompeu a transição do capitalismo ao socialismo.

Há que acrescentar ainda que as vitórias da contrarrevolução no Leste Europeu, que desviaram as revoltas das massas em luta contra a burocracia, foram um importante passo no sentido de reconstituir o poder da burguesia e a dominação imperialista. A subordinação das ex-Repúblicas Populares aos ditames dos Estados Unidos e de seu braço armado na Europa, a OTAN, faria parte de um grande movimento de restauração capitalista. Esses acontecimentos profundamente regressivos antecederam e fizeram parte da derrocada da URSS.

O cerco econômico e militar do imperialismo à URSS – mon-

tado logo após o fim da Segunda Guerra, guiado pela “Guerra Fria”, sustentado pela poderosa aliança militar da OTAN e embasado economicamente no Plano Marshall – viria a se fortalecer, na medida em que a contrarrevolução restauracionista avançasse e atingisse a URSS – o principal alvo do imperialismo. Assim ocorreu com a sua desintegração e a diáspora das quinze repúblicas soviéticas.

A quebra dos vínculos econômicos, políticos e administrativos, que se originaram da Revolução de Outubro e que permitiram a realização da autodeterminação das nacionalidades oprimidas pelo Grão-Império Russo, foi decisiva para o imperialismo avançar em seu objetivo de penetração na região da Eurásia, sobre a qual se edificou a URSS, a cidadela avançada do proletariado europeu e mundial. A subordinação das três ex-repúblicas do Báltico – Lituânia, Letônia e Estônia – ao imperialismo configurou-se em uma anexação econômica e militar, embora conservem formalmente suas independências políticas. Aí estão os exemplos que fatalmente se reproduziriam com qualquer uma das ex-repúblicas soviéticas, principalmente a Ucrânia, devido ao seu lugar estratégico para o imperialismo na Eurásia. A constituição da Comunidade de Estados Independentes (CEI), como se pode constatar, não teve como resguardar o fundamental das conquistas revolucionárias, que romperam as fronteiras nacionais, e estabeleceram uma grande unidade soviética, voltada a impulsionar a transição do capitalismo ao socialismo. E a Rússia, inevitavelmente, se ergueu como um Estado que exerce a opressão nacional. Essa é

a contradição de fundo que se expressa na guerra da Ucrânia, premida pelo imperialismo, de um lado, e pelo Estado russo restauracionista, de outro. Em geral, está posto o desmembramento do País. E, em particular, estão postos os interesses econômicos das potências e da Rússia.

O retrocesso ao capitalismo, que envolveu e envolve todas as ex-repúblicas soviéticas, recolocou as relações de opressão nacional em um patamar muito mais elevado, se comparado com o período de vigência da ditadura burocrática de Stalin. A Federação Russa necessariamente teve de se impor econômico e militarmente sobre as ex-repúblicas soviéticas, estando ou não filiadas à CEI.

Essa condição não se deveu apenas às necessidades internas de afirmar a restauração capitalista, mas também externas, diante da retomada pelo imperialismo do controle do Leste Europeu e da sua investida sobre as ex-repúblicas soviéticas. É bom lembrar de passagem a influência dos Estados Unidos sobre a sangrenta guerra da Chechênia, cuja durabilidade foi enorme, e cujo esmagamento dos chechenos se finalizou sob o governo de Putin. O confronto militar da Rússia com a Geórgia, que assinalou o caminho de uma guerra, por sua vez, também contou com a presença do imperialismo. Não há conflito entre as ex-repúblicas soviéticas que não seja incentivado pela infiltração das potências imperialistas na região da Eurásia.

O capitalismo da época imperialista é pródigo em jogar uma nação ou um povo oprimido contra outro. Esse fenômeno bárbaro serve à dominação de um punhado de potências sobre o restante do mundo. O processo de restauração capitalista passou a reproduzir essa lei histórica, que vinha sendo respondida pelas revoluções proletárias e, sobretudo, pela origem e edificação da URSS, sob a direção de Lênin. Desde os anos de 1970, as forças restauracionistas se impuseram, não apenas arastando o Leste Europeu e liquidando a URSS, como também afetando profundamente a China.

Eis por que é preciso ter claro que a guerra, que se desenvolve em solo ucraniano, concentra e expressa de conjunto essa regressão histórica. Embora ainda contida nos marcos da Ucrânia, não há como não reconhecer as raízes dos grandes choques internacionais, impulsionados pelo imperialismo, cujo carro chefe são os Estados Unidos.

Com o recrudescimento e o prolongamento da guerra, despontaram alguns sinais típicos de pré-guerra mundial. Não por acaso, a Rússia e a China, que protagonizaram as revoluções que abalaram os alicerces do capitalismo imperialista, se encontram no centro dos choques mundiais, potenciados pelos Estados Unidos e aliados, amparados pela OTAN e pelas suas próprias forças bélicas. Não se deve desconsiderar os perigos que sinalizam as ameaças de enfrentamento nuclear. Certamente, há importantes distinções em relação ao que se passou com as duas grandes guerras. Não é, evidentemente, o caso de entrar aqui em detalhes. O que importa é assinalar a lei geral que levou e leva o imperialismo às guerras recorrentes. O que se passa na Ucrânia e na Europa Central está determinado pelas contradições do capitalismo da época imperialista, que é de guerras, revoluções e contrarrevoluções.

Essa caracterização geral é decisiva para a compreensão das condições particulares da crise mundial, que se ergueu a um patamar mais elevado após a Segunda Guerra. As guer-

ras e contrarrevoluções têm se sobreposto às revoluções. A restauração capitalista favoreceu a abertura de uma fase predominantemente marcada por retrocessos das conquistas revolucionárias do proletariado mundial. Uma das conquistas fundamentais atingidas foi a do avanço da luta democrática pela autodeterminação das nações oprimidas e do direito à separação pacífica. Fez parte dessa tarefa, estabelecida pelo programa da revolução proletária, o combate às anexações, que violam a autodeterminação e o direito de separação. Sua vigência permanece enriquecida pelas experiências da Revolução Russa, que colocou as nacionalidades oprimidas na condição de repúblicas soviéticas, possibilitando a edificação da URSS, e, assim, rompendo a camisa de força das fronteiras nacionais, próprias da estrutura mundial do capitalismo.

A guerra na Ucrânia é um dos sintomas mais contundentes da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção na sua forma monopolista. A via da restauração capitalista e a destruição da URSS, como parte da decomposição geral do capitalismo, não resolveram, nem poderiam resolver essa contradição, apenas serviram, provisoriamente, de válvula de escape às necessidades do imperialismo.

As forças produtivas altamente desenvolvidas estão em flagrante choque com as relações capitalistas de produção e com as fronteiras dos Estados nacionais. As duas grandes guerras mundiais emergiram dessa contradição, que é histórica. A Segunda Guerra superou a Primeira em destruição de forças produtivas. Sobre essa base, se realizou a partilha do mundo, se estabeleceu a nova ordem internacional, imposta pelas potências imperialistas vencedoras, sob a égide dos Estados Unidos. Esse processo chega aos dias de hoje esgotado.

A guerra na Ucrânia é um dos sintomas mais contundentes da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção na sua forma monopolista. A via da restauração capitalista e a destruição da URSS, como parte da decomposição geral do capitalismo, não resolveram, nem poderiam resolver essa contradição, apenas serviram, provisoriamente, de válvula de escape às necessidades do imperialismo. A ofensiva das potências, voltada a anexar a Ucrânia, e a diminuir a capacidade da Rússia em controlar a região outrora soviética, é uma manifestação da necessidade de uma nova partilha do mundo, que resulta em um amplo movimento de anexações. Eis por que o cerco imperialista, que aperta cada vez mais em torno à China, na disputa pelo controle de Taiwan, é parte do que se passa na Eurásia.

Os oito meses de guerra na Ucrânia passaram por várias etapas. Neste último mês, agravaram-se os movimentos de contraofensiva das forças ucranianas e de ofensiva das russas. Os Estados Unidos e aliados, gradativamente, foram potenciando a capacidade de defesa e de ofensiva das Forças Armadas comandadas pelo serviço Zelensky. Os acirrados combates na região de Donbass, que, em grande medida, havia sido contro-

lada pelas forças russas, afastaram ainda mais a possibilidade de uma solução negociada. A antecipação da decisão de Putin em anexar Donetsk, Lugansk, Kherson e Zaporozhyia expôs a enorme dificuldade de pôr fim à guerra.

No caso do proletariado e dos demais oprimidos ucranianos não se unirem e se levantarem contra a ofensiva do imperialismo e contra os objetivos econômicos e estratégicos da Rússia, que implicam oprimir as ex-repúblicas soviéticas, corre-se o risco de a guerra extrapolar seus limites atuais, ou então se chegar a um acordo que resulte em desmembramento da Ucrânia. Somente a classe operária em luta e sob o programa revolucionário pode alterar esse caminho determinado pelo imperialismo.

Os Estados Unidos estão empenhados em usar o povo ucraniano como bucha de canhão até às últimas consequências. E a oligarquia burguesa, comandada pelo governo de Zelensky, amparada pelas poderosas armas entregues pelas potências, tem conseguido manter as massas ucranianas submissas à política de guerra pró-imperialista. A anexação de Donbass não fortalecerá a capacidade da Rússia de vencer a guerra. Ou seja, evitar que a Ucrânia permaneça sob a égide do imperialismo e passe inteiramente para a sua própria égide. Esse ponto a que chegou a guerra nesses oito meses indica que não apenas o imperialismo exerce a opressão nacional sobre a Ucrânia, mas também o governo e a oligarquia burguesa russos. É evidente que a Rússia se vale da opressão nacional sobre as ex-repúblicas soviéticas, para a defesa e garantia de sua hegemonia regional, diante da ofensiva dos Estados Unidos e aliados.

Essa contradição e os acontecimentos confirmam plenamente que se trata de uma guerra de dominação, portanto, fomentada nas entranhas da crise mundial capitalista e dirigida para objetivos econômicos e históricos burgueses. A anexação promovida pelo Estado russo não corresponde às necessidades e aos objetivos históricos do proletariado. Essa é a razão pela qual o imperialismo conta com uma maior divisão do proletariado e demais explorados ucranianos, russos e europeus. Com a política, os meios e os métodos da opressão nacional, Putin, sua burocracia e seus oligarcas não farão senão enfraquecer ainda mais a Rússia diante do cerco norte-americano e europeu.

O imperialismo sempre ocultou os reais motivos de suas guerras sob a bandeira da democracia, da liberdade e da harmonia entre os povos. Não há, portanto, nada de novo no fato de recorrer à farsa da independência e da integridade territorial da Ucrânia. A condenação da Rússia na ONU foi recebida

pelos explorados do mundo todo com indiferença. A farsa das potências, que oprimem os povos nos quatro cantos do mundo, não passou de justificativa para enviar mais armas e recursos para Zelensky continuar a enganar seu próprio povo.

O fato concreto está em que, qualquer que seja o motivo da opressão nacional e da conseqüente anexação, acaba em última instância servindo à dominação burguesa. Esse conteúdo de classe da guerra deve ser nitidamente demonstrado pelas organizações que se empenham verdadeiramente pelo fim imediato da guerra.

As manifestações e greves, como as da França, Alemanha e Inglaterra, ainda permanecem no terreno da luta econômica.

Na República Checa, entre as reivindicações econômicas, se levantou a bandeira “Essa não é nossa guerra”. Certamente, uma posição pacifista e de neutralidade. Mas, a importância está em que expressa a necessidade de um posicionamento dos explorados diante da guerra e sua barbárie. A crise de direção é profunda. A classe operária terá de percorrer um caminho de confrontação com a guerra e suas conseqüências sociais, para avançar no sentido de resolver a crise de direção.

É nesse marco que se destaca a importância estratégica do fortalecimento do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), ainda embrionário. O CERQUI não se furtou a desenvolver uma posição internacionalista. O que o obrigou a responder a cada momento em que a guerra exigia. É o que se passa, agora, com a contraofensiva imperialista e a anexação realizada pela Rússia. A luta pelo fim da guerra corresponde a um conteúdo de classe proletário e aos objetivos da revolução socialista.

Uma paz sem os Estados Unidos, sem a União Europeia e sem a OTAN, uma paz sem anexação, depende da luta do proletariado organizado e unido. É parte desse objetivo a luta pela independência e integridade territorial da Ucrânia, por sua autodeterminação. Objetivos que somente podem ser alcançados sob o programa da revolução e do internacionalismo proletários, cuja estratégia se concretiza na luta pelos Estados Unidos Socialistas da Europa. As bandeiras interligadas de fim da guerra, desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas, revogação de todas as sanções econômico-financeira à Rússia; autodeterminação, integridade e retirada das tropas russas da Ucrânia se mostram cada vez mais imperativas, diante dos oito meses de guerra e da ameaça de se generalizar com a intervenção direta das forças militares do imperialismo.

Uma paz sem os Estados Unidos, sem a União Europeia e sem a OTAN, uma paz sem anexação, depende da luta do proletariado organizado e unido. É parte desse objetivo a luta pela independência e integridade territorial da Ucrânia, por sua autodeterminação.

PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS

Argentina

Agrava-se a ofensiva dos EUA e da OTAN

A explosão, no final de setembro, dos gasodutos Nord Stream 1 e 2 (NS1 e NS2), que atravessam o mar Báltico e levam o gás russo à Europa, pode mudar o rumo do conflito, porque impacta severamente sobre a economia e a estabilidade política da Europa.

Nos dias 25 e 26 de setembro, aviões da Dinamarca detectaram uma grande mancha de borbulhas na superfície do mar, perto da ilha de Bornhold. Autoridades da Dinamarca e Suécia disseram que se tratava de sabotagem. Seus centros sismográficos detectaram explosões nesse lugar. São avarias em 3 pontos muito próximos entre si, em menos de 24 horas. Uma quarta fuga de metano no mar Báltico apareceu no dia 29 de setembro.

Ninguém reivindicou, explicitamente, esses atos de sabotagem. Pela sua magnitude e sofisticação, poderia ter sido realizado por um Estado que opera numa região fortemente controlada pelos países membros da OTAN.

Em 27 de setembro, o eurodeputado polonês de Plataforma Cívica do Partido Popular Europeu agradeceu aos EUA pela sabotagem, justo quando se conectava o gasoduto entre Polônia e Noruega, que servirá para abastecer de gás a União Europeia, a partir de 1º de outubro, para substituir a Rússia como provedor.

Imediatamente após o atentado, o secretário de Estado dos EUA, Anthony Blinken, garantiu que a situação atual da Europa representa uma “tremenda oportunidade” para acabar “de uma vez por todas” com a dependência energética europeia da Rússia.

Como era de se esperar, o governo norte-americano desmentiu a sua autoria. Porém, suas ameaças o complicam: faz um tempo, o presidente Biden antecipou que, se a Rússia invade a Ucrânia, “o NS2 deixará de existir. Colocaremos um ponto final”. Perguntado por um jornalista sobre como seria possível, uma vez que o gasoduto estava sob controle do governo alemão, respondeu: “prometo-lhes que seremos capazes de fazê-lo”. Victoria Nuland, subsecretária do Departamento de Estado, responsável pelos assuntos políticos internacionais, reiterou que “se a Rússia invade a Ucrânia, de um modo ou de outro, o NS2 deixará de existir”.

Pouco tempo antes do atentado, um forte contingente de barcos de guerra norte-americanos operou por vários dias, a menos de 15 quilômetros da região onde ocorreu a sabotagem, além da presença de aviões e helicópteros.

Já em 2018, Donald Trump discutiu com Ângela Merkel sobre o gasoduto. Ele teria dito que a Alemanha estava “totalmente controlada” pela Rússia. Na cúpula da OTAN em Bruxelas disse: “Estamos protegendo a Alemanha, estamos protegendo a França, estamos protegendo todos estes países. E depois, vários destes países vão e fazem um acordo de oleoduto com a Rússia, pagando bilhões de dólares ao tesouro russo”. “Então, supõe-se que devemos protegê-los contra a Rússia e vocês pagam bilhões de dólares à Rússia, e acredito que isso é muito inapropriado ... Se observarem, Alemanha é cativa da Rússia. Se desfizeram de suas minas de carvão, se desfizeram

de sua usina nuclear, estão recebendo grande parte do petróleo e gás da Rússia. Penso que é algo que a OTAN tem de analisar. É muito inapropriado”.

Em 2019, o Congresso dos EUA, numa decisão tomada conjuntamente com Trump e os democratas, aprovou uma lei que permite sanções para frear a construção do gasoduto Nord Stream 2, que duplicaria o gás que a Rússia faz chegar a Alemanha.

Num discurso, poucos dias atrás, Trump disse: “Fiz um discurso na ONU e critiquei a Alemanha por fazer o acordo do Nord Stream 2. Ninguém sabia do Nord Stream 2, até que eu cheguei. [...] E disse: Que diabos é isto? [Os russos] estão abastecendo a Europa com petróleo e gás. Isto não vai acontecer”.

Por sua vez, o presidente do Comitê de Assuntos Econômicos e Energia do Bundestag, Klaus Ernst, declarou que “a forma em que configuramos nossa política energética não é assunto dos norte-americanos, e o governo federal deveria defender-se dessa intromissão. Se as sanções obstaculizam o funcionamento do gasoduto, será necessário pensar em contramedidas”.

Anos atrás, a secretária de Estado Condoleezza Rice dizia: “Há que destruir a economia da Rússia. A UE não deve comprar gás da Rússia, nós é que lhes venderemos o gás, e a UE que se exploda, é a nossa melhor aposta”.

As medidas dos EUA violaram abertamente a soberania da Europa para romper os acordos com a Rússia e poder assim vender seu próprio gás, muito mais caro.

A Ucrânia era prejudicada por esses gasodutos, pois, pelo seu território, passavam os gasodutos que conectavam a Europa com a Rússia. Em 2006 e 2009, a Ucrânia já havia bloqueado, em várias ocasiões, o trânsito de energia pelo seu território, para pressionar a Rússia. Nord Stream 1 começou em 2011, conectando a Rússia com a Alemanha. Inicialmente os EUA, Polônia e Ucrânia se opunham a esse gasoduto, pois, enfraquecia a posição estratégica da Ucrânia.

Desde o começo da guerra, o Nord Stream 1 teve várias reduções no fornecimento, até que, em 31 de agosto, se produziu o fechamento definitivo, devido a supostos problemas técnicos. Operava com 20% de sua capacidade, e havia sido interrompido porque as sanções contra Rússia impediam realizar seu reparo.

O Nord Stream 2 teve sua construção demorada, devido às sanções de Trump, e depois às travas burocráticas, que impediram que fosse habilitado, e, quando Rússia invadiu Ucrânia, a Alemanha se recusou a colocá-lo em funcionamento. Dessa forma, o NS2 que foi concluído a princípio do ano passado nunca entrou em operações, devido às pressões exercidas pelo governo norte-americano sobre o governo alemão, para que o fechasse e substituísse o abastecimento do gás russo pelo norte-americano.

Por sua vez, as autoridades alemãs estavam muito pressionadas para usar o outro gasoduto, pela impossibilidade de substituir esse fornecimento, no curto prazo.

A Ucrânia atribui à Rússia a responsabilidade do atenta-

do. Parece um absurdo, pois, destruiria sua principal arma de negociação para o acordo de fim da guerra com Ocidente, e o levantamento das sanções contra ela. A Rússia não precisava destruir o gasoduto para ganhar poder de negociação: lhe bastava abrir ou fechar a chave do gás, como tem feito até agora.

Em 17 de setembro passado, numa conferência de imprensa na Organização para a Cooperação de Shanghai (OSC), Putin negou a responsabilidade da Rússia na crise energética da Europa, e esclareceu que se esta quer importar gás russo, terá de levantar as sanções impostas a Rússia. Dessa forma, “terão gás imediatamente”. Quase em paralelo, a CIA advertiu o governo alemão sobre a possibilidade de atos de sabotagem contra os gasodutos NS1 e NS2.

Este atentado tem um impacto brutal sobre a economia alemã, num momento em que suas reservas estratégicas de gás somente são suficientes para alguns meses, e não há no mundo capacidade de substituir, no curso e médio prazo, o gás russo que falta.

O apagão de energia colocará para vastos setores da população a falta de energia, e provocará na economia alemã e europeia a desaceleração de parte da indústria. Crescerá sua dependência de importações de gás e produtos norte-americanos e, ao mesmo tempo, colapsarão seus mercados de exportação.

O atentado ocorreu a poucos dias de uma massiva mobili-

zação no nordeste da Alemanha, reclamando a abertura do gasoduto NS2 e, na véspera do início das negociações entre Alemanha e Rússia, que, mediada pela Turquia e Arábia Saudita, buscaria “condições novas” para pôr fim à guerra e às sanções contra Rússia. Coincide, além disso, com o chamado da Hungria para realizar negociações com a Rússia, e pôr fim às sanções econômicas e à crise energética antes do próximo mês de dezembro.

O atentado provoca impacto sobre os preços da energia, e contribui a prolongar por tempo indeterminado a crise energética e a inflação internacional.

Os EUA prolongam a guerra e, a cada dia, acrescentam uma provocação, para impedir que se chegue a um acordo. Não permitem que nenhum país negocie com a Rússia. Sua guerra arrastou as potências europeias e toda a Europa, a quem procura colocar numa situação de extrema debilidade e fratura. É a continuidade do agravamento da guerra comercial dos EUA contra a Europa, buscando estender o Brexit ao continente.

(Extraído do jornal Massas, nº 423, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Apesar do governo boliviano ter libertado os dirigentes da Federação do Magistério de La Paz, sob intensa pressão do movimento dos trabalhadores, publicamos abaixo a campanha do Partido Operário Revolucionário da Bolívia, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. O POR no Brasil iniciava sua campanha quando chegou a notícia da libertação dos dirigentes sindicais.

A violenta repressão política e a prisão dos dirigentes do magistério pacenho chocou o magistério nacional

A brutalidade policial exercida contra a greve de fome dos trabalhadores na sede do Magistério de La Paz, contra a marcha massiva das bases, exigindo o reconhecimento de seus dirigentes pelo Ministério do Trabalho, e a prisão de José Luis Álvarez, Leandro Mamani, Felipe Loza e Teodora Álvarez, fato amplamente divulgado pela imprensa nacional e pelas redes sociais, feriram a sensibilidade dos professores do país e das bases do movimento operário e popular. Trata-se de uma afronta do governo fascizante de Luis Arce a um dos baluartes mais combativos do movimento sindical boliviano, e seus dirigentes tornam-se referência pela corajosa denúncia que fazem do caráter direitista e reacionário do governo do MAS.

Não se pode ocultar a pretensão do governo de decapitar a Federação de La Paz, porque acredita que, desta forma, pode conter o grande descontentamento social que surge no horizonte, devido ao agravamento das condições de vida e trabalho dos setores mais desprotegidos do país. É uma mentalidade fascista acreditar que a luta das massas pode ser evitada usando a repressão física e legal contra seus dirigentes.

Imediatamente após a divulgação dos acontecimentos em La Paz, as federações de Chuquisaca, Cochabamba, Oruro e Yacuiba emitiram protestos, condenando os abusos

e arbitrariedades do governo, exigindo o reconhecimento imediato dos dirigentes democraticamente eleitos e a liberdade dos dirigentes presos; ao mesmo tempo, condenaram o silêncio dos dirigentes da COB e das organizações nacionais do movimento operário.

Onde há dirigentes controlados pelo oficialismo, são as bases que estão encontrando maneiras de expressar sua raiva e sua solidariedade aos professores de La Paz, por exemplo em Tarija, Santa Cruz, Trinidad e outras federações departamentais e regionais, os professores de base estão usando as redes sociais para exigir que seus dirigentes abram a boca e convoquem conselhos consultivos e assembleias, para que as bases possam expressar seus pensamentos e apoiar os perseguidos pelo governo. Há a convicção de que a próxima Conferência Nacional Especializada de Previdência Social, que se reunirá em Cochabamba, nos dias 27 e 28 de outubro, será o palco que poderá unificar uma mobilização nacional até o reconhecimento dos dirigentes de La Paz e sua liberdade imediata.

Há apenas uma maneira de dobrar o cotovelo a esse governo abusivo e fascista, a ação direta. Nada de ouvir os cantos de sereia dos direitistas e agentes do governo, que sugerem ir aos juízes para que, por meios legais, se consiga a defesa do direito sindical e a liberdade dos presos.

Quebrar a pretensão do governo de enfraquecer o combativo magistério urbano de La Paz, rejeitar as caluniosas mentiras do incapaz ministro

Durante seis meses, depois de terem vencido as eleições sindicais do magistério de La Paz, com o apoio esmagador das bases contra os candidatos oficiais, os dirigentes eleitos tramitaram o reconhecimento do Ministério do Trabalho, apenas com o objetivo de habilitar suas assinaturas para o acesso à conta bancária desta organização sindical no Banco Unión. O Ministro do Trabalho, por decisão política do governo de Luis Arce, no sentido de impedir – por todos os meios – a vigência de uma das organizações sindicais mais combativas que defende a independência político-sindical do Estado burguês e dos governos de plantão, negou insistentemente a assinatura da correspondente resolução ministerial de reconhecimento, recorrendo a argumentos falaciosos e caluniosos. Ela ressaltou que José Luis Álvarez não prestou contas de sua gestão sindical anterior, em 2016, e também tirou da manga a calúnia de que esse dirigente havia recebido um desembolso do Ministério da Educação, de pouco mais de 7 milhões de bolivianos, dinheiro que foi depositado nas contas pessoais de Álvarez, para as quais ele nunca prestou contas.

Álvarez – muitas vezes – documentou que as acusações, não só deste governo, mas também do anterior presidido por Evo Morales, são falsas. Apresentou um atestado original do ex-ministro da Educação, Roberto Aguilar, no sentido de que esses 7 milhões de bolivianos nunca foram desembolsados pelo Ministério da Educação, atestado que comprova não apenas a inocência de Álvarez, mas também sua inabalável honestidade revolucionária. Por outro lado, deixou claro que, em nenhum de seus vários esforços sindicais à frente dos combativos professores de La Paz, deixou contas pendentes. Quanto à sua gestão anterior, demonstrou que a prestação de contas foi apresentada com a respectiva auditoria externa, sendo este documento aprovado por unanimidade pelo respectivo Congresso Ordinário.

O surpreendente é que, após a escandalosa repressão policial aos professores de La Paz, o piquete de greve de fome dos trabalhadores da Loja do Professor e a prisão dos dirigentes

José Luis Álvarez, Leandro Mamani, Felipe Loza e Teodora Álvarez, que foram instalados em um piquete de greve de fome no Ministério do Trabalho, realiza uma coletiva de imprensa, onde repete cnicamente o mesmo roteiro inicial da falta de prestação de contas do governo 2018-2020, e dos 7 milhões de bolivianos que nunca chegaram às mãos de Álvarez. Esse ministro não só mostra sua teimosia, mas também sua falta de imaginação para executar as decisões políticas de seu governo, que é caracterizado de direitista, repressivo e fascista.

Esse governo decidiu acabar com qualquer posição de oposição no movimento operário, no magistério e em todas as organizações populares. Persegue ferozmente os dirigentes sindicais e as organizações, que se colocam à frente da sua política de direita, abertamente pró-capitalista e pró-imperialista; onde encontra resistência, não hesita em organizar sindicatos paralelos, como é o caso da ADEPCOCA, cujos agentes, impostos pelo governo, como sindicato paralelo, facilmente fazem o papel de fura-greves para perseguir os legalmente eleitos. Não se exclui que, no caso dos professores combativos de La Paz, de El Alto de La Paz ou das províncias, façam aparecer e patrocinar organizações fantasmas que pretendem substituir a atual Federação Departamental. Alertamos os professores urbanos de La Paz sobre esse perigo, e os convocamos a se organizarem ferozmente para rejeitar essas manobras com a cumplicidade da burocracia sindical corrupta do COB e das demais organizações nacionais do movimento trabalhista. Este governo busca desesperadamente a decapitação de qualquer organização sindical revolucionária, para impedir as inevitáveis mobilizações dos diferentes setores, diante do agravamento da miséria como resultado da crise econômica.

É urgente organizar uma forte resistência unitária de todos os setores perseguidos por este governo, convocamos as bases do movimento operário das organizações sociais que sustentam os rigores da crise, as bases dos professores rurais e outras, para ganharem as ruas para repelir a repressão política abusiva que os professores de La Paz estão sofrendo.

LANÇAMENTO ▶

R\$ 35



ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR:

100 anos da Revolução Russa

RECONSTRUIR O PARTIDO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA MUNDIAL, A IV INTERNACIONAL

Haiti

As massas se levantam no Haiti contra o aumento do custo de vida e a nova ameaça de intervenção imperialista

Já são meses de protestos no Haiti, contra o aumento do custo de vida e a fome. No dia 14 de setembro, o presidente *de facto* Ariel Henry, que ascendeu ao poder ao ser indicado pelo imperialismo para assumir o cargo, após o assassinato do ex-presidente Jovenel Moïse, anunciou a suspensão dos subsídios aos combustíveis, o que desencadeou uma onda de protestos, assim como saques no comércio e em instalações de ajuda humanitária, como a do Programa Mundial de Alimentos (PMA) da cidade de Gonaïves. O grupo “G-9 e Família”, uma aliança de gangues urbanas, liderada por Jimmy Cherizier (“Barbecue”), imediatamente ocupou e paralisou o terminal de exportação de petróleo Varreux, contra a suspensão dos subsídios.

A paralisação do terminal, em um contexto de guerra na Ucrânia e escassez de combustíveis, somada à onda de revolta popular, foi o estopim para que o ditador Ariel Henry, em conluio com o imperialismo, solicitasse às Nações Unidas uma intervenção militar estrangeira, retomar o controle do país e conter o surto de cólera, agravado pelas condições de miséria. Em resposta, as massas foram novamente às ruas, rechaçar a ameaça de intervenção estrangeira, e exigir a saída do presidente e novas eleições. Ainda está fresca, na memória dos haitianos, as consequências da última intervenção estrangeira da ONU, a chamada “Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti” (MINUSTAH), que perpetuou situação de miséria, fome e disseminação de doenças, além dos casos de violência e abusos sexuais, cometidos pelas tropas invasoras contra o povo haitiano.

Nos protestos, é possível ver manifestantes pintados com as cores da bandeira da Rússia ou segurando bandeiras desse país. Trata-se da ilusão de que, apoiando-se na Rússia e na China, os oprimidos do Haiti poderão resistir à opressão imperialista dos EUA e Europa. Um dos manifestantes declarou: “*Não necessitamos do Canadá, da França, e dos EUA. Apenas precisamos da China e Rússia para que nos ajudem a explorar nossas riquezas; os outros já nos roubaram, não fizeram nada por nós*”. Está aí expresso o ódio ao imperialismo, que se desenvolve no seio dos pobres, miseráveis e famintos e, ao mesmo tempo, a ausência de um partido revolucionário. O Haiti carrega historicamente o peso insuportável da opressão nacional. As revoltas constantes contra os governos entreguistas e a intervenção do imperialismo chefiada pelos Estados Unidos dão a dramática dimensão da necessidade de uma revolução social, que constitua um governo operário e camponês, e imponha a independência nacional.

No dia 21/10, em uma reunião do Conselho de Segurança da ONU que tratou da situação do Haiti, aprovou-se por unanimidade, incluindo os votos favoráveis da Rússia e da China, em que impõe sanções ao líder Jimmy Cherizier (“Barbecue”), em virtude da paralisação do terminal de petróleo, como uma



“resposta inicial” para responder a solicitação do ditador Ariel Henry de intervenção estrangeira. Como se vê, apesar da guerra na Ucrânia, provocada pelos Estados Unidos e aliados, os representantes chinês e russo não rechaçaram a medida intervencionista do imperialismo.

Os massivos e radicalizados protestos no Haiti expressam as tendências de luta das massas em responder à piora das suas condições de vida diante do agravamento da crise capitalista. A luta pela solução dos seus problemas imediatos tem levado as massas a se chocarem diretamente com o Estado burguês e à opressão imperialista. É necessário frisar que o problema fundamental está na ausência de uma direção revolucionária, que possa canalizar a luta pelas reivindicações imediatas para a estratégia da revolução proletária. O que tem levado as massas a soluções ilusórias, como a de novas eleições e de ajuda externa da Rússia e da China.

Somente a aliança operária e camponesa, ou seja, unidade da classe operária e demais oprimidos, por meio de uma frente única anti-imperialista, será capaz de combater uma ameaça de intervenção e expulsar o imperialismo do país. Cabe aos lutadores da linha de frente da classe operária e dos pobres da cidade e do campo tomar em suas mãos a construção do partido operário revolucionário.

Está colocada uma campanha internacionalista de defesa da nação oprimida. É fundamental construir a unidade e solidariedade mundial da classe operária, contra a ameaça de intervenção militar no Haiti e em defesa da autodeterminação das nações oprimidas.

Abaixo o intervencionismo imperialista no Haiti!

Construir a solidariedade internacional da classe operária em defesa

da autodeterminação das nações oprimidas!

**105 anos
da Revolução Russa (1917-2022)**



Este é um escrito pouco divulgado, até onde chega nosso conhecimento. Lênin o escreveu quando já estava acometido pela doença. Ditou para a sua secretária, em dois momentos. Segundo informação das Obras Completas, o artigo foi entregue ao jornal Pravda por sua companheira Nadezhda Konstantinovna Krupskaya. Estava sem título, de forma que o nome “Nossa Revolução (À propósito das notas de N. Sujanov)” foi colocado pela redação do Pravda. N. Sujanov foi um economista vinculado ao grupo menchevi-

que de Martov, até 1920. Aderiu ao bolchevismo, sem, contudo, ter feito um reconhecimento de seus erros. No artigo “Os métodos da intelectualidade burguesa contra os operários”, Lênin expõe o seu percurso oportunista.

O breve artigo que aqui publicamos, apesar das difíceis condições de saúde em que se encontrava o dirigente da Revolução Russa, traz ensinamentos da aplicação do materialismo histórico e da revelação das leis da revolução na época do capitalismo imperialista. Lênin foi autoriza-

do pelos médicos a ler “Notas sobre a revolução”, de Sujanov. Obra essa composta de 4 tomos, e, assim, decidiu responder.

Publicamos esse trabalho do fim da vida de Lênin, como parte da campanha do Partido Operário Revolucionário (POR) pelos 105 anos da Revolução Russa. A assimilação máxima das formulações programáticas e teóricas de Lênin é uma das condições básicas para construir o partido de quadros, voltados inteiramente à organização e preparação da revolução proletária.

Nossa Revolução (A propósito das notas de N. Sujanov)

Nesses dias, folhee as notas de Sujanov sobre a revolução. Salta à vista, sobretudo, o pedantismo de todos os nossos democratas pequeno-burgueses e de todos os heróis da II Internacional. Sem falar de que todos são extraordinariamente pusilânimes, de que inclusive os melhores deles se fortalecem, com ressalvas quando se trata do menor desvio do modelo alemão; sem falar desse traço comum a todos os democratas pequeno-burgueses, e que se manifestou com suficiente eloquência durante toda a revolução, o que salta à vista é sua imitação servil do passado.

Todos eles se autoproclamam marxistas, mas sua concepção do marxismo é insuportavelmente pedante. Não compreenderam o fundamental do marxismo: sua dialética revolucionária. Inclusive as claras indicações de Marx de que durante a revolução é necessário ser flexíveis ao máximo, não compreenderam, em absoluto, e inclusive lhes passaram inadvertidamente, por exemplo, as manifestações de Marx em sua correspondência – creio que foi em 1856 – quando expressa a esperança de que uma guerra camponesa na Alemanha, capaz de criar uma situação revolucionária, se combine com o movimento operário. Chegam a obscurecer essa clara indicação, e dão voltas ao redor dela como um gato em torno de uma tigela de leite quente.

Sua conduta é a de covardes reformistas, que temem separar-se da burguesia; mais ainda, romper com ela; e, ao mesmo tempo, cobrem sua covardia com a mais desenfreada fraseologia e ostentação. Mas, o evidente em todos eles, inclusive do

Lênin

ponto de vista puramente teórico, é sua absoluta incapacidade para compreender as seguintes considerações marxistas: até agora, viram um caminho determinado de desenvolvimento do capitalismo e da democracia burguesa na Europa ocidental, e não estão em condições de conceber que esse caminho possa ser tomado como modelo somente *mutatis mutandis*, somente com certas correções (por completo insignificantes do ponto de vista do desenvolvimento geral da história mundial).

Primeiro: a revolução vinculada com a primeira guerra imperialista mundial. Em tal revolução, deviam aparecer aspectos novos, ou variações, resultantes precisamente da guerra, pois, jamais o mundo conheceu semelhante guerra, que tivesse lugar em uma situação semelhante. Comprovamos que até agora a burguesia dos países mais ricos não conseguiu “normalizar” as relações burguesas depois da guerra. Entretanto, nossos reformistas pequeno-burgueses, que se dizem revolucionários, consideravam e continuam considerando, como limite (além disso, que não se pode passar), as relações burguesas normais. E inclusive sua concepção do “normal” é extraordinariamente formal e estreita.

Segundo: é lhes por completo alheia a ideia de que dentro das leis gerais do desenvolvimento da história mundial não ficam de maneira alguma excluídos, pelo contrário, pressupostos, certos períodos peculiares de desenvolvimento, tanto no que diz respeito à forma, como à ordem de sucessão desse desenvolvimento. Por exemplo, não lhes ocorre sequer que a Rússia, que se encontra na linha divisória entre os países civilizados e os países que pela primeira vez são arrastados de modo definitivo, por essa guerra, à civilização – todos os paí-

ses orientais, não europeus, que a Rússia devia manifestar certos aspectos distintivos, ainda que de acordo, claro está, com a linha geral do desenvolvimento mundial, mas que diferenciam sua revolução de todas as que se produziram nos países da Europa ocidental e introduzem algumas inovações parciais, ao deslocar a revolução para os países do Oriente.

Por exemplo, não pode ser mais vulgar o argumento, que aprenderam de memória durante o desenvolvimento da social-democracia na Europa ocidental, que nós não amadurecemos ainda para o socialismo, de que – como se expressam certos “eruditos” senhores que militam em suas fileiras – em nosso país, não existem as premissas econômicas objetivas para o socialismo. A nenhum deles ocorre perguntar: e no caso de um povo que se encontrava em uma situação revolucionária, como a que se criou durante a primeira guerra imperialista? Não podia, influenciado por sua situação sem saída, lançar-se em uma luta que lhe possibilitasse, ainda que não fosse senão algumas perspectivas de assegurar condições um tanto inusitadas, que lhe permitissem um mais amplo desenvolvimento da civilização?

“A Rússia não alcançou um nível de desenvolvimento das forças produtivas que tornasse possível o socialismo”. Todos os heróis da II Internacional, e entre eles, certamente, Sujanov, se apegam nessa tese. Repetem de mil maneiras diferentes essa tese indiscutível, que lhes parece decisiva para julgar nossa revolução.

O que ocorre, porém, se a situação que arrastou a Rússia à guerra imperialista mundial, na qual estiveram envolvidos todos os países mais ou menos influentes da Europa ocidental, e que a tornaram uma testemunha da véspera das revoluções, que se estavam gestando, ou que parcialmente tinham começado no oriente, originou circunstâncias que puseram a Rússia e seu desenvolvimento em uma posição que nos permitiu alcançar precisamente essa combinação de uma “guerra camponesa” com o movimento operário, sobre a qual escreveu, em 1856, nada menos que um “marxista” como Marx, como uma das possíveis perspectivas para a Rússia.

O que ocorre se essa situação absolutamente sem saída, que multiplicou os esforços dos operários e dos camponeses, nos possibilitou criar, de maneira diferente que em todos os países da Europa ocidental, os requisitos fundamentais da civilização? Mudou por causa disso a linha geral do desenvolvimento da história mundial? Modificou a correlação básica entre as classes fundamentais de todos os países que são ou foram arrastados para o curso geral da história mundial?

Por que então, para construir o socialismo, se exige deter-

minado nível cultural (ainda que ninguém possa dizer qual é esse determinado “nível cultural”, pois, é diferente em cada país da Europa ocidental), não podemos começar pela conquista, na forma revolucionária, dos pré-requisitos para esse determinado nível de cultura, e depois, com a ajuda do poder operário e camponês e do sistema soviético, ir ao alcance das demais nações?

13 de janeiro de 1923

II

Vocês dizem que para construir o socialismo é necessária a civilização. Muito bem. Mas, então, por que não podíamos criar primeiro tais pré-requisitos de civilização em nosso país, como a expulsão dos latifundiários e dos capitalistas russos, e depois iniciar o movimento para o socialismo? Em qual livro vocês leram que é inadmissível ou impossível semelhantes variações da habitual ordem de sucessão histórica dos acontecimentos?

Creio que Napoleão escrevia: *on s’engage et puis...on voit*, que em tradução livre quer dizer: “primeiro há que travar uma batalha séria e depois ver o que ocorre”. Pois bem, nós travamos, em 1917, primeiro um combate sério, e depois analisamos detalhes do desenvolvimento (do ponto de vista da história mundial são certamente detalhes), como a paz de Brest, a NEP etc. E hoje não resta dúvida de que temos triunfado no fundamental.

Nossos Sujanov, sem falar dos social-democratas que estão mais à direita, nunca sonharam sequer que as revoluções pudessem realizar-se de outra maneira. Nossos filisteus europeus nunca sonharam sequer que as futuras revoluções nos países orientais, que possuem uma população muito mais vasta e uma diversidade muito mais vasta de condições sociais, apresentam sem dúvida características ainda mais particulares que a revolução russa.

Não é necessário dizer que o manual escrito, seguindo Kaustky, foi muito útil em sua época. Mas, já é tempo de renunciar a ideia de que nele se haviam previstas todas as formas do desenvolvimento da subsequente história mundial. E seria oportuno dizer que aqueles que pensam de tal modo são simplesmente tontos.

17 de janeiro de 1923

(Extraído das Obras Completas, Lênin, tomo XXXVI, Akal Editor)

R\$ 30



Lênin estrategista da revolução proletária
Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

LANÇAMENTO LIVRO

Lênin estrategista da revolução proletária

Este livro faz parte da luta da vanguarda consciente em superar a crise mundial de direção, construindo o Partido Operário Revolucionário, como seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.



Nova Coleção Editorial

105 anos da Revolução Russa (1917-2022)



O documento que aqui divulgamos compõe uma sequência de publicações de Lênin e Trotsky sobre a compreensão e fundamentação histórica das guerras na fase última do capitalismo imperialista. A necessidade de recorrermos à rica experiência do bolchevismo, refletida nas elaborações dos dois principais dirigentes da Revolução de Outubro de 1917, se deve à guerra na Ucrânia.

A vanguarda marxista-leninista-trotskista está diante, não só de uma nova guerra entre tantas que ocorreram desde o início do século XX, como também de uma guerra que eclodiu nas condições de um profundo retrocesso histórico, que resultou do processo de restauração capitalista e, em particular, da liquidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). O fato de envolver o imperialismo encabeçado pelos Estados Unidos, de um lado, e a ex-república soviética da Ucrânia, e a Rússia, que foi o pilar da URSS, de outro, exige o máximo de cuidado da vanguarda revolucionária em entender as contradições e formular as posições do internacionalismo proletário diante da guerra.

Eis por que o Partido Operário Revolucionário considera de máxima importância recorrer à concepção e à resposta programática do marxismo à questão da guerra. Destacamos algumas passagens do documento “Declaração ao Congresso contra a guerra de Amsterdã”:

“As forças produtivas da humanidade transbordaram há muito os limites da propriedade privada e das fronteiras do Estado nacional. A humanidade só pode salvar-se com uma economia socialista baseada na divisão internacional do trabalho” (...)

“A contradição entre as forças produtivas e os limites do Estado nacional assumiu sua forma mais tremenda e insuportável na Europa, o velho berço do capitalismo” (...)

Declaração ao Congresso contra a guerra de Amsterdã

Trotsky, 25 de julho de 1932

A cada dia que passa, se torna mais evidente o perigo de uma nova guerra mundial. O marxismo denunciou de maneira irrefutável os motivos desse perigo.

As forças produtivas da humanidade transbordaram há muito os limites da propriedade privada e das fronteiras do Estado nacional. A humanidade só pode salvar-se com uma economia socialista baseada na divisão internacional do trabalho. Influenciado por uma direção conservadora, o proletariado fracassou no cumprimento de seu objetivo revolucionário. Foi retribuído, então, com a Guerra Mundial de 1914-1918. Os campeões democráticos do “desenvolvimento pacífico”, adversários dos métodos revolucionários, são os responsáveis diretos dos milhões de mortos e feridos na carnificina impe-

“É fácil condenar a guerra; o difícil é superá-la. A luta contra a guerra é uma luta contra as classes que governam a sociedade, e têm em suas mãos tanto suas forças produtivas como suas armas destrutivas” (...)

“Quando os interesses fundamentais das classes dominantes se vêm ameaçados, a democracia cede lugar à violência. Somente se pode derrotar a burguesia com as armas em mãos; somente a guerra civil pode deter a guerra imperialista” (...)

“Os bolcheviques leninistas rechaçam absolutamente e denunciam a falaciosa distinção entre guerra “ofensiva” e “defensiva” (...)“O proletariado revolucionário somente distingue entre as guerras de opressão e as guerras de libertação. O caráter de uma guerra não se define pelas falsificações diplomáticas, mas sim pela classe que conduz a guerra e pelos objetivos que essa classe persegue”(...)“Somente se pode caracterizar como guerras de libertação aquelas que são encarnadas pelo proletariado e pelas nações oprimidas. Depois de sua vitória, a insurreição armada do proletariado contra seus opressores se transforma inevitavelmente em uma guerra revolucionária do estado proletário pela consolidação e extensão de seu triunfo. A política do socialismo não é nem pode ser de caráter puramente “defensivo”. O objetivo do socialismo e conquistar o mundo”(...)“

“A luta pela autodeterminação das nações, por todos os povos, por todos os oprimidos, e os que lutam por sua independência é um dos aspectos mais importantes da luta contra a guerra” (...)

“A principal força contra a guerra é a do proletariado. Somente com seu exemplo e sob sua direção, os camponeses e outras camadas populares da nação podem levantar-se contra a guerra”. (...)

Sem dúvida, essas formulações devem ser compreendidas na sua devida relação com o todo do pensamento. Seu destaque se deve à questão prática de sua aplicação analítica, programática e principista diante da guerra na Ucrânia.

rialista.

Nos quinze anos transcorridos desde então, o mundo imperialista não aprendeu nada, nem esqueceu nada. Suas contradições internas se agudizaram. A crise atual revela uma terrível desintegração social da civilização capitalista, com sinais evidentes de que a gangrena avança. O único que poderá salvar a humanidade é o bisturi da revolução proletária.

As classes dominantes se debatem em meio a essa situação desesperada. Suas dificuldades financeiras e seu temor ao povo as obrigam a procurar uma solução nos acordos de limitação do armamento. Por outro lado, ao elevar cada vez mais as tarifas alfandegárias e a incrementar as restrições à importação, os governantes continuam constrengendo o mercado mundial,

aprofundando a crise, agudizando os antagonismos nacionais e preparando novas guerras. Os partidos reformistas, hoje, como ontem, inimigos de uma solução revolucionária pela via socialista, arcam uma vez mais com a responsabilidade pela miséria da crise e do iminente horror de uma nova guerra.

A contradição entre as forças produtivas e os limites do Estado nacional assumiu sua forma mais tremenda e insuportável na Europa, o velho berço do capitalismo. Com seu labirinto de fronteiras e tarifas alfandegárias, seus exércitos desgastados e suas monstruosas dívidas nacionais, a Europa de Versalhes é uma fonte constante de perigos militares e de provocações de guerra. E agora a Europa já não pode unificar a burguesia, a mesma classe que a esgotou e a balcanizou. Para alcançar esse feito, faltam-lhe outros meios e outras forças.

Somente na Rússia czarista foi arrancado o poder da burguesia. Graças à sua direção revolucionária, o jovem proletariado russo pôde demonstrar concretamente, pela primeira vez na história mundial, as inesgotáveis possibilidades que oferece o sistema da ditadura proletária e da economia planificada. As gigantescas conquistas econômicas e culturais de um país atrasado, transformado em um país dos operários e dos camponeses, demonstram a toda a humanidade o caminho a seguir.

Esperamos, agora, que o governo soviético complemente o seu Segundo Plano Quinquenal, com um extenso plano de colaboração econômica com os países capitalistas avançados, o que abrirá gigantescas perspectivas e possibilidades às massas, que sofrem o peso da crise e do desemprego. Além de seus resultados imediatos, esse plano será uma imensa força de atração ao socialismo para milhões e milhões de trabalhadores.

Certamente, o sistema social atual da União Soviética, ainda, está muito longe do socialismo. Mas, tem uma importância extraordinária, o fato de ter começado a marcha para o socialismo. Chegará mais acertada e rapidamente ao socialismo, na medida em que o proletariado dos países avançados arrancar o poder da burguesia, e criar as premissas definitivas de uma sociedade nova, que somente poderá ser construída sobre uma base internacional.

O perigo da guerra mundial ameaça a existência do primeiro Estado operário. Mais além de quais sejam as causas da guerra, mais além do lugar onde se inicie, em sua etapa final, se voltará inevitavelmente contra a URSS. A burguesia europeia e mundial não abandonará a cena, sem procurar uma transfusão de sangue das artérias do jovem Estado operário às do imperialismo agonizante.

Nesse último ano, as chamadas da guerra ameaçaram as fronteiras da União Soviética, tanto do extremo Oriente como do Ocidente. Uma vez que estrangula a independência da China, o Japão constrói, na Manchúria, fortalezas de onde pode golpear a URSS. O antagonismo entre Japão e Estados Unidos não pode frear os militaristas de Tóquio, já que em uma futura guerra contra a União Soviética se considerarão a vanguarda do imperialismo mundial. Por outro lado, o golpe de estado levado a cabo por Hindenburg, seguindo as ordens de Hitler, pavimentam o caminho para um regime fascista na Alemanha, e coloca a perspectiva de uma luta de morte entre a União Soviética e uma Alemanha fascista. Na Europa e no mundo inteiro, anunciam-se colossais acontecimentos.

Nessas condições, lutar contra a guerra significa lutar para



salvar a vida de milhões de operários e camponeses, da geração que cresceu depois da grande carnificina, por preservar as conquistas do trabalho e do pensamento, por salvar o primeiro Estado Operário e o futuro da humanidade.

Consequentemente, a tarefa é enorme e exige grande clareza sobre os métodos para realizá-la. É fácil condenar a guerra; o difícil é superá-la. A luta contra a guerra é uma luta contra as classes que governam a sociedade e têm em suas mãos, tanto suas forças produtivas, como suas armas destrutivas. É impossível deter a guerra com indignação moral, atos, artigos jornalísticos e congressos. Enquanto a burguesia tenha sob seu controle os bancos, as fábricas, a terra, a imprensa e o aparato estatal, poderá arrastar os povos à guerra cada vez que seus interesses assim exijam. Mas, as classes dominantes nunca cedem o poder sem luta. Observemos o que se passa na Alemanha. Quando os interesses fundamentais das classes dominantes se veem ameaçados, a democracia cede lugar à violência. Somente se pode derrotar a burguesia com as armas em mãos; somente a guerra civil pode deter a guerra imperialista.

Os bolcheviques leninistas rechaçam absolutamente e denunciam a falaciosa distinção entre guerra “ofensiva” e “defensiva”. Em uma guerra entre estados capitalistas, essa distinção não é mais do que um subterfúgio diplomático para enganar o povo. Os bandidos capitalistas sempre fazem guerra “defensivas”, mesmo quando o Japão marche contra Shanghai, e a França contra a Síria e o Marrocos. O proletariado revolucionário somente distingue entre as guerras de opressão e as guerras de libertação. O caráter de uma guerra não se define pelas falsificações diplomáticas, mas sim pela classe que conduz a guerra e pelos objetivos que essa classe persegue. As guerras dos estados imperialistas, muito além de seus pretextos e de sua retórica política, são opressivas, reacionárias e vão contra o povo. Somente se pode caracterizar como guerras de libertação aquelas que são encarnadas pelo proletariado e pelas nações oprimidas. Depois de sua vitória, a insurreição armada do proletariado contra seus opressores se transforma inevitavelmente em uma guerra revolucionária do estado proletário pela consolidação e extensão de seu triunfo. A política do socialismo não é nem pode ser de caráter puramente “defensivo”. O objetivo do socialismo é conquistar o mundo.

Daí se deriva nossa posição a respeito de todas as formas de pacifismo, tanto do pacifismo puramente imperialista (Kekko-gg-Briand-Herriot etc.), como o pequeno-burguês (Rolland-Barbusse e seus partidários de todo o mundo). A essência do pacifismo é a condenação, seja hipócrita ou sincera, do uso da

força em geral. Ao debilitar a vontade dos oprimidos, serve à causa dos opressores. O pacifismo idealista enfrenta a guerra com indignação moral, como o cordeiro que enfrenta a faca do açougueiro com os lúgubres berros. Mas, a tarefa consiste em enfrentar a arma da burguesia com a arma do proletariado.

A força pacifista mais influente é da social-democracia. Em tempo de paz, não economiza bravatas contra a guerra. Mas, continua atada à “defesa nacional”. Isso é decisivo. Toda guerra, comece como comece, ameaça a cada uma das nações beligerantes. Os imperialistas sabem de antemão que, com o primeiro rugido do canhão, o patriotismo da social-democracia se transformará no mais servil, e passará a ser a reserva mais importante do militarismo. Daí que o primeiro passo da luta revolucionária contra a guerra consiste em combater intransigentemente o pacifismo, desmascarando o seu caráter traidor.

A Liga das Nações é a cidadela do pacifismo imperialista. Constitui um acordo histórico transitório entre os estados capitalistas em que os mais fortes mandam e decidem sobre os mais débeis, que se arrastam diante da América do Norte ou procuram resistir, mas, no final das contas, todos são igualmente inimigos da União Soviética, mas estão dispostos a ocultar cada um dos crimes dos mais poderosos e saqueadores dentre eles. Somente aqueles que estão politicamente cegos, somente aqueles que estão totalmente indefesos ou aqueles que corrompem deliberadamente a consciência do povo, podem considerar, direta ou indiretamente, para hoje ou para o futuro, a Liga das Nações como um instrumento de paz.

Com a pretensão do “desarme”, não se evita, nem pode evitar, a guerra. O programa do “desarme” não é mais do que um intento – até agora só concretizado no papel – de reduzir em épocas de paz os custos de tal ou qual tipo de armamento. É sobretudo uma questão de técnica militar e da situação em que se encontram os cofres imperialistas. Nem os arsenais, nem as fábricas de munições, nem os laboratórios, nem finalmente – o que é mais importante – a indústria capitalista de conjunto, se debilitam minimamente com os “programas de desarme”. Os estados não guerreiam porque estão armados. Pelo contrário, fabricam armas quando têm de guerrear. No caso em que ecloda a guerra, desaparecerão todas as limitações da época de paz. Já em 1914-1918, os Estados não guerrearam com as armas com as quais se tinham provisionado durante a paz, mas sim com as que fabricaram durante a guerra. O fundamental não são os arsenais, mas sim a capacidade produtiva do país. Aos Estados Unidos, convêm muito uma limitação do armamento na Europa, em época de paz, porque assim poderão demonstrar mais decididamente seu predomínio industrial durante a guerra. A burguesia alemã se inclina para a redução do armamento para estar em igualdade de condições quando estourar um novo conflito sangrento. Para a Alemanha, o “desarme” geral tem o mesmo sentido que a paridade naval tem para a França com a Itália. A validade desses planos dependerá da combinação das forças imperialistas, da condição de seus orçamentos, dos acordos financeiros internacionais, etc. A questão do desarme é uma das alavancas que move o imperialismo para preparar

A luta pela autodeterminação das nações, por todos os povos, por todos os oprimidos e os lutam por sua independência é um dos aspectos mais importantes da luta contra a guerra.

as novas guerras. É pura charlatanice procurar diferenciar entre os fuzis, tanques ou aviões ofensivos ou defensivos. Também aqui a política da América do Norte está determinada pelos interesses específicos do imperialismo norte-americano, o mais terrível de todos. A guerra não é um jogo que se desenvolve segundo regras convencionais. A guerra exige e cria as armas que melhor possam aniquilar o inimigo. O pacifismo pequeno-burguês, que em uns dez por cento, uns trinta e três por cento ou uns cinquenta por cento, considera a proposta do desarme como o “primeiro passo” para a possibilidade de impedir a guerra, é mais perigoso que todos os explosivos e gases asfixiantes. A melinita e a hiperita podem cumprir sua função somente porque durante a paz as massas populares se envenenam com os vapores do pacifismo.

Sem a menor confiança nos programas capitalistas de desarme ou da limitação do armamento, o proletário revolucionário se coloca uma só questão: nas mãos de quem estão as armas? Qualquer arma nas mãos dos imperialistas está dirigida contra nações débeis, contra a classe operária, contra o socialismo, contra a humanidade. O único meio de libertar o nosso planeta da opressão e da guerra é que as armas estejam em poder do proletariado e das

nações oprimidas.

A luta pela autodeterminação das nações, por todos os povos, por todos os oprimidos e os lutam por sua independência é um dos aspectos mais importantes da luta contra a guerra. Aqueles que apoiam diretamente o sistema de colonização e os protetorados, a dominação do capital britânico na Índia, do Japão na Coreia ou na Manchúria, da França na Indochina ou na África; aqueles que não combatem a escravidão colonial e não apoiam as insurreições das nações oprimidas, nem sua independência; aqueles que defendem ou idealizam o gandhismo, isto é, a política de resistência passiva aplicada a problemas que somente podem resolver pela força das armas, são, em que pese suas boas e más intenções, lacaios, apólogos, agentes dos imperialistas, dos escravagistas, dos militaristas, e os ajudam a preparar novas guerras, que perseguem velhos ou novos objetivos.

A principal força contra a guerra é a do proletariado. Somente com seu exemplo e sob sua direção, os camponeses e outras camadas populares da nação podem levantar-se contra a guerra. Dois partidos disputam a influência sobre o proletariado: o Partido Comunista e a social-democracia. Os partidos intermediários (o SAP alemão, o PUP francês, o ILP inglês etc.) não podem jogar um papel histórico independente. No problema da guerra, que é a outra face do problema da revolução proletária, a irreconciliável oposição entre o comunismo e o social-patriotismo alcançará sua expressão mais aguda.

Aquele que, em nome do pacifismo, isto é, da luta superficial e de palavras contra a guerra, procure colocar em um mesmo saco todos os programas, todos os partidos, todas as bandeiras, presta um grande serviço ao imperialismo. Na questão da guerra, como em todas as demais, o Partido Comunista deve procurar libertar as massas trabalhadoras da influência desintegradora e desmoralizadora do reformismo.

Le Monde, o jornal de Barbusse, Gorki e dos demais organizadores do Congresso Contra a Guerra, coloca com persistência a unificação da Internacional Comunista e a Segunda Internacional. Para lutar contra a guerra, Barbusse traça um sinal de igual entre Lênin e Vandervelde. Isso serve somente para reabilitar Vandervelde e falsificar Lênin. Rechaçamos a política de Barbusse e seus seguidores, e a consideramos o mais perigoso dos venenos políticos. Consideramos que a Internacional Comunista e a Internacional Sindical Vermelha cometeram um sério erro, ao deixar-lhes a iniciativa do chamado à conferência aos impotentes pacifistas sem princípios.

Consideramos totalmente correto, pela tática e pelo princípio, que a URSS não tenha entrado na Liga das Nações. Consequentemente, é lamentável que a União soviética tenha declinado sua autoridade diante do Pacto Kellog, uma fraude completa, cujo objetivo é “justificar” somente aquelas guerras que se adequem aos interesses norte-americanos.

Também consideramos incorreta a tendência da diplomacia soviética de embelezar a política do imperialismo norte-americano, particularmente, sua iniciativa sobre o problema do desarme. Reconhecemos plenamente o importante que é para a URSS estabelecer relações econômicas e diplomáticas normais com os Estados Unidos. Mas não se pode alcançar esse objetivo com capitulações verbais às manobras do imperialismo norte-americano, o mais forte e saqueador de todos os imperialismos. Esperamos, da diplomacia soviética, uma declaração pública clara sobre o perigo da guerra e da luta contra ela. É necessário levantar bem alto a voz para alertar o povo. Nesse problema candente, quanto menos se adapte a burocracia soviética às manobras dos imperialistas, quanto mais valentemente eleve sua voz, mais ardentemente lhe responderão as massas trabalhadoras de todo o mundo, mais estreitamente se alinharão junto à URSS, e com mais segurança a defenderão contra o perigo cada vez maior.

Ao mesmo tempo, consideramos que é nossa obrigação declarar aqui abertamente: agora, diante do terrível perigo que nos ameaça, é necessário, pelo menos, reparar os crimes da burocracia estalinista contra a revolução e o comunismo; é preciso libertar dos cárceres e do exílio os milhares de bolcheviques leninistas, organizadores da Revolução de Outubro, criadores do Exército Vermelho, protagonistas da Guerra Civil e combatentes revolucionários inflexíveis. Todos querem lutar e lutarão pela ditadura do proletariado e pela revolução mundial, contra a guerra imperialista, muito mais energicamente, que os charlatões pacifistas e os inumeráveis burocratas estalinistas.

A política de frente única na luta contra a guerra merece a atenção especial e perseverança revolucionária. O Partido Comunista pode e deve propor abertamente, sem valer-se de intermediários duvidosos, que todas as organizações operárias coordenem seus esforços na luta contra a guerra. De nossa parte, os bolcheviques leninistas propõem os seguintes pontos, como base de um possível acordo, que garanta a independência total das organizações e de seus programas:

1. Renunciar a toda esperança na Liga das Nações e nas demais ilusões pacifistas;
2. Denunciar os programas capitalistas de “desarme”, que somente servem para enganar o povo;
3. Nem um voto aos governos capitalistas para o orçamento ou o recrutamento: nem um homem, nem um centavo;
4. Denunciar a fraude da “defesa nacional”, já que a nação capitalista se defende oprimindo e dividindo as nações mais débeis;
5. Realizar uma campanha pela colaboração econômica com a União Soviética sobre a base de um programa amplo, elaborado em conjunto com as organizações operárias das massas;
6. Denunciar contínua e sistematicamente as intrigas imperialistas contra o primeiro e único Estado Operário;
7. Promover a agitação contra a guerra nas fábricas de produtos bélicos, entre os soldados e os marinheiros. Preparar pontos de apoio revolucionários nas indústrias de guerra, no exército e na marinha;
8. Educar o Exército Vermelho não somente na valente defesa da pátria socialista, mas também na constante disposição de prestar ajuda da revolução proletária e das insurreições dos povos oprimidos de outros países;
9. Educar sistematicamente as massas trabalhadoras de todo o mundo na devoção ao primeiro Estado proletário. Em que pese os indiscutíveis erros políticos da atual fração dominante, a URSS continua sendo a verdadeira pátria do proletariado internacional. Sua defesa é um dever indiscutível para todo operário honesto;
10. Explicar incansavelmente aos operários de todo o mundo que somente se pode estabelecer uma sociedade socialista em escala internacional, e que o verdadeiro apoio à URSS consiste na extensão da revolução proletária mundial.

(Extraído da obra *Escritos*, tomo III, 1932, Vol. 1, Editorial Pluma)

Publicado o livro:

LEON TROTSKY **A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO**

“ Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato.”

LEON TROTSKY
A CONTINUIDADE
DO MARXISMO-LENINISMO

R\$ **35**

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**